

# EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano III • Nº 106 • 15 a 28 de maio de 1980 • Cr\$ 25,00

Entrevista exclusiva

Os próximos passos da luta

## OSMARZINHO, O ÚLTIMO DIRIGENTE SINDICAL PRESO NO ABC, PROPÕE:

(Págs. 12 e 13)



Jesus Carlos

### O dia a dia dos sindicalistas na prisão

(Pág. 15)

Nelson  
Rodrigues fala  
da «sujeira do sexo»

(Pág. 16 e 17)

Negros  
13 de Maio  
O mito da libertação

(Págs. 8 e 9)





# Os rumos da depois da gr

## O regime só tem duas palavras Repressão e cooptação

“A única linguagem do regime para os trabalhadores”, declara em entrevista o professor Francisco Weffort, professor da USP e estudioso da história da classe operária brasileira.

— Quais as perspectivas da abertura depois da greve do ABC?

— Eu entendo que o tratamento dado pelo regime à greve do ABC deixa evidente os limites da abertura, que já poderiam, inclusive, terem sido percebidos antes. Não acho que a repressão e tudo mais que sucedeu ao longo da greve possa significar uma alteração do projeto do regime. Estes acontecimentos simplesmente esclarecem qual o sentido desta política.

A política é de abertura sob controle, e sempre o foi; e não é de forma alguma uma abertura para a classe operária, especialmente nesta situação de crise econômica que estamos vivendo.

A abertura tal como ela é, prossegue portanto. O governo insiste que está cumprindo a lei — o que sabemos não ser a verdade — e desta forma tenta passar a mensagem: “estamos tentando garantir a abertura”. De outro lado o governo absorveu em parte a reivindicação econômica — os 7% aprovados pelo TRT — e a partir daí o debate central passou a se dar no plano político.

Neste sentido, a greve do ABC são duas. Uma até o momento em que o TRT decide pela incompetência no julgamento da ilegalidade da greve e concede os 7%, e outra a partir daí, quando o centro da questão são os trabalhadores insistindo na reivindicação de estabilidade e delegado sindical que é o lado político da greve. Neste plano o governo não cedeu um milímetro.

O objetivo do governo aí era também político: quebrar a crista do ABC, baixar o nível de expectativa dos demais movimentos que viriam ainda ao longo do ano. E a abertura é isto.

— O Pacto Social tentado pelo Delfim no ano passado não apontava num sentido diferente para a abertura daquele que agora se confirma no ABC?

— A conversa do Delfim foi uma maneira diferente pela qual o regime tentou continuar controlando. Na sua proposta tudo estaria sob o controle do governo exceto o percentual de produtividade. Era soltar a parte menor para continuar controlando todo o resto das relações trabalhistas. Talvez também eles tenham tido a expectativa de que o Lula tivesse “bom senso”, do ponto de vista deles, dele vir a assumir o preço político da contenção das reivindicações dos trabalhadores. O que provou ser uma ilusão.

— Você acha então que para o governo está dado que seu padrão de relação com os trabalhadores é pura e simplesmente a repressão?

— Repressão e políticas de envolvimento não são duas táticas que se excluem e por isso eu acho que o governo vai voltar à carga tentando outros expedientes. Uma possibilidade é a tentativa que estão fazendo no sentido de alterar a lei de greve,

afrouxando um pouco os parâmetros ou critérios que regem a legalidade de uma greve. Mas a intenção aí será que isto lhes propicie um controle mais eficaz, porque esta lei que aí está nada garante. Ter uma lei como esta em determinados momentos é uma batata quente. Ela é pesada demais, dificulta o jogo de cintura, abre espaço demais para a direita deles mesmos etc. Uma lei que distribua melhor os ônus da relação trabalhista entre vários setores dominantes está nas intenções do regime. Mas isto não vai trazer autonomia para o movimento, tão somente trará maior eficácia no controle, o que de resto está na lógica da própria abertura.

— Do lado das oposições que repercussões você avalia que esta greve poderá ter sobre os partidos. Em particular sobre o PTB, o PT e o PC enquanto partidos de representação dos trabalhadores?

— Quanto ao PC, não sei avaliar bem. Em primeiro lugar eu não sei se o PC tem política operária. Pelo menos, orientar trabalhadores no sentido de terem cautela ao ponto de evitar greves, com uma inflação desta altura que estamos tendo, é simplesmente afastar-se da classe; você não pode dizer isto para um operário. Isto pode ser no máximo uma política para quadros. Ou seja, a política da cautela nestas condições não é uma política que se dirige à classe operária mas sim aos outros partidos. Já o PTB esteve presente na greve através do Marçílio, de Santo André, mas ele comparativamente, é uma liderança menor que a de Lula. Disto decorre que o único partido que estava mais presente no processo da greve era o PT. Agora, neste caso, não porque o partido tenha uma política para as greves — coisa que ele não tem — mas simplesmente porque o PT nasce das greves.

Assim a minha impressão é de que o PT em uma grande possibilidade de crescimento a partir desta greve.

Para um grande contingente de trabalhadores ficou claro que a única maneira de se democratizar os sindicatos é combinar uma luta de base nas empresas com a luta partidária. E isto é o PT.

Por outro lado a greve vai aumentar as chances de crescimento do PT porque ela não foi desmoralizante para os trabalhadores. Ela só terminou depois de esgotados todos os recursos disponíveis e neste sentido demonstrou uma capacidade de luta e uma combatividade que ninguém, nem na direita nem na esquerda, pode ignorar sob pena de não estar entendendo nada no país. E esta força demonstrada somente pode ser benéfica ao PT.

A repressão do governo ao sindicato demonstrou para esta vanguarda que ela ou impulsiona radicalmente o PT ou então ela não terá mais o que fazer.



Foto: Jesus Carlos

## Operário continua sendo “caso de polícia”

Quando o coronel Jarbas Passarinho falou em um encontro entre Figueiredo e os líderes metalúrgicos do ABC era uma tentativa de fazer com que o governo evitasse um desgaste maior da sua política da abertura. Mas o que mais uma vez ficou claro é que o objetivo do governo é tratar a questão social como um caso de polícia.

Por Eder Sader

O Golbery tem razão. Nosso presidente está mais preparado para dialogar com o general Videla — esse que transformou a Argentina num vasto campo de concentração — do que com os metalúrgicos brasileiros que fabricam os automóveis que ele usa.

A idéia do encontro de Figueiredo com representantes dos metalúrgicos do ABC foi trabalhada pelo coronel Jarbas Passarinho para tentar fazer com que o governo retomasse a iniciativa política, depois que o já quase ex-ministro Murilo Macedo abandonou tudo dizendo que essa greve já não mais lhe dizia respeito (como vêm, a afirmação de que a “questão social não passa de um caso de polícia” continua de extrema atualidade para nossas ilustradas elites políticas).

O objetivo era apagar, um pouco que fosse, a imagem que o governo deixou de si na greve: o ministro do Trabalho quando apareceu foi só para acertar com os patrões; o ministro da Fazenda entrou para permitir facilidades bancárias para as empresas suportarem a greve; e os ministros da Repressão, esses fizeram o seu papel de sempre.

A declaração de Passarinho foi feita no dia 6 de maio. Já dia 9 o general Medeiros, do SNI, saiu do silêncio para pontificar as condições: “desde que voltem ao trabalho e vejam que a greve é uma bobagem que não resolve nada”. Disse também que o governo não dialogaria com “líderes depostos”. Segunda gafe: o governo pode depor um dirigente sindical. Tem a força militar para isso. Mas não pode impedir que eles continuem sendo os líderes de sua classe.

Quem quer se enganar com isso? Quem estivesse presente na igreja da matriz, nas diversas assembleias, no 1.º de Maio, nas reuniões do fundo de greve, dos grupos de solidariedade, veria uma realidade que talvez fosse

muito mais assustadora para os homens do SNI: o ódio, a revolta por sentirem-se excluídos desse regime, estão estampados na cara dos trabalhadores, de gente simples que possivelmente pouca idéia tinham da política há poucos anos atrás.

Isso o governo não quer ver. Assim, quando Dom Claudio Hummes foi a Brasília, acompanhado de Jacó Bitar, João Paulo Vasconcellos e mais um membro da OAB, os porta-vozes do Planalto não acharam nada melhor do que procurar humilhar os trabalhadores. Dia 10 declaravam que nada havia a conversar porque o movimento já virara “uma sedição”, e que “o Palácio do Planalto não está disposto a ajudar a encontrar supostas saídas honrosas para ninguém”.

Evidentemente o objetivo do governo é apenas o de quebrar os operários, tratá-los na lei do chicote. E depois de domesticá-los, passar a mão na cabeça dos “mais bonzinhos”. Como se fazia com os escravos. Mas se os agentes do general Medeiros estiverem trabalhando bem, eles lhe informarão que hoje o regime tem um inimigo jurado “atrás de cada máquina”. Essas caras rudes do povo aprenderam muita coisa nos últimos tempos. Eles viram quem os trata como inimigos. Eles viram o lugar que lhes está reservado nesta república de patrões e generais.

E no entanto, nas bases desta sociedade, nos bairros pobres, nas empresas, em cada local onde estão se reunindo trabalhadores para discutir seus movimentos, está germinando uma outra democracia. O que se viu nestes 41 dias de organização, unidade e disposição de luta, foi o anúncio de um sólido movimento que já anda pelos próprios pés. A abertura do Figueiredo está chegando ao fim. Mas tem uma outra que está nascendo.



# a abertura teve do ABC



## “Preparar a greve geral”

É o que afirma João Paulo Vasconcellos, de Monlevade, em depoimento ao *EM TEMPO*.

**E**m primeiro lugar eu gostaria de reafirmar uma denúncia que o nosso sindicato fez em 78, onde nós prevíamos a escalada da repressão no sentido de anular o trabalho dos sindicatos mais eficientes e com os dirigentes sindicais mais identificados com os verdadeiros interesses da classe trabalhadora. Dizíamos que a partir de um instante programado o Ministério do Trabalho, sob a imposição do poder central, do sistema, ia iniciar a castração do movimento sindical através do afastamento dos dirigentes sindicais mais atuantes. E essa repressão mais violenta se iniciou no movimento dos bancários, sendo que a situação do companheiro Olívio Dutra continua ainda indefinida. Isso se prende essencialmente à questão da falada abertura política que não passa de uma abertura tipo sanfona que se alonga e diminui ao sabor dos eventuais donos do poder.

A repressão desencadeada sobre o ABC nos leva a concluir que nos encontramos em situação de absoluta anormalidade institucional. Nos parece que o presidente da República e os seus ministros não estão à testa dos acontecimentos e as decisões são tomadas segundo se sabe por comandos do Exército e muitas vezes, segundo nos foi informado até mesmo por parlamentares. O Planalto ficava surpreso ao tomar conhecimento de medidas arbitrárias tomadas por este poder paralelo que se instalou nos Estados de São Paulo e Minas. As garantias individuais anuladas por um poder de repressão que não se identifica, as casas dos companheiros invadidas por pessoas sabidamente do DOI-CODI, companheiros eram sequestrados violentamente em plena via pública, com requintes até de barbaridade, estas prisões que se assemelham nos seus aspectos aqueles assaltos realizados pela máfia.

Posteriormente também restringiram o direito de reunião, proibiram o Estádio, o Paço Municipal e até a praça da Matriz. Tentaram inclusive impedir as reuniões dentro da própria igreja.

Nesta situação, nossa missão em Brasília — para que fomos escolhidos juntamente com Dom Cláudio e Seabra Fagundes — quando os ministros Saíd Fahrat e Heitor de Aquino ironizaram a nossa tentativa, mostrou mais uma vez que esse governo nada tem em comum com a vontade e as aspirações da massa do povo brasileiro. Eles se consideram donos de tudo e com o direito de desrespeitar pessoas que representam as justas reivindicações de uma expressiva parcela da população, e interpretaram-nos como quem estava levando uma proposta. Nós não estávamos fazendo isso. Simplesmente estávamos querendo testar aquilo que estava sendo dito nos jornais, de que eles estavam dispostos a negociar. O governo não admite a presença dos trabalhadores nas negociações. Consideram-nos parte ilegítima e só negociam diretamente com os empresários. Os trabalhadores querem ir a Brasília para discutir uma questão mais abrangente do que o ABC, querem discutir a questão social, mas o governo tem uma visão bem mais estreita da coisa. A abertura política já se mostrou uma farsa, o que os trabalhadores querem é a abertura social.

A lição que podemos tirar dos episódios do ABC — e para a qual é necessário um esforço pedagógico no sentido dela ser assumida — é a de que a única forma de dar força a movimentos como o dos grevistas, que sofrem a mais intensa repressão do governo é a greve geral de solidariedade.

## O ministro do Capital

Por Didimo Paiva

**P**arodiando o genial, angustiantemente e terrivelmente Homem-Livre que foi Jean Paul Sartre, eu diria: “O Ministro Murilo Macedo é feio, sem esperança. Mas eu resisto”.

Não, ele é feio não do ponto de vista pessoal, pois que Macedo até faz boa figura.

Ele é feio, na configuração sartreana, porque não assume, não sabe de nada, é um simples “objeto” dentro do sistema que integra. Foi assim no caso da intervenção no ABC paulista e na prisão de Lula, Djalma de Souza Bom, Rubens Teodoro Arruda, Enilson Moura, Gilson e outros, no afastamento da diretoria dos bancários de Porto Alegre, prisão de Olívio Dutra etc. Não sabia de nada, jurava que não haveria intervenção, e acabou havendo.

Dai a feitura desse ministro: está lá porque é o homem que assina o que os outros estão fazendo.

Não fosse o controle total dos meios de comunicação — a notícia administrada a partir de custosas assessorias de comunicação — e certamente esse ministro não seria chamado “Ministro do Trabalho”. Dizem que nos tempos duros, no Banco Nacional do Magalhães Pinto, ele tinha um apelido esquisito.

Bem, claro que não ponho no sr. Murilo Macedo mais que um til de culpa pelo que aconteceu neste Brasil da “abertura” à Figueiredo. Mas que

posso pensar de um Ministro do “trabalho” que, sendo capitalista, servidor de um grupo especulador, defensor da livre-iniciativa, manda encarcerar alguns poucos líderes sindicais que têm a coragem de lutar pelos direitos de seus companheiros? Só aquilo que do sr. Macedo pensavam os seus colegas de Banco Nacional, nos tempos em que ele, Murilo, já cuidava de preparar os “caminhos do futuro”...

Sendo mero satélite de um governo de fato, não acredito que a queda do sr. Macedo traria qualquer benefício aos trabalhadores. Nada disso. Os governos do ciclo de abril-1964 são cibernéticos. Nascem, crescem e morrem ou se arquivam tecnocratas, gerais e políticos biônicos, e tudo continua no mesmo pé. Por que?

Em síntese: se o conservadorismo mais rançoso desse governo salta à flor da pele de seus integrantes, Macedo é o ministro do Trabalho mais adequado à situação que estamos vivendo. Falou certo quem disse que ele é o ministro do Capital, uma espécie de sub-secretaria do Planejamento.

Nesse contexto, o sr. Murilo Macedo não é dos piores, porque ele está como o marido traído: é o último a saber das coisas. E por que carregar sobre ele as nossas iras, se é tudo assim?

## Constituinte Antes que a ditadura “reforme a lei”

Por Regis Calvo

**A** situação pós — ABC veio colocar a questão da organização independente das lutas de trabalhadores como central. Organização, não com o objetivo imediato do poder de classe: a questão não está ainda na ordem do dia, por mais que o desejo dos delírios insurrecionalistas. Organização de massas trabalhadoras para resistir à exploração e avançar na conquista de direitos políticos e sociais fundamentais. São fundamentais, para isso, organizações independentes do estado e de suas leis, regidas pela democracia direta, única vacina contra as manipulações e traições dos “acordos secretos”. É a partir dessa necessidade que se deve discutir a questão da Central de Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores, etc. Caso contrário, corremos o risco de ter uma CUT “prá inglês ver” e um partido que nos traga no cabresto curto.

Neste sentido, fatos recentes obrigam a retomar a reivindicação da anistia ampla geral e irrestrita, colocando a questão da anistia a todos os sindicalistas cassados. Retomar, neste momento que se fala em “revisão da CLT” e da política salarial, a luta pela

exigência de uma outra legislação sindical e trabalhista (emprego, FGTS, negociações, organização sindical nas fábricas, etc.). Esse deve ser o eixo de uma articulação nacional dos trabalhadores em oposição à estrutura sindical. Ela própria já é um passo, juntamente com a articulação concreta da solidariedade à greve do ABC, no rumo de apontar, para todo os trabalhadores do país, a necessidade de uma Central de Trabalhadores organizada pela base, e independente da estrutura sindical existente. E sua exigência de promover a confecção de uma legislação sindical a partir dos próprios trabalhadores, é também um meio de propagar, no meio do movimento de trabalhadores uma luta política mais ampla, que é a luta pelo fim do regime militar.

Neste ponto, uma questão precisa ser discutida. A liberdade sindical é um dos maiores “nós” do regime (senão o maior). Mas, por outro lado, é um nó que só pode ser desatado com uma vitória que extrapola os puros limites sindicais e trabalhistas. Só pode ser desatado com uma mudança significativa nas relações de força, isto é, na forma de organização do poder político do país. O eixo das lutas sociais atuais é, sem

dúvida, o proletariado. E continuará sendo, desde que tome a iniciativa de articular e dirigir um amplo movimento político com reivindicações democráticas que arrastem os demais setores oprimidos e explorados do país.

A luta pela anistia geral e irrestrita (centralizada atualmente na anistia a todos os sindicalistas cassados), pela derrubada da legislação operária vigente, são uma parte desse movimento. E neste momento, em que a legitimidade do regime se acha enfraquecida diante das mais variados setores sociais, a reivindicação de eleições livres para uma Assembleia Nacional Constituinte, democrática e soberana, representa uma resposta às tentativas de remendos e “constituintes” pela metade que a burguesia certamente tem no bolso do colete, para a ocasião mais adequada. Neste momento, em que se berra que “ilegal é a fome”, “ilegal é a intervenção”, etc., antes que a burguesia tome a iniciativa de “reformar a lei” (como já se apressa a prometer), é preciso colocar a exigência de que os trabalhadores tenham o direito de fazer as leis, através de seus próprios representantes, de seus próprios partidos, sem quaisquer restrições.

Estabilidade no emprego

## Abertura é trabalhador na rua

Por L. Machado

**A** campanha salarial deste ano no ABC veio tocar num ponto chave que levou os patrões à histeria! O retorno à cena da “abominável” estabilidade no emprego. Assim, ao condicionarem a aceitação dos 7% acima do INPC à concessão de estabilidade no emprego por um ano, os metalúrgicos estavam não apenas imprimindo um novo ritmo às lutas concretas dos trabalhadores, como também denunciando publicamente as habituais artimanhas-patronais de esvaziar as melhorias salariais conquistadas a duras penas pelos operários.

Nesse sentido é que ao introduzir a luta pela estabilidade no emprego, os metalúrgicos poderiam estar lançando as bases para uma ligação efetiva entre as reivindicações de caráter predominantemente econômico, desenvolvidas a partir de 1978, e as de caráter mais político que, desde já colocadas iriam sendo assumidas progressivamente e direcionadas no sentido do rompimento da estrutura sindical vigente.

Quanto ao caráter econômico, a briga pela estabilidade por um ano visa a impedir os artifícios comumente usados pelos patrões para reduzir as conquistas trabalhistas, como a rotatividade da mão-de-obra (demissão do operário recém-aumentado contratando-se outro por salário inferior, jogando-se a diferença nos lucros). Segundo os patrões, o índice de rotatividade no setor metalúrgico teria caído de 24% em 1978 para 20% em 1979, mas a maioria se recusa a negociar com base nesses índices (o que vem provar sua falsidade). Obviamente, os empresários estariam muito pouco dispostos a perder o rico filão de lucros proporcionado pelo enorme exército industrial de reserva (no setor metalúrgico a disputa por vagas se verifica na proporção de 20 para 1) e pelos generosos repasses aos preços da totalidade das reposições salariais.

Mas, é quanto ao aspecto político da questão, entretanto, que os empresários



A Volks põe na rua os líderes grevistas e faz novas contratações

se arrepiam ao ouvir falar na estabilidade — mostrando-se relativamente menos intransigentes quanto à discussão sobre dedução de índices de rotatividade (das grandes empresas chegaram a sair propostas para redução do índice a 1% ao mês). A aversão do empresário à estabilidade (no que são acompanhados por pelegos e tradicionais adeptos da política de colaboração), deve-se ao temor de verem a atuação dos operários mais combativos no sentido da organização de seus companheiros ao nível da fábrica, sem poderem se valer de seu instrumento legal de repressão aos trabalhadores, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Dessa forma, ao negociarem em cima de índices de rotatividade ao invés de período de estabilidade, os patrões manteriam intactos seus super-poderes legais para frear a organização dos trabalhadores.

O FGTS foi, na verdade, um dos maiores sustentáculos do modelo de “desenvolvimento” implantado em 1964. Arquitetado pela fina flor da tecnoburocracia que se instalava em Brasília, o mecanismo foi montado sobre o tripé: super-exploração dos trabalhadores, geração de poupança para o processo de acumulação (8% da folha de pagamentos das empresas) e canalização desta poupança para os construtores e incorporadores de imóveis, por intermédio da “política habitacional” do BNH.

Se hoje se fala em política trabalhista que seja “adequada aos novos tempos”, é bom avisar aos membros da corte que esses tempos estão sendo trazidos pelos trabalhadores organizados e cada vez mais conscientes de sua força como classe, que vêm demonstrando, para quem quiser ver, que democracia não se decreta, se conquista.



# A mentirosa inflação do Sr. Delfim Neto

Em apenas um dia, o mago Delfim conseguiu fazer a inflação baixar de 7,5% para 5,7%. Só que o truque já é muito velho: trata-se apenas de mais uma manipulação de dados frente ao temor da alta ultrapassar os 100% nos próximos meses.

Por L. Machado

**M**ilagre: A inflação "baixou"! Quem acredita? Você? Eu? Não. Ninguém acredita assim como ninguém aguenta mais as manipulações sucessivas nos dados da inflação. Na semana passada assistiu-se a mais um assalto à mesa do trabalhador brasileiro com a divulgação do índice "oficial" da inflação em abril: 5,7% (acumulando nos últimos 12 meses um total de 87,2%).

Na véspera do encerramento dos cálculos oficiais para a inflação de abril, economistas da Fundação Getúlio Vargas — entidade "técnica" encarregada da apuração dos índices — declararam que a inflação somente não ultrapassaria os 7,5% no mês graças ao expurgo dos efeitos diretos e indiretos dos aumentos dos preços dos derivados de petróleo e ao critério de sazonalidade aplicado aos preços dos produtos agrícolas.

O "expurgo" foi recentemente decretado pelo mago da economia, alegando ser este um custo a ser assumido por toda a sociedade "a exemplo das economias desenvolvidas dependentes do petróleo importado como a Inglaterra, França, Itália e Japão". No dia seguinte, correspondentes do jornal **Folha de São Paulo** naqueles países vinham em bloco desmascarar o mentiroso, ao informarem que tal expurgo não existia naqueles países. Apesar disso, continua a farsa de penalizar a sociedade como um todo. Por que não um maior rigor sobre os consumidores dos derivados? Por que 70 milhões de pessoas que

"viver" na faixa de até dois salários mínimos têm que pagar muito mais (relativamente) ao se dividir por todos o esbanjamento de poucos?

Já a sazonalidade, tramóia antiga, consiste em dividir pelos meses do ano os impactos de aumentos excessivos nos produtos agrícolas verificados em um determinado mês. Ou seja, se o feijão estiver custando 120% mais caro em abril, seu acréscimo para o "cálculo" da inflação (e da reposição salarial) será de 10% ao mês (caso não haja outro aumento), durante o ano.

Assim é que, apesar de todas as falcatruas, o índice já andava pelos 7,5 quando, subitamente, aparece o super-mago e, num passe de mágica, uma rápida troca de números, decimais, vírgulas, percentuais, e pronto: os 7,5% viraram 5,7%!

Enquanto isso, outra grande mutreta avança a galope: o IOF. O governo decretou recentemente uma alíquota de 15% para o Imposto sobre Operações Financeiras a incidir sobre as importações, para conter as compras no exterior. A questão é a seguinte: Quem vai pagar? Alguém tem dúvida? O consumidor, é claro. E o empresariado? Grande parte terá lucro, uma vez que a informação sobre a nova alíquota vazou (obviamente) mais uma vez e os empresários acumularam estoques de matérias-primas importadas, repassando agora para os preços de 15% de IOF que não pagaram!

## Política Salarial

### Um Pilar da Ditadura

Só em regimes ditatoriais é possível, dentro do capitalismo, uma política de controle salarial como a que vigora no Brasil, onde ela surge como elemento fundamental do plano de combate à inflação.

Por Marcos Ribeiro

**A** política salarial é um dos aspectos mais importantes de toda a política econômica seguida pelo regime instalado em 1964, um dos pilares da ditadura militar. Com o artigo abaixo, iniciamos a publicação de um estudo sobre seus objetivos, implicações e desdobramentos de 1964 aos dias de hoje.

**A** final, o que é essa tão falada política salarial? Para simplificar, num primeiro momento, podemos dizer que é o conjunto de leis e decretos que determinam a orientação a ser seguida na fixação dos reajustamentos de salários. As ligações dessas leis com a política econômica e social do governo, no sentido mais amplo devem ser assinaladas.

Normalmente, no regime capitalista, não existe política salarial: predomina a "liberdade de negociação", limitada, às vezes, por garantias de condições mínimas para a população. Só em

regime ditatoriais é possível, dentro do capitalismo, uma política de controle salarial como a que vigora no Brasil. Aqui, ela surge como parte do plano de combate à inflação, definido no Programa de Ação Econômica do Governo, 64/66, como medida excepcional e de curta duração. Começou assim o arrocho salarial, que virou permanente, pois os padrões acostumados com a moleza que ele lhes dava, já não queriam saber de outra coisa. A política econômica, de dar garantias de lucro aos capitalistas nacionais e estrangeiros, baseava-se fundamentalmente no arrocho salarial, que permitia salários baixos e lucros altos.

Mas será que a justificativa para o início da política salarial — o combate à inflação — tinha razão de ser? O então ministro Roberto Campos tinha as rédeas da economia nas mãos e procurava aumentar a crise para "sanear a economia" — provocando grande número de falências e concordatas nas pequenas e médias empresas e favorecendo as grandes, para atrair o capital estrangeiro. E dizia que os salários tinham crescido muito antes de 64 e deviam ser controlados para

## Novo salário mínimo é ilegal

No 1º de Maio, mais um presente de grego do governo aos trabalhadores: o novo salário mínimo, de Cr\$ 4.150,00. Para o DIEESE, no entanto, para atender apenas às necessidades básicas, o mínimo não poderia ser menos do que Cr\$ 11.666,57.

**O** novo salário mínimo, dado a conhecer no 1º de Maio pelo ministro Murilo Macedo, desta vez nem serviu para demagogia: «nascido» durante a greve heróica de São Bernardo, o seu tamanho de ano foi logo por todos percebido. E, para rematar, o DIEESE, comemorando à maneira dos trabalhadores o dia do Trabalho, publicou um estudo que coloca os pontos principais da questão salário mínimo.

Partindo do texto da CLT, que diz: «salário mínimo é a contra-prestação devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte» o DIEESE calcula de quanto teria que ser esse salário mínimo. E mostra que, para cobrir ao menos essas reduzidas necessidades do trabalhador especificada na CLT (nela não se prevê nenhum divertimento, por exemplo), ele deveria ser de Cr\$ 11.666,57. Quase o triplo do novo salário mínimo, de Cr\$ 4.150,00.

Comparando os aumentos do salário mínimo com os do custo de vida, desde julho de 1940, o estudo mostra que enquanto o salário, até hoje, subiu Cr\$ 1.333,091%, o custo de vida subiu 2.718,885%. Esses números são

tão grandes que a gente até tem dificuldades para entender o seu significado. Significam que o salário mínimo atual aumentou mais de 13 vezes nesse período, porém o custo de vida aumentou mais de 27 vezes. Para acompanhar o aumento do custo de vida, o salário mínimo deveria ser, hoje, de Cr\$ 6.091,77. Quase 50% a mais que o «novo».

Será que seria impossível às empresas pagarem isso, como o governo e elas próprias não se cansam de repetir, com caretas de cortar o coração? É difícil aceitar essa desculpa, porque o salário mínimo já foi até maior: em agosto de 1956 ele correspondia a Cr\$ 8.681,02, em moeda atual, e, em janeiro de 1959, a Cr\$ 8.777,11. Como se sabe, o país não parou, nem abriu falência por causa disso, apesar do que possam dizer hoje os «cérebros brilhantes» ao serviço do governo e dos patrões.

O trabalho do DIEESE apresenta um gráfico relacionando com toda a clareza a diminuição do salário mínimo médio anual e o aumento da mortalidade infantil, e uma tabela mostrando que, para adquirir a ração essencial mínima, um trabalhador de salário mínimo (na região de salários mais altos), em 79, teria que trabalhar 157 horas e 4 minutos. Em 59, bastavam 65 horas e 5 minutos de batente. O que aconteceu? Será que essa queda tem a ver com a política salarial do governo? (M.R.)

SALÁRIO MÍNIMO E RAÇÃO ESSENCIAL MÍNIMA			
TEMPO NECESSÁRIO PARA AQUISIÇÃO — MÉDIA ANUAL			
ANO	TEMPO DE AQUISIÇÃO		ÍNDICE
1959	65 horas	05 minutos	100,00
1960	81 horas	30 minutos	125,22
1961	71 horas	54 minutos	110,47
1962	94 horas	48 minutos	145,66
1963	98 horas	20 minutos	151,09
1965	88 horas	16 minutos	135,62
1966	109 horas	15 minutos	167,86
1967	105 horas	16 minutos	161,74
1968	101 horas	35 minutos	156,08
1969	110 horas	23 minutos	169,60
1970	105 horas	13 minutos	161,66
1971	111 horas	47 minutos	171,75
1972	119 horas	08 minutos	183,05
1973	147 horas	04 minutos	225,97
1974	163 horas	32 minutos	251,27
1975	149 horas	40 minutos	229,96
1976	157 horas	29 minutos	241,97
1977	141 horas	49 minutos	217,90
1978	137 horas	37 minutos	211,45
1979	153 horas	04 minutos	235,19

não provocarem uma maior inflação. Já então, ignorava-se o ato de que os reajustes salariais são uma resposta a um aumento de preços anterior. E o resultado mostrou isso: embora os salários, de 65 a 74, estivessem controlados duramente, a partir de 71 os preços voltaram a aumentar. Conclusão velha, e lógica: os salários e seus aumentos não causam a inflação, são eles tornados indispensáveis devido à inflação.

### Política Salarial e Acumulação

O controle salarial não seguiu a inflação, mas foi mantido e institucionalizado porque controlou o custo da mão de obra, diminuiu o salário real, aumentou a produtividade do trabalhador, obrigado a dar duro no trabalho, aumentou os lucros e favoreceu a acumulação do capital para os patrões. Com isso, criaram-se as condições para recomençar o crescimento econômico que, anos depois, viria a dar no chamado "milagre". E, para completar, os sindicatos foram impedidos de cumprir o seu papel de mobilizar os trabalhadores em defesa de seus interesses, com prisões, intervenções, pelegos, e esvaziamento das negociações.

Em junho de 64, começou a ser montada a política salarial com o Ministério da Fazenda colocando os seus mecanismos:

— reajustes de salários só podem ser feitos de 12 em 12 meses.

— os reajustes deviam igualar o salário médio dos últimos 24 meses, acrescido de uma taxa de produtividade estimada para o ano anterior e de um percentual relativo à inflação que o

governo admitisse como provável para o futuro.

— comunicação das normas assim estabelecidas à Justiça do Trabalho, nos dissídios coletivos, como sendo o ponto de vista oficial do governo. (Iniciava-se a pressão sobre a Justiça do Trabalho, que hoje permite espetáculos deprimentes como a mudança de posição em relação à legalidade da greve do ABC).

Logo no mês seguinte, novo decreto dava ao Conselho Nacional de Política Salarial o poder de estabelecer os reajustes salariais e tornava ainda mais complicada a forma do cálculo desse reajuste, dificultando, assim, o entendimento e o controle dos operários sobre o que acontecia com os seus salários e o seu nível de vida.

Trabalhavam muito, então, os tecnocratas: em setembro de 64, mais um decreto, com duas inovações: permite que a base do cálculo do salário médio seja ou a folha de pagamento da empresa, ou o salário médio da empresa, ou a faixa de salário mais comum, e dava ao CNPS a possibilidade de reexaminar certos processos de reajustes, em casos especiais. Como se vê, mais confusão e mais controle pelo CNPS. No entanto, acontecia uma coisa muito importante: quase nada dessas leis e decretos era cumprido com rigor, seja pela resistência que ainda era capaz de opor o movimento sindical, seja porque a Justiça do Trabalho ainda não estava totalmente dominada, seja pelas dificuldades técnicas em aplicar instruções tão diferentes do que se estava acostumada, e tão confusas. Para resolver esses problemas, o governo resolve tomar medidas mais duras, que virão na forma da lei conhecida como do arrocho salarial.



Outro pilar da ditadura.



# Preparar o Encontro Nacional

O Partido dos Trabalhadores retoma a sua atividade interna de organização. Reunião dos representantes dos Estados redefine os critérios da democracia interna.

## Notícias do PT

### Minas

Passado o I Congresso Estadual, os militantes do PT em Minas arregam as mangas e começam o trabalho de organização do partido. Instalada nos dias 20 e 21 de abril passados, a Coordenação Regional, com a presença de 41 de seus 45 membros, discutiu uma avaliação do I Congresso Estadual, elegeu a diretoria do PT em Minas, definiu a criação de cinco secretarias e tirou linhas gerais de ação para o Partido.

No geral, a avaliação do I Congresso, apesar de constatar as falhas em sua preparação que ocasionaram o prejuízo à participação de algumas cidades do interior, acentuou os seus aspectos positivos como a expressiva participação de operários, delegados de bairros da periferia e até mesmo de trabalhadores rurais. O ponto mais criticado do Congresso foi o processo de eleições da Comissão Coordenadora, realizado apressadamente sem propiciar a participação da maioria dos delegados na formação das chapas e sem discutir os critérios da escolha de seus membros.

Para a Diretoria Estadual do partido, chegou-se à eleição da seguinte chapa: Ignácio Hernandez, metalúrgico, para a presidência; Joaquim de Oliveira, metalúrgico, para a Secretaria; Alcides de Oliveira, marceneiro, para a Tesouraria. Foi eleito ainda o ex-deputado Fabrício Soares como assessor da Presidência.

Para dar a agilidade ao trabalho de organização do partido foram eleitas cinco secretarias compostas por três representantes fixos. Além de uma Secretaria de Educação Política que vai elaborar uma cartilha baseada no método Paulo Freire e mobilizar bri-

gadas de alfabetização, foram formadas as seguintes: Imprensa e Propaganda, Finanças, Organização e Geral, com as funções de secretaria do Partido.

A Comissão regional decidiu também levar a todos os núcleos do PT em Minas a discussão sobre a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

### Bahia

A Atuação do 1º sargento PM Edelzaías Santana como delegado de polícia de Cachoeira sempre se caracterizou pela truculência e arbitrariedades cometidas contra a população. Espantamentos, violências diversas e até mesmo torturas aos presos passaram a ser uma rotina na cidade e não obstante as constantes denúncias na imprensa e junto às autoridades nenhuma providência jamais foi tomada contra o delegado.

Protegido pelos grupos políticos locais mais diretamente ligados ao governador, Edelzaías Santana graças à impunidade continua a cometer atentados à população implantou um verdadeiro clima de terror na região.

A apreensão do filme "Braços Cruzados Máquinas Paradas" há semanas atrás é uma pequena amostra de como em Cachoeira a oposição aos grupos politicamente dominantes é feita sob as mais precárias condições de segurança. Prisões ilegais das principais lideranças populares, ameaças constantes e a ação ostensiva contra as atividades desenvolvidas compõem um quadro de terror e insegurança.

Este filme foi trazido à cidade pelo núcleo de formação do PT, como uma promoção visando a arrecadação de fundos para o aluguel da sede e o lançamento oficial do partido em 1º de Maio. Antes da exibição no bairro

popular o filme tinha previsto sua exibição para o dia seguinte no cine local, o que foi impedido pelo delegado em proibição que levou ao dono do Cine Glória.

Acompanhado por vários soldados de metralhadoras em punho o delegado interrompeu a exibição do filme tendo ameaçado a todos e apreendido o filme, o projetor e um veículo que transportava o equipamento. Esta cena foi presenciada por quase uma centena de populares, que prestigiaram a promoção.

### São Paulo

No último dia 10 de maio, a organização do movimento pró-PT avançou mais um passo em seu fortalecimento na zona sul de São Paulo. Num clima festivo, que começou e terminou com muita música, foi inaugurada a sede do PT em Santo Amaro, com a participação de centenas de populares e representantes de mais de 20 núcleos da região.

Durante a primeira parte da festa, alguns núcleos contaram a sua experiência de formação e todos destacaram a importância de se possuir um local na zona sul, para centralização do crescimento e trabalho dos vários núcleos do PT.

A sede recém-inaugurada, que fica na rua Suzana Rodrigues, nº 7, no Largo São Sebastião em Santo Amaro, já vem funcionando a aproximadamente um mês, como uma espécie de inter-núcleo regional. É proposta dos representantes de núcleos que lá se reúnem, que essa situação seja formalizada e, mais do que isso, que se difunda a experiência pelas outras regiões de São Paulo.

Isto poderá trazer uma agilidade maior ao movimento pró-PT, que só ganhará em organicidade.

O fim da greve do ABC trouxe de volta ao PT a preocupação com sua organização, depois de mais de um mês em que a atividade quase exclusiva do partido esteve concentrada na greve e no apoio aos metalúrgicos. Agora, ao lado da luta pela libertação dos dirigentes presos e outras bandeiras do movimento, no partido volta a entrar em pauta a atividade interna de estruturação. Para os dias 31 de maio e 1º de junho está marcado o Encontro Nacional — que havia sido anteriormente adiado para esta data em função da greve — onde deverão ser aprovados o estatuto, o programa e eleita a direção do PT como passos prévios ao pedido de registro junto ao TSE. Uma semana antes, é o prazo limite para a realização dos Encontros Regionais.

Há ainda uma reunião da Coordenação Nacional prevista para o fim de semana próximo, onde poderá ser novamente apreciada a proposta de um novo adiamento deste calendário em virtude da manutenção ou não da prisão de dirigentes do partido, em particular, o Lula. Mas, acredita-se que as datas sejam mantidas.

No rumo destas preocupações realizou-se no último fim de semana em São Paulo, uma reunião da Secretaria de Organização — contando uma parte do tempo com a presença de quatro membros da Coordenação Nacional — juntamente com representantes de cerca de 10 Estados, para avaliação nacional e acerto nos preparativos para o Encontro.

Dentre as propostas aprovadas na reunião — mas que ainda ficam sujeitas à aceitação ou não pela Coordenação — algumas dizem respeito aos próprios critérios de participação no Encontro Nacional.

Em primeiro lugar, ficou estabelecido que os delegados para o Nacional serão na proporção de um para cada 63 militantes no Estado, independente portanto do número de delegados que tenha tido o Encontro Regional respectivo (os critérios para a participação nos regionais variou muito — desde plenárias de todos os militantes, até delegações na base de um para cada 21 militantes já formalmente nucleados. Igualmente, a proposta majoritária na reunião entendeu que os militantes agrupados em núcleos ainda em formação deverão também entrar no computo da base sobre a qual se retirarão os delegados. Por fim, os Estados que já fizeram seus Encontros, poderão completar suas delegações adequando-as

ao contingente atual de militantes na base de um delegado para cada 63 militantes.

Em segundo lugar ficou também aprovado que somente os parlamentares com mandato federal terão participação assegurada como membros natos no Encontro Nacional; os parlamentares estaduais e municipais deverão, assim, passar também pelo mesmo mecanismo de eleição de delegados, ao igual que qualquer outro militante. Na polêmica questão dos convidados com direito a voz e voto que a Coordenação Nacional havia definido anteriormente a reunião do fim de semana em São Paulo aprovou o contrário. Entendeu que, se a argumentação é de que é necessário ampliar as adesões ao partido, então, para que se possa fazer convites ilimitadamente sem prejuízo à democracia interna do partido, os convidados deveriam ir ao Encontro apenas com direito de voz e não de voto. Eles devem ir ao Encontro, devem até mesmo assinar o livro de fundação, mas sujeitos a aceitarem aquilo que a estrutura da democracia interna do partido — os delegados — decidirem.

Ainda neste ponto, caso a Coordenação insista em manter a figura dos convidados, a reunião fixou uma sugestão de cerca de 10% como limite máximo destes convidados em relação aos delegados normais.

Todas estas questões remetem, no futuro, ao problema do estatuto que o PT deverá adotar. Pois, se desde já aparece a discussão sobre o funcionamento interno o que dizer quando do partido constituído. Neste sentido, hoje, a Secretaria de Organização já dispõe de quatro propostas acabadas de estatuto, que surgiram nos últimos meses de vários setores do partido. Uma delas, de autoria do ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, com o aval do Coordenador do partido Jacó Bittar, está sendo encaminhada esta semana, pela Secretaria, para a discussão nos núcleos.

O fundamental, enquanto diferença entre as quatro propostas de estatuto em mãos da Secretaria de Organização, é a diferente maneira pela qual se tenta fazer a articulação entre a figura do Diretório — obrigatória em lei — e a figura do núcleo — não proibida, mas também, é claro, não prevista na lei. Ninguém pode ignorar que o caráter mais ou menos ativo e militante do partido, bem como sua democracia interna, estão a depender da existência de organismos de base bem estruturados.



*Torne-se um assinante do*  
**EM TEMPO**

*E ajude a sustentar uma imprensa ao lado dos trabalhadores, das greves e do PT*  
*Ela só depende de você*

Estou enviando o cheque nº ..... por uma assinatura anual.  
( ) comum: Cr\$ 500,00 — ( ) apoio: Cr\$ 1.000,00 — ( ) exterior. Individual: US\$ 40,00  
( ) exterior, Instituições: US\$ 80,00

Nome: .....  
Profissão: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
CEP: ..... Estado: .....

\*Preencha e remeta para Editora Aparte S/A — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 Fone: 852-8880



# Contra a ditadura e suas bases

O Encontro Estadual do PT no Rio de Janeiro

Um ato público com a presença de mais de 500 pessoas marcou no último dia 11 o encerramento do 1º Encontro Regional do Partido dos Trabalhadores, no Rio de Janeiro. O Encontro, que se realizou neste fim de semana na Assembléia Legislativa, definiu uma proposta de programa a ser apresentada no Encontro Nacional do Partido, nos dias 31 de maio e 1º de junho próximos, em São Paulo. A carta programa define a luta contra a ditadura militar como a principal tarefa do partido hoje.

Estiveram presentes ao 1º Encontro, 240 delegados, 2 para cada 21 militantes - representando 1800 militantes do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Participaram como convidados especiais Mario Pedrosa, Iramaya Benjamin, Manoel da Conceição e Rui Mauro Marini. O programa é composto de 13 pontos, divididos em duas partes: política e econômica-social.

Foi eleita, ao final do encontro, a nova Comissão Executiva Regional, composta por 11 membros titulares e seis suplentes. São estes os titulares: deputados José Eudes e Edson Kahir; Sidney Lianza, um dos fundadores do PT no Rio de Janeiro e membro do Comitê Brasileiro pela Anistia; metalúrgicos Washington, Joaquim Arnaldo; representando Nova Friburgo, Alvir; Godofredo, presidente do CEP; o ferroviário Oliveira; ex-presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Manoel Ferreira; Toninho, também um dos fundadores do PT do Rio representando São Gonçalo, e Natal, organizador do PT em Caxias.

Suplentes: Severino, da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio; Cesar Q. Benjamin, Souza, Emídio, da Pastoral Operária de Volta Redonda; João Gomes e Jorge Eduardo.

Quanto aos delegados para o Encontro Nacional, foram eleitos 30 militantes sendo eles os 11 da Executiva Regional, os seus seis suplentes, os dois deputados Edson Kahir e José Eudes, e mais 15 outros eleitos nominalmente, todos através de uma chapa única.

## A Introdução de programa votada pelo Encontro carioca como proposta a ser levada ao Nacional

“A luta do PT é hoje contra a ditadura militar e suas reformas como principal forma de organização política das classes dominantes e como forma, do momento, de articulação de seu poder. A luta contra a ditadura militar é uma luta contra este poder.

A luta contra a ditadura militar deve apontar uma alternativa que golpeie o poder econômico, político e militar das classes dominantes desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e o povo.

Uma alternativa de governo para os trabalhadores e oprimidos que se apoie na mobilização e organização do movimento popular e seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do país. Um governo que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados.”

## Os pontos de programa votados

I) Pelo fim da Ditadura Militar. Pelas amplas liberdades democráticas. Liberdades Democráticas

- Pelas mais amplas liberdades políticas e sindicais para os trabalhadores e o povo.

- Pelo direito de greve e autonomia sindical.

- Pela estabilidade sindical.
- Pela construção da CUT.

- Pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita



Apolônio de Carvalho, no encerramento do Encontro

- Pelo desmantelamento do aparelho repressivo.

- Pelo fim de toda legislação repressiva e da lei de segurança Nacional.

- Contra a repressão policial-militar.
- Pelas eleições livres e diretas, voto para soldados e marinheiros.

II) Por melhores condições de vida e de trabalho.

- Contra o arrocho salarial, por um aumento salarial acima do aumento do custo de vida.

- Por melhores condições de habitação, saúde, transportes, alimentação, lazer e educação.

- Reforma Agrária radical. Terra a quem nela trabalha.

- Luta contra todas as formas de dominação estrangeira. Pela autodeterminação de todos os povos.

III) Contra qualquer tipo de discriminação racial, religiosa e sexual.

## As campanhas políticas para o momento

1) O PT/RJ entende como uma questão central do momento político a solidariedade aos metalúrgicos do ABC e aos professores de Minas.

Neste sentido conclama os seus militantes a desenvolverem todos os esforços na luta pela:

- Liberação imediata de nossos companheiros presos, sindicalistas e dirigentes do PT;

- Anulação dos processos pela Lei de Segurança Nacional;

- Reintegração dos dirigentes a seus sindicatos;

- Pela reabertura das negociações.

2) O PT desfraldará campanhas pelo direito de greve, liberdade e autonomia sindical, pela estabilidade no emprego em todos os terrenos da luta popular.

3) O PT soma-se à luta contra o adiamento das eleições de 80, vinculando-a à luta pelas mais amplas liberdades de organização partidária.

O Partido, estado por estado

A partir dos dados hoje em mãos da Secretaria de Organização do PT, é possível esboçar um quadro da situação do partido a nível nacional. O que é particularmente importante neste momento em que se prepara para quando será necessário apresentar Comissões Municipais Provisórias em pelo menos 1/5 dos municípios de no mínimo 9 Estados da Federação, dar entrada no pedido de registro junto ao TSE. O momento em que se prepara para dar entrada no pedido de registro junto ao TSE, quando será necessário apresentar Comissões Municipais Provisórias em pelo menos 1/5 dos municípios de no mínimo 9 Estados da Federação.

Os endereços referentes a cada Estado são, em da sede do PT - quando já há - ou de algum militante da Coordenação regional. Há Estados nos quais o PT está igualmente estruturado mas que não

aparecem na listagem abaixo por falta de informações junto à Secretária.

ACRE: A marcha do PT no Estado, foi do campo para as cidades. Dos 12 municípios existentes, o partido já conta com Comissões Diretoras Municipais Provisórias em 8 deles, já tendo portanto ultrapassado o mínimo exigido por lei. ENDEREÇO: Av. Getúlio Vargas, 1707; fone 2934, Rio Branco.

AMAZONAS: Já há cinco núcleos do PT em Manaus e, no Estado, serão necessários 9 municípios. Os setores progressistas da Igreja estão solidários com o partido e a Coordenação Regional prevê que em breve as exigências estarão satisfeitas. ENDEREÇO: Av. Joaquim Nabuco, 1414; Manaus.

BAHIA: Para se legalizar, o partido deverá se estruturar em 68 municípios. Atualmente há 38 núcleos sendo 19 na capital e 19 no interior.

A Coordenação avalia ser difícil que se atinja o mínimo necessário no curto prazo, principalmente porque está preocupada com os efeitos nefastos à democracia interna que poderão advir de uma formação apressada de Comissões Municipais por designação. A composição social do partido inclui petroquímicos, metalúrgicos, ferroviários, moradores de periferia, estudantes e profissionais liberais. Uma grande preocupação está dirigida no sentido da questão do negro que vem sendo debatida profundamente dentro do partido. Na área parlamentar, o PT conta com um suplente de deputado estadual. ENDEREÇO: R. Portugal 3/10.º andar; fone 242-5842; Salvador.

CEARA: Na capital já estão sendo criadas cinco Comissões Zonais. Em mais de 10 cidades do interior já estão se organizando as Comissões Provisórias. O número de municípios necessários é 29 e a Coordenação avalia que, com certeza, os critérios serão atingidos. ENDEREÇO: R. Castro e Silva, 1169; fone 226-8004; Fortaleza.

ESPIRITO SANTO: O partido já conta com embriões em cerca de 30 municípios e precisará organizar apenas 11 Diretórios Municipais segundo a lei. Os núcleos já constituídos no Estado são 18 mas a Coordenação avalia que a penetração do partido corresponde a bem mais do que isto. ENDEREÇO: R. Nestor Gomes 214/apto 1; fone 227-8706; Vitória.

GOIAS: É necessário para a legalização do partido que ele se organize em 45 municípios. A Coordenação no Estado acha que não haverá maiores dificuldades pois o PT já conta com mais de 5 mil militantes. No plano parlamentar, conta com o senador Henrique Santillo, o deputado federal Ademar Santillo, alguns deputados estaduais, prefeitos e vereadores. ENDEREÇO: Gabinete 59 da Câmara dos Deputados; fone 223-4793; Brasília.

MARANHÃO: De acordo com a lei é necessário que o partido se organize em 26 municípios. O PT já conta com 39 núcleos e avalia como segura a criação dos Diretórios Municipais necessários. Conta com o deputado federal Freitas Diniz e um vereador. O partido está especialmente forte na região de Imperatriz, uma das zonas de conflito mais explosivas do Estado. ENDEREÇO - R. Grande 558; fone 223-0622; São Luís.

MATO GROSSO DO SUL: O PT já está organizado em 30 municípios quando, segundo a lei, o mínimo necessário é de 18. Conta hoje com 800 militantes principalmente em Campo Grande e no plano parlamentar tem um deputado federal - Antonio Carlos de Oliveira - e um vereador. A maioria dos núcleos está estruturada por bairros. ENDEREÇO: R. Antonio Norberto de Almeida, 143; fone 624-3994; Campo Grande.

MINAS GERAIS: No Estado, de maior número de municípios do país - 722 - o PT precisará se organizar em 150 para obter a sua legalização. Até agora já foram atingidos mais de 40 municípios, principalmente a partir das cidades maiores como Juiz de Fora e Leopoldina. Na capital já existem mais de 45 núcleos. Atingir a marca necessária no curto prazo é bastante difícil, avalia a Coordenação. A composição social do partido apresenta metalúrgicos, têxteis, bancários, professores, bem como outras categorias profissionais, além de estudantes e profissionais liberais. O estado já aprovou uma proposta de estatuto para o Encontro Nacional bem como pontos indicativos para o programa. Possui também um destacado setor de publicações para a propaganda e educação política. ENDEREÇO: R. Bernardo Guimarães, 1884; fone 337-0803 - Belo Horizonte.

PARA: São necessários 17 municípios para a organização do PT. Já há sete núcleos implantados e a Coordenação estadual vê com otimismo a possibilidade de preenchimento das exigências. O partido conta com camponeses, petroleiros, bancários, jornalistas e professores. Integra também o partido o advogado Paulo Fron-



O Partido,  
estado  
por estado

# partidos

7



## Lenin na briga do Partidão

por Marco-Aurélio Garcia

teli, da Comissão Pastoral da Terra. ENDEREÇO: Fone 222-0318 Belém.

**PARANA:** Há 16 núcleos já formalizados em Curitiba contando com mais de 300 militantes. No interior o trabalho é recente mas já chegou em Maringá, Ponta Grossa, Londrina e Campo Mourão. Estão sendo formados agora os "Pelotões de Nucleação" para avançar mais a organização no interior, mas ainda assim a Coordenação avalia que até o Encontro Nacional é praticamente impossível que se consiga estruturar o PT nos 60 municípios exigidos por lei. ENDEREÇO — R. Voluntários da Pátria, 475 708; fone 232-1795 Curitiba.

**PERNAMBUCO:** O partido conta no Estado com o apoio da Ação Católica Operária e na capital tem já 10 núcleos organizados contando com cerca de 320 militantes. As bases sociais são principalmente vigilantes, securitários, gráficos, eletricitários, professores. Há grandes possibilidades de penetração no meio rural — já existe um núcleo de camponeses em Vitória de Santo Antão. No curto prazo é impossível que o partido se organize nos 54 municípios exigidos por lei. ENDEREÇO: R. Prudente de Morais, 368 — Fone 429-2593; Olinda.

**PIAUÍ:** São necessárias 23 Comissões Municipais para o pedido de organização e o partido já conta com 13, através de 31 núcleos que reúnem cerca de 630 militantes, na maioria trabalhadores rurais. ENDEREÇO: R. Barroso 1136 - Fone: 222-6209 - Teresina.

**RIO GRANDE DO NORTE:** As bases do partido estão entre a Pastoral Operária, oposições sindicais e sindicatos rurais — o PT já conta com 15 dirigentes sindicais rurais. A penetração social do partido não teve ainda a mesma correspondência no plano organizativo. Os núcleos ainda não estão formalizados e as inscrições de militantes não ultrapassam cerca de 100. Os "Pelotões de Nucleação" com no mínimo três militantes cada um estão percorrendo o interior. O número mínimo de municípios necessários para a organização do partido é de 30. ENDEREÇO: R. Apodi 221 — Fone 231-6788; Natal.

**RIO GRANDE DO SUL:** Os gaúchos precisam estruturar o partido em no mínimo 46 municípios para conseguirem a legalização. Até agora já atingiram 17 municípios organizando um total de 1.100 militantes em núcleos - 500 na capital, através de 20 núcleos e 600 no interior por meio de 23 núcleos. Além disso já há contatos e núcleos em formação em cerca de 22 outros municípios do interior.

A composição social do partido está distribuída principalmente entre moradores de periferia, bancários, professores, operários da construção civil, portuários e metalúrgicos. No Encontro Estadual, além de eleita a Coordenação também se aprovou um projeto completo de programas para o PT (ver EM TEMPO nº 104).

No plano parlamentar, o partido já conta com seis vereadores. ENDEREÇO — Pça. Osvaldo Cruz, 15 — sala 203; fone: 25-5409; Porto Alegre.

**RIO DE JANEIRO:** Serão necessários 15 municípios para a organização do PT no Estado. (Ver matéria acima sobre o Encontro Estadual). ENDEREÇO: Gabinete 411 da Assembléia Legislativa; fone 231-0430; Rio de Janeiro.

**SANTA CATARINA:** Em Florianópolis já existem cerca de sete núcleos do partido reunindo cerca de 150 militantes, e no interior outros 23. A nível do Estado já foram atingidos 16 municípios do total de 40 exigidos minimamente pela lei para a organização do partido. No plano parlamentar, o partido conta com um deputado federal Luis Sechinell — e com um vereador em Criciúma. A Coordenação avalia que é fácil o cumprimento da lei no curto prazo. ENDEREÇO — R. Conselheiro Mafra 41 B; fone 22-8018; Florianópolis

**SÃO PAULO:** Para a organização do partido será necessário que se estructure em 120 municípios. Na Grande São Paulo já há 148 núcleos e no interior 47, em conjunto abrangendo praticamente todas as categorias profissionais. Em termos parlamentares há um deputado federal — Ailton Soares, quatro estaduais e vereadores no interior do Estado. Ainda não há um cálculo preciso do número de municípios em que se poderá no curto prazo organizar os diretórios. Mas dificilmente São Paulo estará entre aqueles Estados que possibilitarão o preenchimento mínimo das exigências impostas pela lei. ENDEREÇO: Travessa Brigadeiro Luiz Antonio 21; fone 35-1462; São Paulo.

Os prestistas abriram uma nova frente de luta na guerra de guerrilhas que vêm desenvolvendo contra a maioria do Comitê Central: a frente doutrinária. A ocasião foi criada pelo 110º aniversário de Lênin, transcorrido no último 22 de abril, comemorado pelo secretário-geral do PCB e por seus seguidores com artigos e panfletos nos quais o fundador do Estado soviético é evocado sobretudo como um adversário do "revisonismo".

Prestes utilizou o semanário *Hora do Povo*, transformado em porta-voz oficioso do "Cavaleiro da Esperança", para publicar um artigo intitulado "O leninismo é universal", no qual reitera sua tese sobre a conquista do poder "pelas forças anti-monopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias" ademais de enfatizar o papel do revolucionário russo como "inimigo dos adúlteros do marxismo". Não deixa de ser curioso que o artigo do secretário-geral não tenha sido publicado pela *Voz da Unidade*, semanário oficioso do PCB, que, diga-se de passagem, silenciou totalmente sobre os 110 anos do nascimento de Vladimir Ilich.

No mesmo 22 de abril a "Organização de Base 10 de Dezembro" do Partido Comunista Brasileiro, em São Paulo, distribuía, segundo sua própria informação, dois mil panfletos alusivos aos 110 anos de Lênin, terminando por um "Viva Luis Carlos Prestes!" e por um "Abai-

xo o revisionismo". Como se as alusões não fossem bastante claras, a carta que acompanhou o panfleto, enviada à redação de *EM TEMPO*, ressaltava a oportunidade de tal comemoração no momento em que o Comitê Central do PC se encontra sob o "controle de um grupo direitista".

A hipótese de que a "organização de base 10 de dezembro" seja a expressão da cisão do PCB em São Paulo — onde existiriam dois comitês regionais (ver *EM TEMPO* N° 104) é contestada por Armênio Guedes, um dos dirigentes do CC conhecidos por sua oposição a Prestes. Para Guedes, a iniciativa da Base 10 de dezembro é "irresponsável", não apresentando nenhuma significação dentro do PC em São Paulo, que estaria alinhado com as posições do Comitê Central. Armênio Guedes revela, igualmente, que uma resposta oficial do CC à "Carta aos Comunistas" de Luis Carlos Prestes deverá ser publicada "ainda no primeiro semestre", uma vez que o texto anterior, que continha, entre outras, sua assinatura não é uma resposta oficial da direção do Partido. O posicionamento do CC parece tão mais urgente, na medida em que alguns Comitês Estaduais, como é o caso do Rio Grande do Sul, entre outros, já manifestaram seu apoio às posições de Prestes. Se é certo que os contingentes mais importantes defendem a maioria do CC — sobretudo em São Paulo e no Rio — não é menos certo que a

## Seis livros sobre o PCB

Uma das consequências da "abertura literária" que o país atravessa é a enchurrada de livros sobre o Partido Comunista Brasileiro — nada menos do que seis foram publicados nos dois últimos meses.

Se a seleção de textos da Editora Ciências Humanas oferece uma inestimável coleção dos principais documentos do PC nestes últimos 20 anos, a apresentação feita por Marco Aurélio Nogueira não vai além das análises auto-complacentes do Partidão sobre sua própria história, na quais avultam os êxitos contra o "ultraesquerdismo" e o "golpismo", fontes de todo o mal, e onde episódios como a grave crise de segurança enfrentada em 74 e 75 é resumida em termos de "erros e descuidos". De qualquer maneira, trata-se de um livro indispensável para qualquer análise séria sobre o PC. Nogueira fica nos devendo um estudo mais crítico e menos apologético.

Na mesma linha documental está a série de entrevistas que Pedro del Picchia, correspondente da *Folha de São Paulo* em Roma, realizou com vários dirigentes do CC na Europa. Os depoimentos são do ano passado (anteriores à anistia), mas antecipam em mais de um ponto o conflito que hoje opõe o CC ao seu secretário-geral Luis Carlos Prestes.

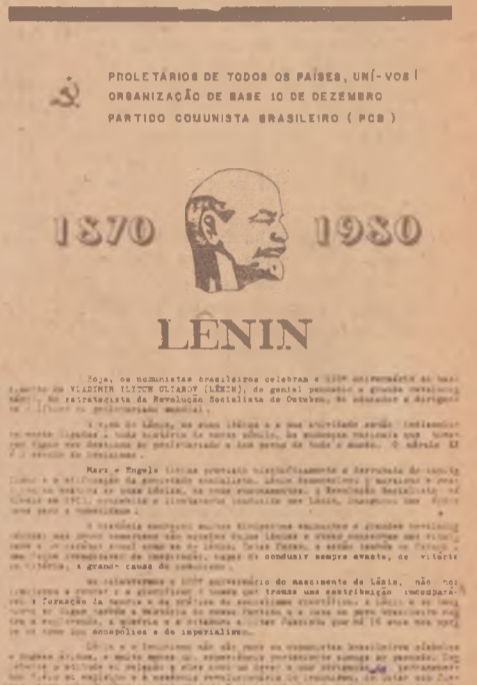
O livro de Hércules Corrêa, sintomaticamente intitulado *A Classe Operária e seu Partido*, reúne entrevistas e artigos do ex-dirigente do CGT além de alguns documentos do PC, todos eles produzidos no exílio. O depoimento de quase 80 páginas que abre o livro ilumina a personalidade deste dirigente sindical e político, além de proporcionar interessantes elementos biográficos e saborosas histórias sobre a vida política brasileira entre 61 e 64, quando o então deputado Hércules Corrêa privou, na condição de diri-

gente do CGT, com as mais altas personalidades da República. Mas o livro nos mostra, igualmente, um Hércules excessivamente voltado para o passado, arreio às transformações pelas quais já no ano passado vinha passando o movimento operário brasileiro. Se é absolutamente correto pensar o movimento sindical a partir das experiências passadas, como propõe Hércules, nada mais falso do que tentar anular a especificidade das novas lutas operárias, especialmente a partir de 78, e ficar preso a uma nostálgica continuidade histórica. É por insistir nesta linha que o livro imodestamente se chama como se chama.

Mas também a história do PCB está presente no festival de livros destes últimos meses. Desde os documentos oficiais da cassação do registro do PC em 47 (reunidos pela A. Global) até a tese de mestrado de Spindel sobre as origens das posições populistas no PCB. O texto de Spindel, importante para compreender a evolução do partidão, particularmente na crucial conjuntura do pós-Estado Novo, não chega, no entanto a cumprir seu objetivo de explicar o comportamento do PCB na conjuntura 44-46. Pretendendo em vão ir mais além de Weffort em seu excelente artigo sobre as "Origens do sindicalismo populista no Brasil" (Estudos CEBRAP 4), Spindel se deixa enredar um pouco num discurso sociológico, embebido nas bizarras categorias do sociólogo francês Alain Touraine.

Finalmente, está a carta de Prestes, já publicada por *EM TEMPO*, acrescida de um perfil do "Cavaleiro da Esperança" feito pelo escritor Graciliano Ramos e de uma nota biográfica organizada por seu Advogado Aldo Lins e Silva, onde o tom apologético faz com que alguns momentos da vida do dirigente do PC sejam silenciados ou que alguns arranhões à história sejam cometidos. (M.A.G.)

ardança em uma resposta oficial contri-  
ou para uma crise de legitimidade da  
atual direção, paralizando sua eficácia  
política. Um sintoma desta erosão provo-  
cada pela ofensiva prestista seria a posi-  
ção de Gregório Bezerra, a princípio  
apresentado como alinhado com o CC,  
mas nas últimas semanas bastante mais  
vacilante, ao ponto de que a *Hora do  
Povo* o apresente como aliado de Prestes.



- O PCB NO QUADRO ATUAL DA POLÍTICA BRASILEIRA, entrevistas concedidas a Pedro del Picchia, *Civilização Brasileira*, Rio, 1980 (Cr\$ 140,00)
- PCB Processo de Cassação do Registro (1947), *Aldeia Global Editora*, Belo Horizonte, 1980, 140 pp (Cr\$ 250,00)
- O PARTIDO COMUNISTA NA GÊNESE DO POPULISMO, Arnaldo Spindel, *Edições Símbolo*, São Paulo 1980, 114 pp (Cr\$ 150,00)
- A CLASSE OPERÁRIA E SEU PARTIDO, Hércules Corrêa, *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1980, 247 pp (Cr\$ 280,00)
- PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA Documentos 1958-1979, *Livraria Editora Ciências Humanas*, São Paulo, 1980, 353 pp (Cr\$ 400,00)
- CARTA AOS COMUNISTAS, Luis Carlos Prestes, *Editora Alfa-Omega*, São Paulo, 1980, 56 pp (Cr\$ 120,00)
- Todos estes livros podem ser encontrados na Livraria Capitu, rua Pinheiros, 339, telefone 282.9237, São Paulo.



13 de maio de 1880:

# Da escravidão ao exército industrial de reserva

O centenário da abolição da escravatura encontra os negros brasileiros em busca de seu passado histórico e cultural obscurecido pelo mito da liberdade.

Por Clovis Moura (\*)

Entramos na década do centenário da Abolição no Brasil. O fato histórico não pode ser ignorado. Mas há como que um esquivar-se a pesquisá-lo profundamente, apesar das inúmeras teses universitárias abordando o problema do negro. Uma consciência culpada parece impedir que se descubra os mecanismos históricos e sociais que levaram o negro brasileiro a se encontrar na situação em que se encontra. No entanto, no nosso entender, a trajetória do negro de escravo a marginalizado explica por extensão a formação do atual modelo brasileiro de capitalismo dependente.

A decomposição do escravismo colonial leva a que se procure uma forma através da qual esse tipo de trabalho seja substituído por outro que corresponda mais às necessidades do desenvolvimento da economia brasileira já inteiramente subordinada ao mercado internacional. Descartar-se do negro e substituí-lo por outro tipo de trabalhador foi a solução encontrada. Conservado o latifúndio, o imigrante vem ocupar o centro do sistema de produção naquilo que ele tinha de novo e mais dinâmico, enquanto o negro passa a ser considerado incapaz para o trabalho.

Esta posição tem um duplo objetivo: de um lado, manter uma grande quantidade de trabalhadores desempregados e marginalizados, para forçar a baixa dos salários dos empregados e, de outro, satisfazer o desejo de branqueamento das elites.

## A ideologia da democracia racial

O processo foi rápido e violento. O ex-escravo é deslocado do centro do sistema que ocupara durante o escravismo para as áreas periféricas ganeradas. O ritmo de desenvolvimento da economia que se criou obviamente não teria condições de absorvê-lo mais, e ele, ao tentar descongelar-se e reivindicar a sua participação nesse mercado de trabalho restrito é barrado pelos estereótipos que foram criados contra ele para que a sua ascensão fosse dificultada ou impedida.

O preconceito de cor é um instrumento de bargagem usado por um tipo de sociedade que não dá condições de ser aproveitada toda a mão de obra disponível. A chamada marca da cor é apresentada, sempre, como elemento inferiorizador do elemento negro. Ao tempo em que assim agem criam a ideologia da "democracia racial" procurando, por meio dela, justificar a situação do negro como sendo culpa dele mesmo porque as possibilidades de oportunidades estão abertas igualmente para todos.

Essa ideologia foi formada historicamente em concomitância com a decomposição do regime escravista e da formação da sociedade de capitalismo dependente que o substituiu. O escravo (nos últimos anos do escravismo) já era um elemento que não representava mais a mão de obra básica da nossa economia. Menos de um milhão de escravos foi beneficiado com a chamada Lei Áurea. Para esclarecer melhor: em 1882 a população das cinco principais províncias do País (São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro) era composta de 1.433.170 trabalha-

dores livres, 656.450 escravos e 2.822.583 desocupados.

Essa grande população desocupada era exatamente aquela que estava saindo das senzalas e não tinha condições de se incorporar ao processo de trabalho novo. O número de desocupados, por isto, somava quase o dobro dos trabalhadores livres. Era, portanto, uma substituição a curto prazo que se estava fazendo no conjunto da economia brasileira não apenas nas suas relações de produção, mas do seu próprio trabalhador. O escravo libertado não se converteu em trabalhador livre. No Brasil essa passagem foi feita através da injeção maciça da mão de obra alienígena.

## O que sobrou para o negro?

De 1827 a 1899 entraram, no Brasil 940.684 imigrantes. Convém notar, também, que somente após 1850, quando através da Lei Eusébio de Queiroz se extingue o tráfico, ela aumenta consideravelmente.

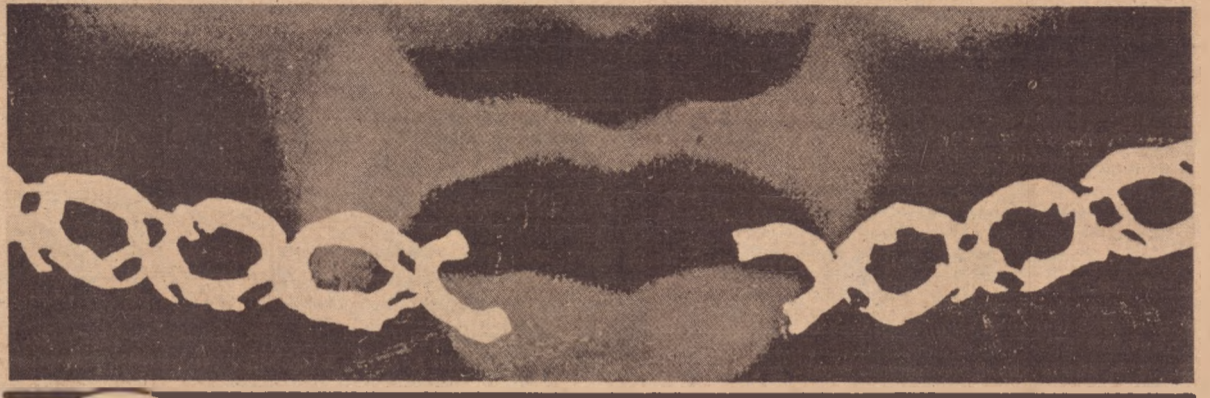
Diante dos relativos mecanismos de desenvolvimento que foram libertados, houve um movimento de proteção a esses imigrantes, através de uma política dirigida e de planos integrativos, enquanto o ex-escravo era sistematicamente repellido daqueles setores mais dinâmicos da economia em desenvolvimento. Tanto na indústria nascente como na agricultura, especialmente no seu setor nacionalmente mais dinâmico que era a lavoura do café, houve um trabalho racional de "fixação do imigrante", enquanto as populações negras flutuantes eram transformadas nas grandes massas marginais necessárias ao modelo.

O que sobrou para o negro, ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição. Esta foi a realidade que o negro encontrou como legado da Abolição.

Este processo histórico de esmagamento social, cultural e político explica porque o negro encontra-se atualmente nos últimos patamares de uma sociedade que ele não apenas ajudou a construir mas da qual foi o grande construtor.

Agora, ao que tudo indica, após os grandes movimentos negros dos Estados Unidos e da libertação dos países africanos, o negro brasileiro se rearticula como ser procurando a sua memória e o seu orgulho étnicos. No momento em que ele ligar esta consciência étnica à consciência revolucionária, vendo a necessidade da destruição do modelo que o lezou, duplamente, será um dos grandes componentes das forças transformadoras da nossa realidade política, econômica e social.

(\*) Clovis Moura é sociólogo e historiador. É autor entre outros livros de "Rebeliões de Senzala" e "O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?".



Abdias do Nascimento exclusivo

## Quilombismo: o poder para os negros

Durante o mês de Maio, Abdias do Nascimento estará lançando seu livro "O QUILOMBISMO" (Ed. Vozes) que contém vários documentos e análises sobre o racismo e a marginalização sofrida pelo negro brasileiro. EM TEMPO publica um trecho (inédito) do livro.

Abdias do Nascimento, famoso defensor da causa do negro no Brasil, foi fundador do Teatro Experimental do Negro, Presidente da Convenção do Negro e fundador do Museu de Arte Negra entre outras atividades. Desde 1968 vive nos Estados Unidos ocupando-se de atividades acadêmicas, culturais e artísticas ligadas à causa negra.

Desde uma perspectiva mais restrita, a memória do negro brasileiro atinge uma etapa histórica crucial no período escravocrata iniciado de forma sistemática por volta de 1500, logo após a chamada "descoberta" do território e os atos inaugurais dos portugueses rumo à colonização do país. Excetuando os índios, progressivamente exterminados, o africano escravo foi o primeiro e o único trabalhador do novo País, e durante três séculos e meio ergueu as estruturas econômicas deste gigante chamado Brasil.

O negro está longe de ser arrivista ou um corpo estranho: ele é o próprio corpo e alma deste País. Mas a despeito dessa realidade histórica inegável e incontestável, os africanos e seus descendentes nunca foram e não são tratados como iguais pelos segmentos minoritários brancos que complementam o quadro demográfico nacional. Esta minoria de ascendência européia tem mantido a exclusividade do poder, do bem estar, e da renda nacional.

É verdadeiramente escandaloso notar que porções significativas de imigrantes europeus começaram a chegar ao Brasil em fins do século passado, como imigrantes pobres e necessitados. Mas imediatamente passaram ao desfrute de privilégios que a sociedade dominante, essencialmente racista, lhes concedeu a nível de sócios de raça e parcelos do supremacismo branco eurocentrista. Tais imigrantes não demonstraram nenhum escrúpulo e nenhuma dificuldade em assumir os preconceitos vigentes contra o negro-africano, aqui e na Europa, beneficiando-se deles: os imigrantes preencheram todas as vagas no mercado de trabalho negadas aos ex-escravos e seus descendentes — o negro brasileiro. Este foi literalmente expulso do sistema de trabalho "livre" e da estrutura de produção, à medida que se aproximava a data "aboliconista" de 13 de maio de 1888.

Levando-se em conta a condição do negro, à margem do sistema empregatício ou degradado no semi-emprego e no sub-

emprego; tendo-se em vista a segregação residencial urbana que lhe é imposta pelo duplo motivo de raça e pobreza, destinando-lhe como áreas de moradia autênticos ghettos disfarçados sob denominações diversas, compreende-se facilmente porque todo afro-brasileiro consciente não tem a menor esperança de que uma mudança progressista possa ocorrer espontaneamente, no seio das camadas brancas, em benefício da comunidade afro-brasileira.

Rejeitado pelo sistema de emprego, como então, vive o segmento cidadão da população afro-brasileira? Segundo o Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ele constitui quatro milhões e meio de uma categoria denominada "empregados em serviços". Chega a ser irônico um tal eufemismo quando sabemos que nessa classificação se incluem trabalhadores sem ordenado fixo, isto é, biscateiros vivendo a pequena aventura diária de engraxar sapatos, lavar carros, entregar encomendas, transmitir um recado, venda ambulante de doces, frutas, etc, tudo à base de remuneração miserável de centavos.

Desta realidade pungente é que brota a necessidade urgente que o negro tem de defender a sua sobrevivência e de assegurar a existência completa do seu ser. Os quilombos resultaram dessa exigência vital sentida pelos africanos escravizados, de resgatar a liberdade e dignidade que lhes fora roubada através da fuga ao cativeiro e da organização de sociedades livres no território brasileiro. A multiplicação dos quilombos no espaço e no tempo fez dele um autêntico movimento sócio-político e econômico amplo e permanente. Aparentemente acidental e esporádico no começo, rapidamente transformou-se, de improvisada emergência, em metódica e constante vivência das massas africanas que se recusavam à submissão, à exploração, à humilhação, e à violência do sistema escravista.

## Um genuíno foco de resistência

O Quilombismo estrutura-se em forma de comunidades independentes, núcleos associativos auto-suficientes, que tanto podiam estar localizados no seio de florestas de difícil acesso facilitando sua defesa e organização como permitidos ou tolerados pela classe dominante, neste caso, via de regra, com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, culturais ou de auxílio-mútuo.

Entretanto, não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afóchés, escolas de samba, gafeiras, constituíram e constituem formas quilombolas ou quilombistas "legalizadas" pela sociedade dominante. Enquanto do outro lado da lei ergueram e se erguem os quilombos radicalmente confrontados e desafiadores da opressão sistemática praticada pelas elites no poder. Mas tanto os quilombos "legalizados" como os fora da lei formam uma unidade, uma afirmação humana, étnica, cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de situações e significações, a esta praxis afro-brasileira de resistência à opressão e de auto-afirmação política, eu denomino de Quilombismo.

Importante é destacar que esta tradição de luta quilombista existiu e existe através de todas as Américas. Desde as primeiras décadas de 1500, africanos livres recusaram-se a se submeter aos horrores da escravidão européia, e formaram compactas comunidades as quais desatarem contínuas e vitoriosas lutas armadas contra os colonizadores, isto durante séculos.

O Quilombismo e seus vários equivalentes em todas as Américas - Cimarronismo (Cuba), Palenquismo (Colômbia), Cumbismo (Venezuela), Maronismo (Jamaica e Estados Unidos) significam hoje uma alternativa internacional para a organização política popular das massas negras.

A constatação fácil do enorme número de organizações afro-brasileiras que se intitularam no passado e se intitulam no presente de Quilombo e/ou Palmares, testemunha quanto o exemplo quilombista significa como valor dinâmico na estratégia e na tática de sobrevivência e progresso das coletividades de origem africana. Com efeito, o Quilombismo tem-se revelado um fator capaz de mobilizar disciplinadamente as massas negras devido ao seu profundo apelo psico-social cujas raízes estão entranhadas na história, na cultura, no sangue e na vivência dos afro-brasileiros."

(Transcrição de Vanderley José Maria)



# Negras: quem não se organiza, dança

Lenny e Raquel, do Movimento Negro Unificado, falam da opressão que é a sua. «Branca para casar, negra pr'a trabalhar, mulata pr'a fornicar»

Por Elizabeth Souza Lobo

**L**enny tem 26 anos, é funcionária pública. Estudou inglês mas faltou tempo para continuar. Sempre frequentou algumas entidades culturais negras mas só no ano passado quando viu a manifestação do Movimento Negro Unificado resolveu integrar-se. «Me identifiquei com o que diziam, foi um primeiro amor. Minha vida mudou e para mim é muito gratificante por a minha ideologia na prática.»

Raquel tem 28 anos, fez pedagogia porque achava que através da educação poderia fazer alguma coisa contra o racismo e contra a miséria. «Mas terminou sendo uma violência para mim entrar numa sala de aula com um livro em que uma ilustração mostrava um trem levando uns meninos rumo ao sucesso. O maquinista é que era negro.» Hoje Raquel é funcionária pública. Há um ano, ouviu uma conferência do Movimento Negro Unificado. Resolveu assumir sua luta. «O que eu sempre procurei, estou encontrando».

— Como vocês chegaram à consciência de sua condição de mulheres negras?

Raquel — A discriminação eu senti desde pequena porque morava num bairro de brancos. Éramos só duas famílias negras. Nas brincadeiras de roda a gente era a última a ser escolhida. Quando havia briga lá vinha: «negrinha». Eu me queixava para minha mãe: «Eles me xingaram de negra». Ela respondia: «Filha eles não te xingaram, você é negra.»

Quando entrei para a faculdade pensava que lá não haveria preconceito. Foi onde encontrei mais. Num seminário sobre a Educação na França a professora disse: «Sinto muito, mas não consigo admitir um negro numa cadeira de universidade. «Éramos seis negras. Sempre que havia um trabalho procurávamos fazer o melhor. Ser aceitas».

Lenny — A minha consciência veio na adolescência. Antes eu não sentia o preconceito. Meu pai me dizia que eu ia ser discriminada mas eu não compreendia. Quando comecei a procurar trabalho me dei conta. Quando se coloca num anúncio que é preciso «boa aparência», já sabe, negro não entra. Ainda antes da discriminação de sermos mulheres, sentimos a de sermos negras. E depois, no trabalho você tem que ter cuidado senão... termina fazendo o trabalho dos outros. A dificuldade de trabalho empurra a mulher negra para dois caminhos, ou se é doméstica ou se é mulata. Ser mulata é uma profissão quando não se tem outra oportunidade. Isto nos marginaliza ainda mais.

## «Boas de cama»

— Vocês sentem a imagem de objeto sexual que lhes é imposta?

R — Nós não podemos ser inteligentes. As relações são difíceis. Na rua pinta sempre violência. Ou então um amigo, com a maior boa vontade e inocência diz: «Eu não tenho preconceito: adora uma negra na cama.»

L. — A negra não é vista como companheira estável. Como no tempo da escravidão quando ela não podia ter família. Num grupo de brancos a gente só é «tratada» como igual se está com um branco.

R. — Um grande problema é que a mulher negra foi muito repartida. Cada uma é uma cabeça. Ela termina se refugiando na religião que diz que um dia no céu todos seremos brancos, de olhos azuis. E para isso temos que ser boazinhas. Nem nas bonecas da infância a gente se vê. Só como «Nega Fulô». A gente só se vê no espelho. E mesmo assim

fica imitando o modelo branco e se sente cada vez mais perdida. E quando a mulher negra começa a procurar suas raízes vira folclore.

## Tripla opressão

— Vocês são feministas?

L. — Pessoalmente somos feministas. Enquanto grupo ainda não chegamos a isto. Por enquanto somos um grupo de mulheres do Movimento Negro. Nossa proposta é a reformulação do papel da mulher negra, participar da luta, discutir a tripla exploração: de raça, sexo e classe. Eu sempre me considerei feminista e a gente tem um problema ainda maior porque o homem negro é mais machista. O homem negro quando chega em casa explode toda a opressão que vive na rua. Acho que não temos opção, ser feminista é uma condição.

R. — Também em casa é diferente. A maioria das mulheres negras trabalha, e as crianças tomam conta umas das outras. As crianças são sofridas, como a mulher.

— Como vocês viram os resultados da sua participação no Congresso das mulheres e no movimento feminista?

R. — Nos grupos de trabalho a maioria das mulheres se sensibilizou quando colocamos nossos problemas. E esta foi a primeira vez que participamos do Congresso.

L. — No meu grupo houve resistência quando se colocou a questão da imagem da mulher negra nos meios de comunicação. E depois tivemos que lutar para falar na assembleia. Mas valeu. Ganhamos um espaço.

R. — Mas a gente sabe que mesmo lutando por creches os nossos filhos vão ser os últimos a conseguir vaga. Quer dizer que a nossa luta não pode se separar da luta contra a discriminação racial.

R. — Quando a mulher branca está se libertando ela está oprimindo outros setores, se não der lugar para as outras oprimidas, como nós ou as domésticas, que só ousaram falar no Congresso depois que nós falamos.

— No Movimento Negro, como é a participação das mulheres?

L. — Pelo tempo que estamos lutando, até que conseguimos muito. Os homens, é claro, tem mais experiência, mas são muito cuidadosos em nos consultar. E nós funcionamos como um subgrupo de trabalho.

R. — Nós dizemos que queremos os homens como companheiros, mas enquanto houver homens dando ordens não há igualdade, por isto lutamos.

L. — Estamos discutindo também as questões que atingem todas as mulheres: o controle do nosso corpo, o aborto, a igualdade de salários.

— Vocês se consideram um movimento de minoria?

R. — Nosso movimento é de uma minoria ideológica. Nossa proposta é colocar a questão da discriminação em todo o lugar, para negros e brancos.

L. — E também a esquerda precisa abrir espaço para o problema racial como para o dos índios. Num debate eu perguntei como era a questão racial no socialismo. Um personagem respondeu que na URSS não havia racismo e que as mulheres russas adoravam os negros. Insisti na pergunta e o personagem ficou bravo. Me senti mal, eu era a única negra na sala. Passei por agressiva.

R. — Quando a gente insistir em discutir a questão racial é tachada de racista.

L. — Por isto, se você não se organiza, dança.

R. — Mas é claro que estamos no mesmo barco: brancos e negros, explorados.



Jesus Carlos

Conquistando um espaço no II Congresso da Mulher Paulista

## Pela Revolução Feminista

A DIALÉTICA DO SEXO

Um estudo da revolução feminista

SHULAMITH FIRESTONE

Coleção Bolso — Editorial Labor do Brasil S.A. 1976 Rio de Janeiro

tradução de Vera Regina Rebelo Terra

Por Olga Nascimento

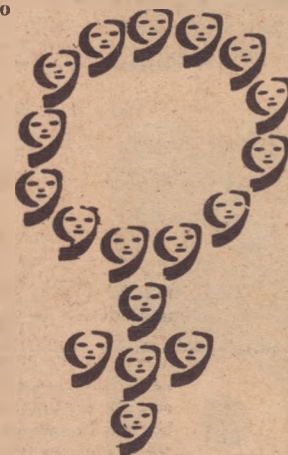
**P**artindo da noção de classes «sexuais», Shulamith Firestone, escreve aos 25 anos este que parece ser o livro mais radical e coerente sobre o feminismo, escrito depois de «O Segundo Sexo» de Simone de Beauvoir. Para ela o feminismo representa o fim do sistema de classes baseado no sexo e a luta pela libertação das estruturas opressivas de poder estabelecidas pelos homens.

Esta parece ser uma das únicas publicações feministas que se propõe a historicizar o movimento político das mulheres norteamericanas, bem como a sua participação na luta abolicionista e na industrialização (o que não aparece nos livros de História escritos, é claro, por homens).

A autora analisa também a história do movimento feminista nos EUA, a identificação do romance com o casamento nos anos 20, através do erotismo, a insatisfação pós-depressão dos anos 30, a guerra nos anos 40, a ação da propaganda hollywoodiana nos anos 50 e a «liberação» nos anos 60.

Interessante também é o perfil da participação das mulheres na luta feminista (as feministas conservadoras, as politiquês e o feminismo radical), além de algum acerto de contas entre Freud e este que é o movimento mais radical do século XX, o movimento feminista.

Por outro lado, é impossível falar da libertação das mulheres,



sem também discutir a libertação das crianças, e vice-versa. O núcleo da opressão das mulheres são seus papéis de reprodutora e educadora das crianças. E, por sua vez, as crianças são definidas em relação a esse papel, e são psicologicamente formadas por ele.

As mulheres e as crianças encontram-se hoje no mesmo barco furado. Suas opressões começaram a se reforçar uma à outra. A mística das glórias do parto, da grandeza da criatividade «natural» feminina, acrescentou-se agora uma nova mística sobre as glórias da própria infância e da «criatividade» da educação das crianças. («Pois bem querida, o que poderia ser mais criativo do que criar uma criança?»). Hoje as pessoas esqueceram o que a História tinha provado: que «criar» uma criança é o equivalente a retardar seu desenvolvimento. O melhor modo de criar uma criança é deixá-la em paz.



## Oposições sindicais se reúnem em São Paulo

Além de se articularem nacionalmente, as oposições sindicais decidiram reforçar o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, marcado para dois e três de agosto. No sul, foi realizado o 1º Encontro Estadual de Trabalhadores.

Com a participação de 110 representantes de oposições sindicais e sindicalistas combativos, representantes de 14 Estados, foi realizado, nos dias 10 e 11 de maio, o Encontro das Oposições Sindicais. Durante o encontro, realizado numa escola da zona sul de São Paulo, os participantes buscaram a definição de linhas comuns de atuação a nível nacional, decidindo, também, reforçar o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical Arelada, marcado para os dias dois e três de agosto, deste ano, em São Paulo.

A unidade de atuação das oposições sindicais, para enfrentar o atrelamento dos sindicatos ao Estado foi, sem dúvida, o ponto central do Encontro, que registrou, também, um consenso quanto à necessidade da independência da organização de base com relação não só à estrutura sindical, como também aos grupos políticos-partidários e as próprias oposições sindicais que ocupam ou venham a ocupar as diretorias dos sindicatos.

### O encontro

A articulação das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo também ocupou as atenções dos participantes do encontro. Todos constataram a defasagem existente entre elas, e que refletem a diversidade da própria estrutura econômica do país. Essas diferenças, por exemplo, podiam ser sentidas durante os próprios debates, desde o nível da linguagem empregada até o nível de consciência e politização dos trabalhadores rurais e urbanos. Prova disso, foi a perplexidade de um trabalhador de Goiás, quando se discutia a questão da formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT): "a gente não sabe o que querem dizer essas coisas que estão sendo discutidas aqui. Quero saber a forma que a gente vai juntar a luta da roça com a das outras categorias. Porque os nomes estão confundindo a minha cabeça", observou ele.

Entretanto, quando se trata de enfrentar os seus problemas, os trabalhadores rurais tem muita clareza, como demonstraram repetidas vezes nos debates das plenárias e nos trabalhos das comissões. O uso e a posse da terra, o cumprimento da legislação trabalhista no campo, o assalariamento em contraposição às demais formas de relação de produção, a existência dos "bóias frias" como expressão da penetração e sedimentação do capitalismo, foram minuciosamente discutidas. Da mesma forma, os assalariados rurais mostraram ter consciência de que sua luta é diferente da dos posseiros e meeiros, pela propriedade da terra. Como disse um representante de Santarém, Amazonas, "se derem um pedaço de terra para o trabalhador, nesse sistema, os grandes vão engolir ele de novo e transformar em "bóia fria" de novo".

Também estiveram presentes ao encontro dois trabalhadores de São Bernardo do Campo, que fizeram um balanço preliminar sobre a greve que completava 40 dias de duração, destacando os avanços organizativos alcançados e o caráter popular assumido, em função do amplo apoio recebido da população, nos bairros, da Igreja e dos movimentos de solidariedade. Ao mesmo tempo, eles criticaram a falta de apoio recebido da chamada "Unidade Sindical" que estava muito mais preo-



cupada, juntamente com certos deputados do PMDB, em encontrar, à revelia dos trabalhadores de São Bernardo, formas de por um fim à greve.

A experiência dos trabalhadores do ABC, particularmente os de Santo André e São Bernardo, que tiveram seus sindicatos sob intervenção governamental, foi certamente muito valiosa para os debates acerca do atrelamento das entidades à estrutura. Todos concordaram que não existe uma fórmula única de atuação nesse sentido e o que, em última instância, define um trabalho de oposição é a luta contra o atrelamento e a preservação e garantia da democracia pela base. Esta foi reafirmada pela ênfase aos grupos e comissões de fábricas e nos locais de trabalho, nas cidades, bem como os grupos de ajuda, reuniões de comunidade e mutirões ou grupos por fazenda, no campo.

Para que esse combate seja levado a bom termo concordaram todos, participantes, é fundamental o apoio mútuo-financeiro, político, jurídico entre as oposições, ao mesmo tempo em que foi enfatizada a necessidade de se dar um destaque especial à circulação de informações, dificultada no campo, em função do analfabetismo.

### Encontro nacional

No final do Encontro foi formada uma comissão, sem caráter deliberativo, que deverá se responsabilizar pela criação de um centro de informações e a publicação de uma revista quinzenal (a comissão estará sediada, provisoriamente, no Centro Pastoral Vergueiro - Rua Vergueiro, 7.290, São Paulo).

Ficou claro para os trabalhadores presentes, que o Encontro ao mesmo tempo em que representava um passo decisivo no sentido da melhor articulação das oposições sindicais, não se tratava de uma proposta alternativa ao 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, encarado como a possibilidade de criação de um pólo que aglutinaria as oposições sindicais e sindicalistas combativos em sua luta comum.

Inclusive, foi realizada durante a reunião das Oposições, a 2ª reunião da Comissão encarregada de organizar o Encontro dos Trabalhadores. Além de fixar sua realização para os dias dois e três de agosto, a Comissão decidiu estabelecer que o número de delegados por Estado deverá corresponder a 20 por cento dos participantes dos Encontros Estaduais, ficando a critério de cada Estado a

definição dos critérios para a eleição das respectivas delegações.

### Rio Grande do Sul

Os gaúchos, por exemplo, já haviam começado cedo com sua preparação para o Encontro dos Trabalhadores, ao realizar, no dia quatro de maio, em Porto Alegre, o Primeiro Encontro dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. Estiveram presentes representantes dos sindicatos dos Bancários (diretoria eleita), Vestuário de Porto Alegre, Bancários de Uruguaiana, Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Ronda Alta, Torres, Cachoeira, Tenente Portela, Bento Gonçalves, Movimento Contra a Carestia e oposições sindicais de metalúrgicos (São Leopoldo, Caxias e Porto Alegre), construção civil (Porto Alegre e Caxias) professores (Porto Alegre e Cachoeirinha), calçados (Porto Alegre) jornalistas, gráficos, assistentes sociais e Associação dos Sociólogos entre outros.

Durante o encontro, que repassou, na parte da manhã, os problemas específicos de cada setor, como a conquista de piso salarial, estabilidade no emprego, luta contra a CLT (na cidade), concentração da terra, falta de preços para os produtos agrícolas (no campo), foram discutidas formas de atuação conjunta campo-cidade.

Foram aprovadas propostas de luta pela reforma agrária, contra a estrutura sindical, pela extensão da legislação trabalhista ao campo, contra o arrocho salarial e a exploração dos monopólios nacionais e internacionais, pela reforma da previdência social e pela conquista de liberdades democráticas. No plano organizativo, por outro lado, foi enfatizada a necessidade de criação da Central Única dos Trabalhadores, que coordenasse as atividades sindicais a nível nacional, precedida pela formação de organismos regionais e municipais.

Finalmente, os participantes resolveram convocar, para dentro de três meses, um novo encontro estadual, que será organizado por representantes dos sindicatos de Bancários e Vestuário de Porto Alegre, Associação dos Sociólogos, Sindicatos Rurais de Ronda Alta, Torres, Cachoeira e das oposições sindicais dos metalúrgicos e construção civil de Porto Alegre. Até lá, essa comissão também deverá coordenar as lutas dos sindicatos, oposições e entidades participantes do 1º Encontro Estadual.

## Comunicações/MG

Tem bode na linha

Um bode é o animal-símbolo da chapa 1, vencedora das eleições para o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações de Minas Gerais (SINT-TEL), além de ser o nome com que é conhecida uma ferramenta de trabalho utilizada pelos profissionais de telecomunicações. Concorrendo sózinha, a chapa 1, vai voltar-se decisivamente para a democratização e massificação do sindicato. Uma de suas medidas iniciais, por exemplo, será a eleição de um Conselho de Delegados Sindicais, com direito a voto e que tomará parte nas decisões da diretoria. Além disso, estão programadas assembleias frequentes, a edição de um jornal mensal, a criação de um departamento cultural e de um departamento feminino.

O programa da atual diretoria propunha a luta por melhores salários, e pela estabilidade no emprego, melhores condições de trabalho, cumprimento da CLT, autonomia sindical, entre outros pontos. E o programa "colou" junto à categoria: prova disso é que, apesar da chapa única, votaram 74,5% por cento dos sindicalizados com direito a voto, totalizando 5.185 votos válidos. Os brancos e os nulos somaram apenas 4 por cento, aumentando o respaldo para a nova diretoria que assume dia 20 de junho.

## Primeiro de Maio

Cinco mil no Rio

Mais de cinco mil pessoas participaram das comemorações do Primeiro de Maio, carioca, realizada na quadra do clube Confiança. Faixas espalhadas pela quadra prestavam solidariedade ao ABC; exigindo a reabertura das negociações e a libertação dos sindicalistas presos. Representantes sindicais, de partidos políticos e outras entidades, participaram do ato que teve um de seus pontos principais na primeira grande manifestação de repúdio ao "chaguismo": o deputado Miro Teixeira, "delfim" do governador Chagas Freitas foi impedido de falar pelos presentes, que não se esqueceram do comprometimento de "Mirinho" com o fechamento do combativo Centro Estadual de Professores (CEP).

## Açu/Rurais

1º Maio no Campo

O primeiro de maio foi festejado no campo. Entre dezenas de comemorações, destaca-se a realizada no município de Açú, no Rio Grande do Norte, com a participação de 20 mil trabalhadores, e que contou com a presença do secretário da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro, Ernesto. Da mesma forma, 104 sindicatos rurais, além de representantes da Contag apoiaram o ato. Na ocasião, o presidente da Contag afirmou enfático, "não há outra solução a não ser a reforma agrária", definindo a posição da entidade frente a questão da estrutura fundiária, que centralizou as atenções dos presentes. Ao mesmo tempo, a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi criticado por José Francisco da Silva.

A manifestação durou duas horas e meia. Ao final, a exemplo do que ocorreu nas manifestações do ABC, todos se retiraram cantando a música "Caminhando", de Geraldo Vandré. Porém, sua disposição de luta demonstrou que sua identidade com os trabalhadores urbanos, ia muito mais além.

## Embú/SP

Querem transportes

Mais de 60 moradores da periferia do Embu, nos arredores de São Paulo, representando quase 20 bairros, estiveram no último dia seis, na sede da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), reivindicando melhoria nos transportes coletivos da região. Recebidos pelo encarregado do setor de fiscalização da empresa, sr. Ivens, eles entregaram um abaixo-assinado com 3.091 assinaturas onde pedem a volta da linha Santa Emilia-Pinheiros via BR-116, retirada de circulação há cerca de dois meses, e a criação de uma linha Santa Emilia-Santo Amaro, via Jardim Maria Sam-paio.

"Não foi fácil chegar até aqui" comentou um morador. Ele contou que o movimento começou há quase um ano. Primeiro, com pouca gente participando, fazendo pesquisas, colhendo assinaturas, distribuindo convites para as reuniões. Mas, com a retirada da linha Santa Emilia-Pinheiros o movimento cresceu, novos bairros entraram na luta e até um vereador do PMDB passou a colaborar com os moradores.

E, no dia seis, ao chegarem à EMTU os moradores descobriram - espantados e desconfiados - que não estavam sozinhos. Dois vereadores do PDS, Enoque Estevão de Souza e Antonio Gimenez, sabendo da manifestação programada apareceram na sede da empresa poucos minutos antes e, dizendo-se representantes do povo tentaram passar por porta-vozes do movimento.

"Chachorrada! A gente prepara a terra, planta e na hora de colher aparecem esses caras querendo se promover em cima da gente", protestou um dos moradores. A intromissão dos "adesistas" do PDS acabou atrasando a audiência dos moradores por mais de meia hora. No final, ao serem recebidos, eles fizeram questão de deixar bem claro que não tinham qualquer ligação com "aqueles senhores". "Quem vai falar é o povo e nós não demos a nenhum vereador o direito de nos representar aqui", afirmaram. "Representantes somos nós, que sofremos com a condução", disseram outros.

Essa região representa um total de quase 30 mil usuários de transportes coletivos. Mas, a única empresa que serve atualmente o local, a Viação Campo Limpo de propriedade do vice-prefeito do Embu, não atende às necessidades da população. "Tá vendo aqui", disse a moradora entregando ao funcionário da EMTU fotos de ônibus super-lotados. "Isso foi há dois meses. Agora está muito pior pois nasceu mais gente" falou provocando risos nos demais.

Segundo os moradores, além da empresa colocar poucos carros na linha, a qualidade do serviço é péssima: as portas dos ônibus não fecham, há vidros quebrados, bancos e corrimões soltos e os carros nunca estão limpos. Eles reclamam também da agressividade dos cobradores que chegam a andar armados para desencorajar qualquer passageiro que reclama da falta de troco.

Por esses "serviços", os moradores do Embu pagam Cr\$ 7,50 (Cr\$ 1,00 a mais que na capital). Com a retirada da linha que passava pela BR-116 muita gente está sendo obrigada a tomar duas conduções para chegar ao trabalho. No final do mês são mais de 600 cruzeiros, como vou sustentar os seis netos que eu crio se meu marido ganha seis mil cruzeiros por mês?" quiz saber uma das moradoras.

Ao final da reunião, ficou acertado que os moradores escolherão 7 representantes que acompanharão os estudos que os técnicos da EMTU farão na região. "E, se a comissão não resolver, nós voltamos aqui com o povo todo", afirmaram os moradores.

piquetão



## Minas Gerais

# A greve foi só uma batalha

Após 18 dias de paralisação, os professores mineiros decidem pela volta às escolas. Embora a greve não tenha sido vitoriosa, o ânimo é o de redobrar a luta.



Concentrados na Assembleia legislativa

Quinta-feira, 8 de maio, auditório da Faculdade de Direito. Cerca de 700 professores abrem sua assembléia geral aplaudindo calorosamente as 43 entidades que vêm apoiando sua greve, já no 17º dia.

Quando o prof. Geraldo Barbosa menciona a Igreja, aplaudem de pé. É o reconhecimento da disposição firme de apoiar o professorado demonstrado pela Igreja, durante a greve. A maioria das Regionais funcionou em salões paroquiais. Nas missas foi discutida a luta dos professores.

No dia 29 de abril a igreja São José, no centro da cidade, foi palco de um emocionante Culto Ecumênico com mais de 3 mil participantes e celebrado por 7 padres e um pastor presbiteriano. No culto, foi divulgada uma nota dos bispos da Pastoral Leste II afirmando que "a Igreja não se conforma em ver que se faz da questão social uma questão de polícia e de segurança nacional."

Por tudo isso, ao retornarem às escadarias da São José, na segunda-feira, dia 5 de maio, os professores tiveram uma surpresa: as paredes da igreja estavam inteiramente pixadas com acusações aos padres de serem comunistas. Mas isto não amedrontou nem o professorado nem a Igreja. Ainda no dia 7, uma procissão marcada para sair da frente da Matriz, foi cercada por tropas de choque e transformou-se em concentração. Velas acesas e santos misturando-se aos cassetes.

### Apesar de toda a repressão ...

No auditório da Faculdade de Direito, 5 cadeiras estão vagas na mesa, simbolizando os diretores da UTE presos e há 6 dias em greve de fome pela reabertura das negociações. Eles só seriam soltos no domingo seguinte, dia 11, com o fim da greve, e a retomada das negociações. A professora Paulisa lê uma mensagem dos presos: "Em várias regiões do Estado, o professorado manifestou sua disposição de aderir à greve, mas foi impedido pela violência. O governo demonstrou, mais

uma vez, que o seu diálogo é a força e a mentira, eternas companheiras."

Se no ano passado, a violência do governo foi descarada — jatos d'água e bombas de gaz lacrimogênio — este ano ele conseguiu transformar em seus agentes a maioria das diretoras e delegados de ensino do Estado. Foram eles que exerceram a violência decretada pelo governo Francelino, demitindo professores convocados e suspendendo efetivos. O número de punidos é incerto, mas, segundo a imprensa, chega aos 500.

Na assembléia que decidiu o fim da greve, é apresentada uma homenagem aos diretores que preferiram colocar seus cargos à disposição do que contratar substitutos para os grevistas e também aos alunos que estão se recusando a receber os novos professores.

Além da demissão sumária, várias outras formas de pressão foram utilizadas contra os professores: desde telefonemas e visitas pessoais das diretoras pressionando-os a voltarem às aulas, até a leitura da Lei de Segurança Nacional em reuniões nas escolas. Na verdade, as reivindicações dos professores, assunto da Secretaria de Educação, passaram para a alçada da secretaria de Segurança. Francelino Pereira e Paulino Cícero, Secretário da Educação, recusaram-se a qualquer diálogo com os professores durante a greve.

### a força um dia será nossa ...

"Diante da intransigência governamental, que na pequenez de sua alma buscou a todo custo nossa humilhação pela força, entendemos que talvez tenhamos que recuar." As professoras escutam com o coração na mão a leitura da carta dos líderes presos. Elas sabem que muitas escolas já voltaram a funcionar, mesmo em Belo Horizonte. Que poucas cidades do interior conseguiram ir além de paralisações parciais. Ninguém defende, na assembléia, a continuidade da greve. "A justiça hoje foi derrotada pela força, embora tenhamos certeza de que perdemos apenas uma batalha dentro de

uma luta que continuará", continua a leitura.

E é com este mesmo espírito que o CGG inicia a sua avaliação, citando a música de Paulo César Pinheiro: **Se a força é tua, ela um dia é nossa.** "Nós não nos preparamos nem avaliamos essa arrancada do governo. Não nos preparamos para medidas repressivas tão fortes."

O CGG entra na assembléia com uma posição lúcida, unificada e consegue transmitir para o professorado uma avaliação clara do movimento grevista: "Houve, sim, uma quebra da união, quando professores sob tensão, sob ameaças, voltaram às escolas para assinar o ponto."

É um contraste com a assembléia anterior, de onde os professores saíram confusos e desorganizados, adiando a decisão sobre o fim da greve. Hoje não. Hoje os professores estão de cabeça erguida, consciente de que ficaram de pé e de que "de pé foi conquistado o aumento para as serventes e a abertura de concurso para o 2º grau", conforme a carta dos diretores presos, além do Projeto de Efetivação, lembrado pela professora Marinês.

### ... multiplicando as formas de luta

A história do Projeto de Efetivação é antiga. Desde a greve do ano passado, uma das reivindicações centrais do professorado é a efetivação dos 73 mil professores convocados, isto é, que não prestaram concurso e por isso não são regidos por nenhuma lei trabalhista.

Em dezembro de 79, o deputado Ronaldo Canedo apresentou um projeto que propunha a efetivação de todos os convocados, aprovado pela Assembleia Legislativa mas vetado integralmente por Francelino. Agora está em votação um substitutivo por ele apresentado, que efetivará menos de 20 mil convocados. Mas os professores sabem, como afirmou Marinês, que "a efetivação não é concessão, é vitória. O projeto do governo não atende totalmente nossas reivindicações, mas já é uma conquista."

Assim, os professores decidem voltar às escolas a partir do dia 12, mas dispostos a continuar sendo "uma pedra no sapato deles": "não estamos recuando de nossas reivindicações. Vamos encaminhar mais efetivamente novas formas de luta". Para isso, mais de 15 propostas são aprovadas: usar tarjas negras na volta às aulas; realizar atos públicos, abaixo-assinados e uma assembléia da categoria; reforçar o trabalho de organização nas regionais e sedes municipais da UTE; distribuir aos substitutos diplomas de traidor "Joaquim Silvério dos Reis"; fazer uma lista das ilegalidades do governo e dos deputados inimigos da categoria; formar uma comissão de negociações — que até o dia 12 só havia conseguido uma promessa de encontro com o Secretário da Educação; fazer reuniões com pais e alunos para agradecer o apoio e explicar a continuidade da luta; e organizar entre professores e alunos o boicote às caixas escolares; ninguém paga mais.

### ... e com um apoio muito maior

Estas duas últimas decisões têm um

significado especial como forma de continuidade da luta, já que, conforme o diretor de Juiz de Fora, da UTE, Paulo Delgado, autor das propostas, a maioria das escolas do Estado paga suas contas de água, luz e outros gastos de manutenção com o dinheiro da caixa escolar. Assim, o boicote à caixa busca questionar quem paga o ensino público: professores e alunos ou os impostos entregues pelo povo ao governo? Para realizar o boicote, os professores contam com a continuidade do apoio que os pais demonstraram durante a greve, através de reuniões, abaixo-assinados e cartas. Como disse D. Maria Tereza, mãe de alunos de um grupo em Nova Lima, ao final da assembléia: "As professoras vão voltar para as escolas chorando e chorando não vão conseguir fazer nenhuma criança sorrir."

Mais que chorando, os professores voltaram lutando. E voltaram amadurecidos. Seu movimento sobreviveu à prisão dos principais líderes, mostrando as fraquezas na organização e obrigando cada professor, cada regional a assumir parte desta liderança. A UTE, nascida da espontaneidade da greve passada, saiu fortalecida. É o que se vê em declarações como esta, feita ao microfone da assembléia pela prof. Leticia: "venho com carinho, em nome de todos nós, professores, ressaltar o trabalho de cada membro da UTE, das regionais e do CGG que, com ânimo, amizade e disposição, nos despertaram e dão força e direção a nossa luta. Por isso, a eles com gratidão, o nosso muito obrigado. Estamos com eles."

O grito principal dos professores também já não é contra Francelino. Toda uma estrutura voltou-se contra eles: do DOPS às diretoras, do Estatuto do Magistério à Lei de Segurança Nacional. "As leis da ditadura realimentam a própria ditadura", afirmou o prof. Paulo Delgado, acrescentando que "não basta que já não suportemos o governo. É preciso que o governo não nos suporte mais."

## Em Contagem a vitória

Os professores da Rede Municipal de Contagem tiveram a maioria de suas reivindicações atendidas. O que marcou sobretudo o movimento de Contagem foi o apoio ilimitado dos alunos, pais e de toda a população. A greve iniciada juntamente com a Rede Estadual e Municipal de BH atingiu 100% de paralisação. As vitórias mais expressivas foram o reconhecimento pela prefeitura local da Associação dos Professores de Contagem APC) como única entidade representativa da categoria; uma comissão paritária que terá como objetivo o estudo de um novo estatuto para o magistério e também um aumento salarial de 80%, embora os professores reivindicassem 104%.



## Os professores e o estado capitalista

Da sucursal

Duzentos professores convocados pelo Centro Estadual de Professores (CEP-RJ) foram à ACM do Rio para debater o tema "Ensino-Salário".

Entre as questões levantadas pelos debatedores estava a da acentuação recente do papel do Estado enquanto garantidor da acumulação capitalista, e a sub-sequente transformação do ensino público em ensino de má qualidade. Sua função seria muito mais ideológica, no sentido de reforçar a passividade e a subserviência da população. Isto mostra que a luta por melhores salários e condições de ensino está em contradição frontal com os interesses do Estado e explica porque as lutas econômicas que hoje eclodem são também necessariamente políticas.

O presidente da entidade, Godofredo Pinto, ressaltou a existência de um grande potencial de

luta na categoria, mas destacou a dificuldade de se encontrar as bandeiras de luta mais corretas.

Da plateia, muitos professores colocaram a necessidade de uma nova pedagogia que desmascarasse o papel do Estado e fizesse com que os educandos rompessem com certa passividade, além da indetentidade dos professores com a população trabalhadora.

Em relação à organização da categoria foi colocado por um professor da plateia, que o aprofundamento do caráter do Estado como esteio do modelo concentrador de renda criou as condições objetivas do surgimento da organização da categoria independente do Estado e a necessidade da compreensão da relação Estado-magistério para o encaminhamento de lutas futuras e de um trabalho educativo na própria categoria.





Osmar, quando era preso na Igreja matriz.

— A greve do ABC provocou uma crise política, que o governo teve dificuldade para enfrentar. A forma como reprimiu, violentamente, na sua opinião compromete, ou modifica o projeto político do governo?

— Em primeiro lugar, nós de São Bernardo, conseguimos infringir uma derrota ao governo na medida em que este considerava que a nossa greve se apoiaria fundamentalmente em piquetes e o esquema repressivo montado foi para evitar os piquetes. Mas nós, montamos uma organização que tornou desnecessária a formação de piquetes. O piquete na porta da fábrica, só faz falta quando não há uma consciência generalizada, dos trabalhadores, de que a greve é necessária.

“Essa foi nossa primeira vitória, desarmamos toda a fática repressiva do governo”

Em segundo lugar, o governo considerava que a nossa greve ia durar pouco tempo e, contava que quando chegasse no Tribunal, no TRT, ela seria considerada ilegal. Esta foi outra derrota e deu ânimo ao movimento grevista, o fato do Tribunal se julgar incompetente para declarar a ilegalidade do nosso movimento. Superadas estas fases, acho que o governo mudou de tática. A relação com a nossa greve passou a ser uma relação de intimidação. O governo não tem uma resposta política aos movimentos reivindicatórios.

Por esse motivo, toda sua relação com a greve do ABC foi uma relação de medir forças, num terreno que não era dado pela nossa luta. No terreno da confrontação militar. Em função disso, nosso conflito passou a adquirir um caráter político, com a intervenção do governo, do aparato de estado. O que que isso tem a ver com esse chamado projeto de abertura, do governo?

Não é que nosso movimento questione o projeto de abertura. A questão é que ele entra em choque. Nós propomos outro tipo de abertura política. Nós lutamos por reivindicações econômicas, mas nossa luta implica numa forma de participação política que não é admitida dentro do projeto de reforma que o governo defende.

— A greve do ABC mostrou que o mov. operário, no exigir sua participação e exercer o direito de greve, rechaça a política salarial do governo. A repressão à greve, significa uma mudança, nesta política?

— O nosso movimento grevista, além de ter passado por vários tipos de intimidação, e ter superado vários tipos de ameaça, tem também uma coisa que é essencial: A nova política salarial do governo, mostrou que não correspondia a todas as reivindicações dos trabalhadores, e não atende aos interesses econômicos dos trabalhadores.

Nosso movimento quebrou esta tentativa de manipulação. É impossível formular uma política salarial que atenda aos interesses dos trabalhadores, sem que eles participem da elaboração desta política. É preciso reconhecer nos sindicatos, nas organizações sindicais, um órgão de real expressão dos interesses dos trabalhadores. E aceitá-los no processo de elaboração de uma política salarial. Isso significa de fato reconhecer o direito de participação política dos trabalhadores. Agora, nosso movimento jogou por terra a política salarial do governo. Como o governo vai formular uma nova política salarial, que combine com seus projetos com a sua política econômica, social e de abertura?

Teria de acabar com esta política, o estado teria de determinar tudo, enfim, antes de abrir para os sindicatos, fechar mais ainda sua participação. Justamente porque no conflito entre a prática de greve e a política salarial do governo, esta é anulada, e deixa o campo aberto. A reação do governo, é impôr algo pior que antes. E nosso objetivo é exatamente o contrário. É derrubar a política atual, e exigir nossa participação real na elaboração de uma nova política salarial. Não abrimos mão desse direito, e vamos fazer tudo para consegui-lo.

— Você acha que a partir de agora o governo vai poder conviver com as greves e com as manifestações dos trabalhadores? Ou vai haver um retrocesso?

— Primeiro, gostaria de deixar claro duas coisas. Para admitir que vai haver um retrocesso, seria necessário admitir, de antemão que o governo tinha em mente um processo real de abertura democrática para o conjunto dos trabalhadores. E eu nunca admiti isso. Não vejo retrocesso nenhum. Só vê retrocesso quem achava que o projeto de abertura política do governo iria atender algumas das reivindicações políticas e econômicas dos trabalhadores. Eu nunca acreditei nisso. O projeto do governo nada mais é que estabelecer uma forma de dominação, que não pode mais se dar pela força.

— Tu colocas uma questão fundamental. A forma como o governo usa a força, sistematicamente para reprimir o movimento operário. Depois da greve do ABC, depois deste enfrentamento frontal, qual na tua opinião, vai ser a atitude do governo frente ao movimento sindical?

— Acho que o governo deve ter percebido, agora mais do que antes, que a grande força política do país não está tanto nos partidos políticos, e sim nos movimentos sociais que se desenvolvem, e fundamentalmente, no movimento sindical. Toda sua política em relação ao movimento de São Bernardo, tem como objetivo golpear, cortar a cabeça do que existe de mais significativo em termos de movimento sindical do país. Isso foi uma política calculada, estudada, planejada, e definida, para esmagar aquilo que há de mais importante em termos de oposição ao governo, à sua política econômica, social, à seu projeto de abertura política. Essa estratégia continua. Acho que golpearam São Bernardo. Mas eles estão pensando que com a volta ao trabalho desarticularam o movimento sindical. Isso não é verdade, mas acho que eles vão seguir nesta estratégia. Ontem foi no Rio Grande do Sul, hoje em São Bernardo, amanhã será em Montevidé, depois de amanhã no Rio de Janeiro, e assim por diante. O governo sabe quem contesta de fato seus programas, sua política. E em São Bernardo, ele executou friamente esta política. Passo a passo. Nenhuma ação ocorrida em São Bernardo deixou de ser calculada. O sindicalismo, de S. Bernardo, é fruto da própria evolução econômica da região, da própria situação das indústrias da região. Mas se pensarmos que vão acabar com o sindicalismo intervindo no sindicato, prendendo seus líderes, estão equivocados. Para acabar com este tipo de sindicalismo, tem que acabar com o que implementou este sindicalismo, ou seja, com a Volkswagen, com a Mercedes, com a Ford.

— Como se dará a retomada do sindicato?

— Eu vejo o seguinte. Em primeiro lugar, a realidade de S. B., a realidade fabril, questiona, no dia a dia, a legislação trabalhista. Ocorrem fatos, dentro das fábricas, que exigem uma solução entre as partes. Isso é fruto da própria evolução da indústria em S. Bernardo, e da evolução da classe trabalhadora de S. Bernardo do Campo também. A solução desses problemas exige um sindicato eficiente, exige uma representação sindical rápida e presente. Com nosso sindicato, a solução desses problemas era relativamente rápida. Com o interventor, isso não ocorre. O interventor é o representante do governo, e a política do governo é acabar com o sindicalismo. Portanto, os problemas concretos, do dia a dia não podem ser resolvidos. A presença do interventor, tende a gerar um maior número de conflitos sindicais em vez de solução-los.

— Este é um dado concreto, real, independente do aspecto político. O outro problema é o da consciência. Os operários estão conscientes de que aquele sindical-

Osmar Mendonça, o principal porta-voz do Comando de Greve, desde a prisão do Lula concedeu uma última entrevista ao EM TEMPO antes dele próprio ser preso, no domingo, 11, durante a assembléia que decretou a suspensão da paralisação. Aqui, ele faz um balanço completo do movimento, sua organização e sustentação, a atuação do PT e a luta que se inicia pela reconquista do Sindicato Livre dos Metalúrgicos de São Bernardo.

sindical

Osmarzinho:

“Retomaremos o sindicato sem a tutela do Ministério”

Por Celso Castro

to, não a estrutura sindical, mas aquele sindicato, aquela diretoria, representa a unidade do movimento, das lutas, da organização. Então, os trabalhadores tem consciência de que temos de retomar o sindicato.

O ano passado, era comum em certas áreas sindicais, se afirmar o seguinte: o sindicato de SB conciliou com o governo e impôs uma volta ao trabalho, quando um grande contingente de trabalhadores queria continuar a greve.

Nós avaliamos a força. Tínhamos consciência no ano passado, que seria possível continuar a greve por mais alguma semanas, mas não tínhamos condições de assegurar a unidade do movimento, porque carecia de organização e de uma consciência sindical maior. Sabíamos que se não fizessemos uma trégua, iríamos criar um confronto em SB, de tal natureza, que perderíamos o controle da situação. Só havia uma pessoa, cuja autoridade era reconhecida pela massa: Lula.

Havia uma disposição grande, uma consciência ainda pequena e um nível de organização insuficiente, que foi suficiente para garantir o movimento até ali. Dali pra frente, ia mudar o terreno da luta, não tínhamos o sindicato, não tínhamos o estúdio, o enfrentamento era real. Só uma pessoa podia impedir. E se essa pessoa fosse presa, teríamos ido com a vaca pro brejo. O que prova que nosso movimento foi vitorioso economicamente e politicamente o ano passado, é a greve atual. Depois de toda a direção presa, ela teve forças para se manter por mais vinte dias. Quem podia imaginar que depois da prisão do Lula, poderíamos manter a greve por mais vinte dias? E a greve se manteve, com a mesma força, e com problemas maiores, sem o estúdio, e com uma repressão violenta. Os companheiros aprenderam, pela experiência, a força que significa o sindicato.

O sindicato, e os trabalhadores sabem disso. Por isso, vamos retomar o sindicato. Temos que lutar pelas conquistas democráticas. Se recuperarmos o sindicato, este sindicato vai ser diferente. A reconquista significará, inclusive, não aceitar a tutela do representante do Ministério do Trabalho. Não vamos recuperar o sindicato com a mesma característica

que o deixamos. Quando o recuperarmos, vamos implementar a visão de sindicato que nós temos, e vamos deixar de mandar grana para o Ministério do Trabalho. Vamos deixar de mandar relatórios para o Ministério do Trabalho. Vamos deixar de reconhecer a vinculação com o Ministério do Trabalho. E colocaremos no símbolo do sindicato a palavra Livre.

— Nas próximas eleições, os candidatos naturais, estarão proscritos pelo Ministério do Trabalho, em função da intervenção no sindicato.

Qual será, então, o processo de retomada do sindicato?

“O caráter político da greve foi dado pelo governo”

Acho que vai representar para mim mais que uma conquista do sindicato. Tem que significar pra nós uma modificação real na estrutura sindical e na questão política e democrática, no Brasil. Se abriu pra nós uma luta que antes era verbal, ao nível do discurso. Agora, queremos um sindicato que não sofra intervenção porque não estará ligado à estrutura sindical. Temos que modificar esta realidade.

Como acho que nenhuma lei vai modificá-la, nós vamos criar os fatos. Com relação a isso, estou tranquilo.

— Não será uma resolução burocrática do Ministério do Trabalho que vai impugnar uma chapa para a diretoria do sindicato. Inclusive, porque nossa grande luta, acho que é para retomar o sindicato para que volte esta diretoria. Os candidatos naturais são os desta diretoria. Eles terão novamente que enfrentar um movimento, até grevista, para impugnar esta chapa. O que nós podemos fazer para assegurar a volta desta diretoria, praticamente não tem limites. Podemos fazer operação tartaruga, acabar com a hora extra, greves por setores, vamos fazer até uma greve geral, se for necessário.

Admitir a intervenção, hoje, é admitir que estamos em 65. Acho que teremos que desenvolver uma luta nacional, pela normalização de nosso sindicato e, portanto, pelo aprofundamento da luta pela democracia no país. Vai ser uma briga importante, esta.

— Esta greve não teve piquetes. Que importância teve esta organização, para o questionamento da estrutura sindical atual?

Em primeiro lugar, a constatação que a melhor maneira de que os trabalhadores aprendam, é desenvolvendo sua própria experiência. O que fazíamos, nada mais era que procurar dar uma direção, fazer com que esta experiência que era de luta, caminhasse na direção da conquista de nossos objetivos a nível sindical e reivindicatório. A partir de 78, a atividade sindical se fortaleceu muito no ABC. Em 79, conseguimos fazer a greve, desde o começo, sem uma reação da classe patronal. No desenrolar da greve, enfrentamos alguns problemas. Descobrimos que as assembléias eram fundamentais. Para manter o ânimo do pessoal, para mostrar a força do nosso movimento, para dar as palavras de ordem, percebemos que era necessário a gente se encontrar todos os dias em assembléias no estúdio.

No processo de greve, cresceu a solidariedade entre os trabalhadores, e o espírito de que sua força está neste conjunto, cresceu esta consciência. Enfrentamos a intervenção no sindicato, e o movimento continuava, e não tínhamos uma estrutura paralela a isso, alternativa a esta situação. E por que não tínhamos? Porque nós não tínhamos vivido essa situação.

Conseguimos algumas conquistas econômicas e algumas conquistas em termos de organização e consciência, que só vão ser incrementadas. Durante o ano, trabalhamos com a seguinte hipótese: vamos fazer a greve, e esta greve tem que ser geral. Não vamos poder fazer piquete, e o piquete é necessário para criar um consenso em torno da greve. Então, temos que trabalhar: para criar este consenso. Aí, criamos o consenso, e o piquete tornou-se desnecessário.

“Só haveria vitória se conseguíssemos apoio em escala nacional”

Não nos interessa esse enfrentamento agora, devemos evitar o piquete, por duas razões elementares. Uma, que ele é fruto da falta de consciência da classe trabalhadora. E outra, que ele gera um conflito militar que não interessa ao movimento.

Tínhamos de construir um quadro de liderança bem maior. O ano passado, nas assembléias de vila Euclides, falavam duas pessoas, o Lula e o Djalmir. Este ano, falaram mais três companheiros de base. No ano passado, tínhamos uma comissão de salário de 100 operários, este ano tínhamos uma comissão de 450. O ano passado, tínhamos só a comissão e a diretoria. Este ano, além da comissão e da diretoria, criamos uma direção intermediária.

— Quais foram as conquistas reais da greve?

— A primeira foi o aumento que conseguimos. Isso significa um dos maiores aumentos de salários conseguidos no Brasil depois de 64. No entanto, não ficamos satisfeitos, e queremos assegurar este aumento pela conquista da estabilidade. Isso não conseguimos. Mas a grande riqueza do movimento está no aprendizado, dirigido, conduzido, que efetuamos. Se não conseguimos a estabilidade, foi porque na nossa luta, que deveria ter sido resolvida entre nós e os patrões, teve uma interferência real do estado. Esta interferência colocou uma força que está acima, muito acima da força real e específica de São Bernardo do Campo. Nossa experiência colocou para o movimento sindical, e para o conjunto do movimento democrático brasileiro, a necessidade da unidade de nossas lutas.

Nosso recuo não é causado pela debilidade do nosso movimento e sim pelo fato de que enfrentamos um inimigo muito mais poderoso. Um adversário que está muito além do próprio conteúdo de nossa luta. Uma volta ao trabalho nessas circunstâncias, é vitoriosa. E uma volta controlada, orientada, definida pelo conjunto do movimento.

A luta pela liberdade dos companheiros presos deve ser uma luta nacional e deve mobilizar partidos, movimentos sociais e entidades sindicais. A luta pela retomada de nosso sindicato é uma luta pela garantia de nossas conquistas democráticas. Uma luta nacional. A luta pela suspensão da intervenção também pertence ao conjunto da oposição. A luta para que nenhum metalúrgico venha a ser punido por sua participação na greve também pertence ao conjunto da oposição. Este ano, nossa campanha conseguiu atingir mais as organizações populares, de bairros, de vilas, e tudo isso aponta para a necessidade de união dos trabalhadores. Nosso objetivo deve se formar uma entidade representativa dos interesses comuns dos trabalhadores e que possa a vir a

coordenar as ações de solidariedade e luta, e na minha opinião, esta entidade é uma Central Única dos Trabalhadores.

“A cada luta fica mais clara a necessidade da CUT”

É muito difícil desenvolver um trabalho de solidariedade política a uma greve, quando se carece de um órgão nacional de representação dos trabalhadores. Se tivéssemos uma CUT, a coisa seria diferente.

— Agora, falemos do PT. Desde o começo da greve, e mesmo antes, o governo tratou de identificar o movimento grevista do ABC com uma manobra política visando o fortalecimento do PT.

Sempre afirmamos que se chegássemos a uma greve, ela seria o fruto de uma decisão dos trabalhadores. Jamais a greve seria fruto da vontade ou decisão de qualquer partido. A greve veio a ocorrer, porque a categoria viu como necessária para pressionar os patrões. Esse negócio de dizer que a greve é uma manobra do PT para se promover, em última instância, significa dar ao PT uma força que ele, indiscutivelmente ainda não tem.

O PT nasceu precisamente para ajudar, expressar, no terreno político os interesses dos trabalhadores e para organizá-los. Agora, qual foi, realmente, a participação do PT, do ponto de vista político nesta greve? O apoio individual, de parlamentares e sindicalistas, é algo natural, principalmente se estes parlamentares e sindicalistas pertencem ao PT. É um dever, de qualquer político de oposição, de qualquer democrata sincero. O apoio que o PT deu a nossa greve não foi um apoio político organizado como era de se esperar. Sentimos falta até do apoio de sindicalistas que estão no PT, e que são, inclusive, bastante conhecidos, não apareceram em nenhuma fase do nosso movimento, e isso é lamentável. Acho que todos os militantes do partido contribuiriam para algumas coisas. Tentaram mobilizar todos os amigos do PT, todos os democratas para o apoio a nossa greve. Isso, todo o trabalhador pertencente ao partido fez. O partido soultou uma das melhores notas de apoio ao nosso movimento. O apoio do PT foi tão importante quanto o dos outros setores de oposição. O nível de organização do PT ainda é pequeno, é um partido que está em formação. Sua direção nacional não conseguiu articular-se em escala nacional para apoiar nosso movimento. Na medida em que o governo, o estado interferiu no movimento, abriu o direito legal, para que os partidos também interferissem. O PT deveria ter tido uma atitude mais clara, uma ação mais vigorosa, em escala nacional de apoio à greve.

— A unanimidade, entre todos os militantes do PT sobre a condução da greve, pode contribuir para solidificar a unidade interna do Partido?

— Quando chegamos à prática política, a tendência é a unificação daqueles que tem o mesmo objetivo e a identificação dos adversários comuns. Acho que a greve de SB trouxe para dentro do partido uma unidade necessária, e estabeleceu em cima do que deve dar-se esta unidade. Nesta unidade se deu não só sobre a questão da greve e em si, mas principalmente sobre uma série de princípios, políticos e sindicais. Mostrou que a luta contra esta estrutura sindical que está aí se dá dentro da própria entidade sindical, que é possível modificar esta situação, e que é possível transformar a relação com os trabalhadores a partir daí. E preciso que o partido elabore esta experiência politicamente, e que tenha uma política sindical clara. Não uma política estreita e mesquinha, que nos transformaria num gueto dentro do movimento sindical. Todos os militantes do partido tem que participar de seus sindicatos. Nossa força consiste em mostrar aos trabalhadores que somos a corrente mais significativa, e capaz de unificar a atuação de outras tendências num sindicato.

— Quando chegamos à prática política, a tendência é a unificação daqueles que tem o mesmo objetivo e a identificação dos adversários comuns. Acho que a greve de SB trouxe para dentro do partido uma unidade necessária, e estabeleceu em cima do que deve dar-se esta unidade. Nesta unidade se deu não só sobre a questão da greve e em si, mas principalmente sobre uma série de princípios, políticos e sindicais. Mostrou que a luta contra esta estrutura sindical que está aí se dá dentro da própria entidade sindical, que é possível modificar esta situação, e que é possível transformar a relação com os trabalhadores a partir daí. E preciso que o partido elabore esta experiência politicamente, e que tenha uma política sindical clara. Não uma política estreita e mesquinha, que nos transformaria num gueto dentro do movimento sindical. Todos os militantes do partido tem que participar de seus sindicatos. Nossa força consiste em mostrar aos trabalhadores que somos a corrente mais significativa, e capaz de unificar a atuação de outras tendências num sindicato.

A unidade vai ser dada, naturalmente, pelos setores que tenham o maior grau de mobilização, e representação sindical e política. Estas são as lições que devemos retirar para formar uma política sindical para o PT que não comporte o paralisismo sindical, e que estabeleça uma política sindical eficiente e capaz de usar a estrutura atual.

E isso implica que os trabalhadores busquem canais para expressar sua posição política. Como o PT é um partido que surge exatamente desta aspiração dos trabalhadores de participação política, acho que é um partido que vai crescer muito. Inclusive, acho que seu crescimento vai ser maior que a capacidade de seus organizadores de saber expressar este crescimento politicamente. Acho que tenderá a crescer mais que qualquer outro partido de oposição. Porque os trabalhadores precisam, hoje, criar uma forma e participação política operária.

Nas fábricas, a guerra continua

Por Tom Duarte

O dia 12 de maio é uma data especial para os 140 mil metalúrgicos que trabalham em São Bernardo do Campo, o mais importante centro industrial do país. Nesse dia, há 21 anos atrás, foi fundado o Sindicato dos Metalúrgicos. Num 12 de maio, em 1978, os operários da Seânia, silenciosa e organizadamente, pararam suas máquinas, cruzaram os braços, iniciando uma greve que rapidamente se alastraria por todo o ABC paulista, começando um ciclo que prossegue até hoje. Este ano, o 12 de maio é o primeiro dia da guerra aberta declarada pela assembléia que, no domingo, 11, decidiu a suspensão da greve e a continuidade da luta no interior das fábricas, até que todas as reivindicações sejam satisfeitas.

A declaração de guerra ao patronato e ao governo foi feita perante os quatro mil metalúrgicos que, enfrentando o onipressivo aparato de intimidação da Polícia Militar, das viaturas do DOI-CODI e do Departamento acotovellavam na Igreja Matriz de São Bernardo, disputando palmo a palmo um lugar para ouvir a orientação do Comando de Greve. Tensos, revoltados com a prisão de Osmar Mendonça antes de começar a assembléia, os ferramenteiros, fresadores, inspetores de qualidade ou simples ajudantes estavam longe de aparentar a imagem de homens derrotados, dobrados depois de 41 dias de greve, como certamente pretendiam o governo e os patrões.

De cabeça erguida

Os gritos de a luta continua, antes, durante e depois da assembléia, mostravam que cada trabalhador voltava de cabeça erguida para as fábricas. A última assembléia, não foi um velório. Como disse um velho jornalista, comparando-a ao clima existente quando sua própria categoria encerrou a greve, no ano passado, “os metalúrgicos nos ensinaram como terminar uma assembléia de cabeça erguida”.

“Que os patrões e o governo saibam: atrás de cada máquina terão um trabalhador em guerra; voltamos apenas para evitar a repressão da polícia do governo, face a face e desarmados; a guerra continua porque em nosso coração e em nossa alma carregamos a ira dos justos e a eterna semente de fato, como disse o presidente do

de justiça” dizia o boletim previamente distribuído pela diretoria e pela Comissão Salarial. Isso significava concretamente: “nenhuma hora extra, marcha lenta, reduzir a produção, esculhambar a qualidade, companheiro demitido, máquinas paradas até a readmissão”.

Já no dia 12, provas concretas dessa disposição foram dadas: o controle de qualidade da Mercedes refugou dezenas de cabines de caminhões defeituosas. Por seu turno, a Toyota do Brasil, previa uma queda de 20 por cento em sua produção” porque os trabalhadores se recusam a fazer horas extras e reduziram o ritmo de trabalho”, de acordo com a Gazeta Mercantil. E isto apesar de mais de 1300 demissões já havidas.

Os números da greve

Prevedo isso, a revista Veja já alertava que o governo deveria evitar a humilhação dos trabalhadores. Alarmado, o Jornal do Brasil, elaborava um quadro de perdas durante a greve. Embora não possam ser necessariamente considerados prejuízos, em princípio, já que talvez alguma coisa possa ser recuperada com a “normalização” da produção, os números são realmente grandes. Nos 41 dias de greve, deixou de circular perto de 100 bilhões de cruzeiros; as montadoras não faturaram algo em torno de 30 bilhões, por não produzirem 70 mil veículos, os revendedores tiveram uma queda de 18 bilhões na comercialização, os fabricantes de eletrodomésticos sofreram perdas de cinco bilhões, os de bens de capital outros cinco bilhões, e assim por diante. Por seu turno, as pequenas e médias empresas lançavam sinal de alarma, pedindo socorro ao governo para enfrentar a crise.

Governo desgastado

Mas há muito mais a ser contabilizado e que não pode ser reduzido a números. Depois de ignorar olímpicamente a greve, mostrando-se inclusive muito mais preocupado com a sorte do Fluminense do que com a dos milhares de trabalhadores envolvidos no conflito, o próprio Figueiredo foi obrigado a reconhecer: “o governo saiu desgastado nesse greve”.

De fato, como disse o presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, Jacó Bittar (um dos poucos líderes sindicais que efetivamente apoiaram o movimento) o governo e seu regime sofreram perdas irreparáveis. “O saldo mais positivo dessa greve, dizia Bittar, foi o de ter desnudado o regime, desmistificado essa abertura que não chegou aos trabalhadores”. Para ele o governo, conseguiu, nesses 41 dias, transformar com sua intransigência e truculência o que poderia ter sido um conflito de caráter meramente reivindicativo, econômico, em luta política, em luta de classes. Comprovando, de quebra, que ao contrário do que pretendem alguns setores do sindicalismo, “não há possibilidade de conciliação, seja a que título for, entre o capital e o trabalho”.

Sindicato dos Petroleiros de Campinas, Jacó Bittar (um dos poucos líderes sindicais que efetivamente apoiaram o movimento) o governo e seu regime sofreram perdas irreparáveis. “O saldo mais positivo dessa greve, dizia Bittar, foi o de ter desnudado o regime, desmistificado essa abertura que não chegou aos trabalhadores”. Para ele o governo, conseguiu, nesses 41 dias, transformar com sua intransigência e truculência o que poderia ter sido um conflito de caráter meramente reivindicativo, econômico, em luta política, em luta de classes. Comprovando, de quebra, que ao contrário do que pretendem alguns setores do sindicalismo, “não há possibilidade de conciliação, seja a que título for, entre o capital e o trabalho”.

Tartaruga paralisica

Se é verdade que os trabalhadores aprenderam na prática, mais do que se tivessem lido mil livros, frequentado cursos de formação política, quais são os seus verdadeiros inimigos, o governo e os patrões, como pretende o líder petroleiro, não é menos verdade que aprenderam a desconfiar desses falsos amigos constituídos pelos setores mais atrasados do movimento sindical.

Pois, além do governo e dos patrões, o setor representado pela auto-proclamada “Unidade Sindical” saiu no mínimo fraturado. Longe de constituir-se num forte ponto de apoio, político e material para os grevistas, a coalisão formada pela aliança entre pelegos e reformistas foi, na realidade, uma verdadeira “tartaruga paralisica”, que não só esteve atrás do movimento, como procurou em todos os momentos segurá-lo. Salvo honrosas exceções, a “Unidade Sindical”, não só faltou com o apoio que poderia representar a mobilização dos trabalhadores filiados aos sindicatos que a constituem, como praticamente nada fez em termos de ajuda material. E as cifras estão a disposição de qualquer um: enquanto o Comitê de Solidariedade da Assembléia Legislativa, em São Paulo, arrecadou 9,7 milhões de cruzeiros para o Fundo de Greve de São Bernardo e Santo André, as contribuições da “Unidade Sindical” sequer chegaram a um milhão de cruzeiros. No Rio de Janeiro a ver-

gonha foi maior: de um total de 1,1 milhão de cruzeiros arrecadados, os 30 sindicatos da “Unidade Sindical” entraram com menos de 100 mil cruzeiros). Em resumo: sem ter conseguido evitar a greve, os pelegos e reformistas, quiseram deixar os grevistas à mingua.

Últimos a ajudar, entretanto, esses setores serão os primeiros a procurar a atrapalhar daqui para diante o avanço do movimento. Certamente — é só esperar — mas para ver — tentarão mostrar que a “greve foi uma aventura”, que “Lula sucumbiu aos radicais”, não teve sensibilidade para ver e avaliar o conjunto da situação nacional e a correlação de forças entre as forças democráticas e o regime” e coisas pelo estilo. Que é preciso abandonar a “greve pela greve” e repensar as formas de luta e organização, etc.

Mas como já mostrou Osmar Mendonça (veja entrevista acima) a organização dos trabalhadores de São Bernardo foi exemplar. Nas fábricas, nos bairros, há toda uma rede organizativa articulada e que sustentou o movimento por 41 dias. Um Fundo de Greve que está em pleno funcionamento, foi responsável pelo atendimento de 25 mil famílias. E até segunda ordem, a menos que os alquimistas da “Unidade Sindical” inventem outra, a greve geral é a melhor forma de pressão organizada já alcançada pelo movimento dos trabalhadores.

Por isso, têm razão os trabalhadores de São Bernardo quando afirmam que a luta continua. Eles possuem os seus instrumentos de pressão. Agora, a tarefa central é libertar os presos, reconquistar o sindicato para a categoria, tirando das mãos sujas dos interventores ou das juntas governativas que forem nomeadas pelo ministro do Trabalho. Uma reconquista que só terá sentido, como afirmou Osmarzinho, se os trabalhadores conseguirem transformá-lo num sindicato livre. Livre da estrutura governamental, dos patrões, do peleguismo e do reformismo.

Finalmente, contrariando muitos que previam o fim da liderança de Lula, a manifestação de mais de 4000 pessoas no enterro de sua mãe, dia 13 último, provou exatamente o contrário: ela se fortaleceu.



# A segunda feira sangrenta

A ferocidade da repressão teve seu ponto culminante no dia 5, segunda-feira, quando a Polícia Militar, o DOI-CODI e o Deops mostraram toda sua «valentia» contra os trabalhadores desarmados, em São Bernardo do Campo

Por Vilma Amaro

Pode escrever. Durante todo o tempo em que os metalúrgicos fizeram de nossa igreja (a Matriz de São Bernardo) a sede do seu sindicato, jamais houve sequer um vidro quebrado, uma imagem derrubada ou uma parede riscada. Os trabalhadores se comportaram com a mais absoluta responsabilidade. Mas bastou a Polícia chegar, para ocorrerem todos aqueles tumultos que infelizmente viraram manchete. Até bomba dentro da Igreja os policiais jogaram". As palavras são do padre Odair, da Igreja Matriz de São Bernardo que durante todo o período da greve acompanhou de perto a mobilização dos metalúrgicos.

De fato, quem chegasse na segunda-feira dia 5 a São Bernardo pensaria que estava assistindo ali a uma guerra civil. Tudo começou com as bombas de gás, às dez horas da manhã e os jatos de água lançados pelo Corpo de Bombeiros. Mas, logo depois, a coisa se transformaria numa verdadeira batalha campal, com pedras voando de todos os lados, um ruído ensurdecedor de bombas de gás lançadas pelos policiais nas ruas centrais da cidade (Marechal Deodoro, Faria Lima e Jurubatuba) e os latidos dos cães da PM contribuindo para infernizar ainda mais o clima de tensão.

Quando os primeiros choques entre policiais e metalúrgicos ocorreram, a primeira assembléia marcada para esse dia estava apenas começando.

## Bombas na igreja

Mas, bastou que os milhares de metalúrgicos presentes gritassem "a greve continua" para que os homens da repressão perdessem o controle. Vários trabalhadores viram quando o próprio coronel Dalterdimas RIGonatto, comandante da tropa de choque, com seus olhos azuis fuzilando, foi jogar algumas bombas de gás dentro da Igreja.

Jornalistas, políticos e metalúrgicos, todos eram iguais diante da repressão. Os olhos lacrimejavam, o nariz ardia, mas ninguém arredou pé.

Mané, um dos diretores do Sindicato acaba de falar que "um dia esses patrões ainda vão se ajoelhar a nossos pés", quando novas doses de gás foram jogadas no interior da Igreja. Osmar Mendonça, da Comissão de Mobilização, tomou então a palavra para dizer: "Nessa hora eu estou chorando. Por duas razões. A gente está chorando de raiva por causa dessa bomba que a Polícia jogou. E de alegria, pois no 35º dia da greve, nós continuamos unidos, assegurando que a greve continua".

Já então chegavam ao interior da Igreja notícias sobre feridos, uns por cacetadas da Polícia, outros atingidos por bombas. Mas isso seria apenas o começo de um longo dia de loucuras cometidas pela repressão. Até então, apenas a PM agredia os trabalhadores. Mas a situação degenerou de uma vez quando os elementos do DOI-CODI entraram em cena.

Encerrada a primeira assembléia, por volta de 11h30, enquanto os trabalhadores se dirigiam tranquilamente para suas casas, alguns políticos foram conversar com o coronel Arnaldo Braga, comandante da PM. Este confessava ao senador Teotônio Vilela que os tumultos estavam sendo causados pela ação de provocadores e que sabia até o local onde se



Os soldados da polícia militar...

encontravam: no edifício da loja Makler, no Largo da Matriz.

Realmente, pouco depois, algumas bombas foram lançadas desse local e do edifício do restaurante Magnus e do Supermercado Pão de Açúcar, situados na rua Padre Lustosa.

## Um exército mobilizado

São Bernardo tinha a aparência de uma cidade sitiada. Cerca de oito mil policiais, absolutamente nervosos e descontrolados pelos vários dias em que permaneciam de prontidão, se lançaram exaltados sobre os trabalhadores. Foi logo depois do encerramento da primeira assembléia que os ânimos explodiram. No cruzamento da rua Marechal Deodoro com Padre Lustosa, policiais formaram um corredor polonês por onde iam passando os trabalhadores. De repente, começam a ser empurrados e agredidos a golpes de cassetetes. Irritados, lançam insultos contra os soldados mas, agora a tensão começa a explodir. Em vez de se retirarem, formam um enorme bloco na rua Padre Lustosa, onde começam a gritar "não adianta bater, ninguém vai trabalhar". É impossível controlar a maré humana. Do alto do restaurante Magnus começam a ser despejadas bombas de gás sobre os trabalhadores.

Pedras chovem sobre os policiais que se protegem com o escudo, para em seguida avançarem, descendo o porrete em todo mundo. Novas bombas explodem e os "tatus" e "brucutus" são deslocados em direção à avenida Faria Lima. De repente, no meio da confusão, surge um caminhão do Corpo de Bombeiros com o parabrisa esquerdo arrebentado por uma pedrada. O bombeiro que dirigia o veículo desce meio desnortado, com um ferimento na cabeça. Sirenas são ligadas, as temidas veraneios descem do Largo da Matriz em desabalada carreira.

Em meio à chuva de pedras e as bombas que explodem em todas as partes, o deputado Ayrton Soares tenta acalmar os trabalhadores. Mas, a confusão já está demasiadamente generalizada e pouco depois, ele próprio vem pedir ao coronel Arnaldo Braga que impeça o massacre de um trabalhador agarrado por homens do DOI-CODI ("torturadores", diz ele) e violentamente agredido dentro de uma perua veraneio.

## Poder sem poder

Em meio à batalha, o senador Teotônio Vilela mantinha sua fleuma e dizia: "É preciso haver um interlocutor, imediatamente. O governo tem que ser o mediador e abandonar sua posição fac-

ciososa. Não será pela força das armas que se vai resolver este problema".

Teotônio Vilela, Geraldo Siqueira e outros deputados assistiam ao reboliço causado pelos policiais sem nada poder fazer, pois ficou absolutamente claro durante essa greve que o Poder Legislativo não tem, na realidade, poder algum. E até o próprio coronel Arnaldo Braga admitia nada poder fazer para impedir os massacres do DOI-CODI.

Às 12h30, a batalha toma conta de um vasto quadrilátero do centro da cidade. Numa rua paralela à Padre Lustosa (onde fica o Largo da Matriz) um colégio onde estudam crianças do primeiro e segundo grau, é atacado com bombas de gás. Algumas mães gritam que ali só tem crianças mas, exaltados, os PM não vêem mais a diferença entre crianças, metalúrgicos, mulheres grávidas e populares. A direção da escola é obrigada a trancar as portas e impedir a saída dos alunos (por causa dessa violência, na quarta-feira, data da assembléia seguinte, o secretário de Educação de São Bernardo, Fernando Leça, suspendeu as aulas em sete escolas).

## Pombas não escapam

A batalha toda é acompanhada do alto pelo indefectível helicóptero do Exército, já conhecido dos metalúrgicos desde as assembléias realizadas ainda no estádio de Vila Euclides. Os vãos rasantes irritam ainda mais os trabalhadores que, reunidos em grupos, numa das folgas dadas pela repressão, continuam a gritar que a greve continua. Por volta das 13 horas, a confusão já atinge boa parte da rua Marechal Deodoro, e chega à praça Lauro Gomes, onde fica a sede do PT. Curiosamente, um popular observa que as pombas que habitam normalmente a



e os «brucutus» contra o povo, no ABC.

## Fim da Greve



praça, caem ao chão, meio tontas pela ação do gás lacrimogêneo. Do outro lado da rua Marechal, onde se situam os principais shoppings centers e a maior parte das lojas da cidade, os policiais correm atrás dos metalúrgicos que avançam em direção ao Paço Municipal.

Na esquina da avenida Faria Lima com a rua Padre Lustosa, peruas da ROTA que saíram em desabalada carreira do Largo da Matriz, realizam diversas prisões.

Um PM dá uma bronca num trabalhador que chegara próximo a um cachorro policial, absolutamente bravo: "Pára de provocar o bicho, senão eu te joga ele em cima". Pouco antes, o próprio coronel Arnaldo Braga escapara de levar uma mordida.

Para a arruaça ser total, provocadores conhecidos, agora aliados a desocupados e marginais, fazem uma fogueirinha nas esquinas da rua Jurubatuba e da Avenida Faria Lima com a Padre Lustosa, juntando alguns paus para dar idéia de uma barricada. Outras fogueirinhas foram acesas durante a tarde. A batalha infernal duraria até às 17 horas. Durante esse tempo, as portas do bar "Aquarius" local de informações dos jornalistas (pois fica bem ao lado da Matriz) foram fechadas várias vezes, para impedir a invasão da Polícia. Só no fim da tarde, ainda com os olhos inchados e lacrimejantes, alguns metalúrgicos que haviam permanecido encerrados se arriscam a botar o pé pra fora e caminham um tanto inseguros pelas ruas principais, pois as veraneios continuavam percorrendo as ruas, num verdadeiro racha com as Rotas, seguramente para ver quem fazia mais prisões.

No final dessa segunda-feira, o balanço era lamentável: mais de trinta presos e 59 feridos, alguns em estado grave, com traumatismo crânio e feridas profundas provocadas por estilhaços de bombas. Mas nem toda essa violência e o escabroso aparato policial, composto por Rotas, veraneios, cães, tatus, brucutus, barneys e viaturas do Corpo de Bombeiros conseguiu aquilo que governo e patrões pretendiam. E a greve entrou em seu 36º dia.



## Memórias do cárcere

O dia a dia na cadeia vivido pelos sindicalistas presos no DEOPS paulistas. Contado por José Cicotti, membro da Coordenação Nacional do Partido dos Trabalhadores e diretor «cassado» do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

São seis horas da manhã. Amanhece no DEOPS de São Paulo. Numa pequena cela de 6 metros de comprimento por 3 de largura, dormem 17 dirigentes sindicais do ABC presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A cela contém pranchas de madeira presas às paredes funcionando como beliches. Algumas têm colchão fino; outras ainda não. A porta é de ferro com uma janelinha na parte superior e, um pouco mais acima, um buraco que mal cabe uma cabeça, para a ventilação, dando para o corredor. Do outro lado, na parede, ao alto, uma pequena janela de vidro dá para o pátio interno do DEOPS e é por ela que a fraca luz da manhã começa a entrar. O chão é de cimento e numa extremidade do cômodo há um cubículo com uma pia e uma privada - o banheiro.

O calor é intenso, dia e noite, exalado pelos 17 corpos presos em 18 metros quadrados. O silêncio é total, uma e outra vez quebrado por alguma longínqua buzina de um carro que passa pela rua. Alguns dentre os presos estão gripados. Lula fora preso com gripe e ela se alastrara para muitos outros companheiros. Mas todos dormem.

José Cicotti, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, lembra com o barulho da tosse de algum companheiro; e fica quieto, deitado, pensando. Já não tem na cabeça as cenas do sequestro de que fora vítima quando, 10 dias antes havia sido acordado em sua casa por homens que depois soube serem da Polícia Federal, sem mandato de prisão e apontando-lhe metralhadoras, para em seguida meterem-lhe dentro de uma veraneio sem placa rumo ao DEOPS.

Na noite anterior, na cadeia, como de habitual, eles haviam ficado acordados jogando buraco até mais ou menos as três da madrugada. Mas mesmo assim ele não tinha sono. Deitado, de olhos abertos,

estava Cicotti a imaginar como estaria transcorrendo a greve lá fora. Notícias, não havia nenhuma; somente a partir da quebra da incomunicabilidade é que começaram a chegar, primeiro através dos relatos dos advogados, depois pela entrada de jornais diários, sobretudo a **Folha de São Paulo**.

Lá pelas nove horas vinha, como sempre, o café da manhã. E todos se punham de pé, quebrando o silêncio coletivo de até então. E começava assim o dia na cadeia. O pão, sem manteiga, como sempre é ruim. O café com leite às vezes intragável - uma pura água com sabão, mas poucos dias depois a bôia melhorou, pois o pessoal começara a mandar tudo lá de fora para os presos.

Passado o café, voltava a paradeira danada. Os interrogatórios já haviam sido feitos. Com a exceção de Lula - que depois durante um dia inteiro, os demais haviam durado cerca de três a quatro horas cada um. E desinteressantes, pois tudo era óbvio e público. No dia anterior não tinha havido mais prisões para a mesma cela e assim as notícias de fora não animavam o debate dos metalúrgicos presos. As visitas das famílias seriam somente daí a uns dois dias - meia hora por semana, numa sala do segundo andar, todos juntos. Não era, também, dia de sol - Cicotti recorda que ao longo dos 18 dias que esteve no DEOPS houve apenas quatro saídas ao sol. Desta forma os presos não tinham como se manifestar senão no seu bom humor. E assim transcorria mais um dia entremeadado de piadas, brincadeiras e jogos de buraco ou truco.

Para este dia Cicotti havia preparado, sigilosamente com Djalma, da diretoria dos metalúrgicos de São Bernardo, um truque através do qual se faria passar perante os outros companheiros como dotado de poderes telepáticos para, desde

o banheiro, conseguir adivinhar qualquer coisa que um colega qualquer pudesse ter às mãos. E a manhã do dia correu com os demais companheiros intrigados com os poderes mágicos do dirigente de Santo André, tudo terminando com a revelação em meio a muita gargalhada e gozação.

Depois do almoço, servido pelo DEOPS até então em pratos de plástico e com colheres pequenas para comer - a qualidade era de dar nojo, lembra Cicotti - as costas começavam a doer. Pela pequenez da cela não se podia ficar senão em pé ou deitado nos beliches e, depois de poucas horas, as costas começavam a doer - e ainda doem até hoje queixa-se Cicotti.

Pela tarde adentro o dia transcorreu chato como sempre. O radinho de pilha levado pelos familiares é que, com suas músicas, puxando um acompanhamento dos presos, quebrava um pouco a monotonia do ambiente. Uma ou outra vez passava o carcereiro transmitindo um pedido de cigarro da parte dos presos comuns, entremeadado de alguma pergunta e olhares ávidos de curiosidade sobre a intimidade dos líderes grevistas.

A tarde vinha uma onda de sono e João Batista, de Santo André, gostava de se entregar a narrar filmes, segundo ele uma boa técnica para ninar adultos.

Quando a noite começava, de volta as seções de brincadeiras, piadas e a jogatina de sempre. E aí Cicotti brilhava pela sua imaginação e humor a arrancar risadas dos companheiros. Depois que ele saiu, Djalma mandou o recado de que o ambiente se entristecera bastante. Estava com saudades.

E neste batidão mais um dia terminava no DEOPS paulista, somente voltando o silêncio com o sono dos presos lá pelas altas horas da madrugada.

## estudantes

UNE

Seminário sobre Educação

A diretoria da UNE, em reunião realizada nos dias 10 e 11 de maio, em São Paulo, definiu para os dias 2, 3, 4, 5 e 6 de julho a realização do "Seminário sobre Educação". Com a presença de outras entidades como a UEE-SP, o DCE-USP, a UEE-MG, o DCE-UFMG, a UEE-RS e o DCE-UFBA esta reunião definiu a organização do Seminário, proposta aprovada no CONEG de fevereiro, em Belo Horizonte.

O Seminário será realizado no Rio de Janeiro, sede também da XXXII reunião anual da SBPC cujo tema central será a "Educação".

Assim, do Rio de Janeiro, em julho, deverão sair importantes avanços na discussão da questão educacional, respostas à crise que o sistema de ensino está vivendo no país e que é caracterizada pela intensa e crescente mobilização de professores de todos os níveis, funcionários e estudantes, universitários ou não.

O Seminário terá três grandes temas:

— Universidade e Sociedade para o qual os convidados a debaterem são: Eduardo Portela, Paulo Freire, Aldo Arantes e um representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

— Financiamento da Universidade e Ensino Pago com os convidados: um representante do CFE, Perseu Abramo, Luís Antônio Cunha, Associação Nacional dos Docentes)

— Democracia na Universidade (com os convidados: Darcy Ribeiro, Zeferino Vaz, Marco Aurélio Garcia, Marcelo Cerqueira).

O último dia está reservado para uma reunião do Conselho Nacional de Entidades de Base, para aprovar os relatórios do Seminário e definir as lutas a serem travadas no semestre, definindo os passos da "Campanha por mais

verbas para a educação e por um ensino público e gratuito a todos".

Além dos convidados para os debates, inúmeros educadores, associações e entidades ligadas direta ou indiretamente à educação serão convidadas a comparecer e participar dos debates. Destaque merece o convite feito ao Ministério da Cultura e aos estudantes da Nicarágua.

A importância deste Seminário foi ressaltada pelo presidente da UNE, Rui Cesar, em uma declaração que prestou ao EM TEMPO: "Depois da reconstrução da UNE ao lado de continuar trabalhando pela organização da entidade, a nossa tarefa principal é unificar os estudantes brasileiros em suas lutas, e nas lutas de todo o povo. Demos um primeiro passo, neste início de 1980, com as lutas contra os aumentos das anuidades e por mais verbas. O Seminário deve avançar neste sentido. Entender profundamente o sistema de ensino brasileiro, a política educacional do governo e as suas decorrências e efeitos na universidade é tarefa prioritária. Compreender a luta contra os aumentos das anuidades e por mais verbas na perspectiva da conquista de um ensino público e gratuito, de uma universidade realmente democrática e popular também é muito importante."

O Seminário terá também o papel de aprofundar a compreensão de que a luta por um ensino melhor não é tarefa só do estudante, mas de toda a sociedade. Assim como é tarefa do estudante apoiar as lutas dos trabalhadores e juntamente com o povo conquistar o fim da ditadura militar. É de fundamental importância a participação dos diversos setores sociais neste Seminário, especialmente daqueles que sentem na pele a opressão política e econômica dos "donos do poder".

## Pernambuco

"Reconstruindo o DCE"

Nos dias 29 e 30 de abril ocorreram as eleições para uma das mais importantes entidades do movimento estudantil nordestino, o Diretório Central da Universidade Federal de Pernambuco.

Cerca de 10.800 estudantes foram às urnas para dar uma larga vantagem de votos à chapa "Reconstruindo o DCE", que obteve 4.443 votos. A chapa obteve esmagadora maioria principalmente nas faculdades da área de Saúde, Tecnologia e no Centro de Educação.

Em segundo lugar foi sufragada a chapa "Chegou a hora" com 2.840 votos, cuja linha política se assemelha à da corrente estudantil "Unidade" que concorreu às eleições na UNE. Com uma única e importante modificação: a presença da tendência "Correnteza", hegemônica na região há vários anos, e confirmando a atuação de seus atuais representantes na diretoria da UNE preferiu se alinhar à "Unidade" ao invés da chapa *Mutirão*, vencedora das eleições para a UNE.

Em terceiro lugar, ficou a chapa "Pe no chão" com 2.593 votos. Além de um extenso programa de lutas universitárias e da proposta da reconstrução pela base das entidades (inclusive, da União Estudantil Pernambucana, entidade regional), a chapa "Reconstruindo o DCE" assim se posiciona em relação aos novos partidos: "apoio às iniciativas dos trabalhadores na construção de todo partido cujas características se assemelhem às condições que especificamos, sabendo que na atual conjuntura essas mesmas iniciativas estão presentes na construção do PT."

## Rio Grande do Sul

As eleições para a UEE

Nos dias 29 e 30 de abril realizou-se no Rio Grande do Sul a primeira eleição para a diretoria da UEE no Estado, depois de sua organização em fins do ano passado.

Como era previsto, venceu a chapa *Viração*, graças aos votos obtidos no Interior do Estado que decidiram a eleição. Em segundo lugar, ficou a chapa *Novação*,

vencedora na UFRS e na Unisinos. Em terceiro lugar, ficou a chapa *Unidade* (vitoriosa na PUC de P.A.) e em último lugar, a *Liberdade e Luta*.

De um total de 35.296 votos, *Viração* computou 12.444, *Novação*, 11.841; *Unidade*, 6.820 e *Liberdade e Luta*, 2.043. Houve ainda 1.392 votos em branco e 759 votos anulados.

## Mulheres derrotam repressão

Depois da vitória do primeiro de maio, três mil mulheres conseguiram ganhar de novo as ruas de São Bernardo, embora a manifestação estivesse proibida.

Por Vilma Amaro

Repressão, evidentemente, é coisa séria. Mas quem foi assistir à manifestação das mulheres metalúrgicas e esposas de metalúrgicos na quinta-feira, dia 8, e deparou no Largo da Matriz, de São Bernardo com um pelotão da Polícia Feminina, não pode deixar de dar um sorrisinho malicioso. Dos deputados aos metalúrgicos, passando pelos jornalistas (todos homens), as piadas foram unânimes, ditas, em voz baixa, é claro, para não provocar as iras do coronel Arnaldo Braga, comandante da PM.

A "marcha das mulheres pela reabertura das negociações" estava prevista para as 14 horas, mas ninguém sabia no que iria dar, pois "a repressão podia descer com tudo." A praça tinha o mesmo aspecto dos dias em que havia assembleias. *Brucutus*, *tatus*, *rotas* e veraneios estacionados ao longo da rua Padre Lustosa, ao lado da Igreja Matriz e em todo o quadrilátero que cerca o local.

Por volta das 13h30 começaram a chegar as primeiras mulheres, carregando crianças nos braços. No interior da Igreja, as metalúrgicas, algumas integrantes da Comissão de Salários e as esposas dos metalúrgicos distribuíam rosas e bandeirinhas do Brasil.

Eram 14h30 quando a Igreja lotada, ouvia as recomendações de Nelson Campanholo, diretor do Sindicato, no sentido de que ninguém aceitasse provocações. O trajeto seria a rua Marechal Deodoro, Paço Municipal e rua Jurubatuba, onde se localizava grande parte das lojas de móveis, uma das tradicionais atividades de São Bernardo.

Lição ao coronel

Foi então que as mulheres, tendo à frente Marisa, mulher de Lula, Zeneide,

mulher de Devanir de Carvalho e as mulheres de Expedito e Djalma, todos diretores do Sindicato detidos no DEOPS, deram uma lição de estratégia ao coronel Arnaldo Braga.

Enquanto este acenava para que as manifestantes saíssem pela esquerda da Igreja, onde já estava formado o batalhão da Polícia Feminina, as mulheres, sob aplausos dos maridos e namorados, foram saindo pela direita, abrindo uma larga faixa, onde se lia: "Caminhada das mulheres pela reabertura das negociações."

O público viu, então, uma cena hilariante, com as policiais tendo que "desformar" rapidamente e sair marchando às pressas para o outro lado, para se colocarem na frente das manifestantes.

Na verdade, as policiais não sabiam bem o que estavam fazendo ali e a comandante do batalhão, a coronel Janete, recebia ordens diretas do outro coronel, Arnaldo Braga.

"Custodiadas" pelas policiais, as manifestantes, (cerca de três mil) se dirigiram para a rua Marechal Deodoro: "Negociação, já; se não soltarem o Lula ninguém vai trabalhar; a greve continua; Arroz, feijão, Saúde, Educação, foram algumas das palavras de ordem.

Entre as várias faixas carregadas pelas mulheres destacava-se um cartaz de cartolina carregado por uma criança: "Meu pai pede estabilidade para que eu tenha um futuro decente".

No meio do trajeto, ainda na Marechal, as balconistas de uma loja aderiram à manifestação. Aplausos vinham do alto dos edifícios, enquanto as mulheres continuavam cantando a música que já se tornou quase um símbolo desta greve:

"Caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais..."

Os policiais corriam esbaforidos no meio das manifestantes para impedir que os maridos, namorados e parentes aderissem. "Vão circulando" dizia o coronel Arnaldo Braga aos metalúrgicos que aplaudiam as mulheres nas calçadas.

Chegando ao Paço Municipal, uma chuva de papel picado caiu dos últimos andares do edifício da Prefeitura, enquanto as mulheres pediam: "Queremos liberdade e estabilidade".

Uma passeata tranquila

Fora alguns corre-corre, diante do Paço Municipal, quando policiais tentaram expulsar os homens que aderiram a passeata, a marcha das mulheres continuou tranquila até o largo da Matriz.

Aí chegando, sempre sob os aplausos de populares, as mulheres realizaram um Ato Público. Marisa, a mulher de Lula, muito emocionada, chegou a desmaiar, depois de pedir às esposas dos metalúrgicos que apoiassem seus maridos.

Cida, Tê e Ana (mulher de Santo Dias, metalúrgico assassinado no ano passado) também pediram todo o apoio das mulheres ao movimento dos metalúrgicos. A esposa de Devanir de Carvalho, Zeneide, pediu novamente a reabertura das negociações "pois os metalúrgicos demonstram que são pacíficos".

Zeneide disse que há 19 dias seu marido "foi levado preso, como se fosse um bandido, um marginal, simplesmente, por ser um dirigente sindical autêntico e não um pelego que faz o jogo dos patrões". E concluiu dizendo "devemos confiar em nossos maridos e eles na categoria, pois com sua força e união, os trabalhadores chegarão a vitória final".



Nelson Rodrigues em entrevista exclusiva:

# “O mundo nunca foi tão imbecil como agora!”

Por Luiz Rezende

O ano de 1980 marca a extraordinária presença de Nelson Rodrigues nos grandes circuitos do teatro e cinema. Duas peças em cartaz — *A Falecida* (SP) e *A Serpente* (Rio) — e um filme de grande bilheteria — *os Sete Gatinhos*, dirigido por Neville de Almeida — são os sinais mais aparentes da revitalização de nosso maior dramaturgo.

Em uma de suas crônicas, Nelson Rodrigues nos diz que Aristóteles revivido, vendo *A Serpente*, exclamaria, tomado de espanto e admiração: “É o maior trágico do século!” E, no entanto, nada mais distante das formas clássicas da tragédia que a produção teatral deste carioca, que se orgulha de praticamente nunca haver tirado os pés de sua cidade. Já houve tempo em que as tragédias deixavam a esperança de uma ordem que se alçasse por sobre o caótico torvelinho de paixões desencadeado pela falibilidade da condição humana. Em Nelson Rodrigues, esta esperança não existe. “Nossa opção é entre a angústia e a gangrena”, neste final de século onde “o mundo nunca foi tão imbecil”.

Como conciliar o reacionarismo moralista do qual o autor se reivindica com uma visão tão cerradamente trágica do mundo, onde o aniquilamento é o único horizonte? Este foi o eixo central de nossa entrevista.

— Na medida em que o senhor se considera um autor trágico, qual o sentido que empresta a este termo?

— Eu sou um autor trágico, e digo trágico antes de ser autor. Comecei a ser trágico aos sete anos de idade, quando entrei no mundo com toda a minha fisionomia, todo o meu espanto diante dele. O caso é que na Escola Prudente de Moraes, na Tijuca, a professora disse, um belo dia: “Vocês hoje não vão fazer composição sobre estampa de vaca, nem sobre pintinho. Vão usar a própria cabeça para inventar uma estória”; éramos uns quarenta e cinco alunos — e, com um élan de corrida hípica... Naquela composição ultra-inicial, rebelou-se a minha visão da vida e do homem, uma visão pânica do nosso destino: nada escapa à fatalidade. Aliás, o único caminho que pode decidir o verdadeiro destino do homem é Deus. Em todas as minhas entrevistas, nos últimos tempos, eu incluo esta meditação: o homem depende da existência, da inteligência de Deus ou, do contrário, não será nada senão um canalha.

— “A menina que perde a medida do seu pudor deixa de ser humana. Uma adolescente de 18 anos não pode competir com uma cavala!”

— Uma de suas personagens, em *Dorotéia*, fala à outra, ao final da peça: “Vamos apodrecer juntas”. Existe um aniquilamento físico ou moral de seus personagens que não deixa saída, nem ao menos a da fé em Deus. Por que?

— Exatamente. A *Dorotéia* termina assim: “O que vai acontecer?”; então, a outra responde, como a última fala da peça: “Vamos apodrecer juntas” Mas é preciso que não se pense que é a carne que vai apodrecer; o corpo é efêmero, a carne passa, todos apodrecem... Agora, a alma não apodrece, porque é imortal...

Se você me perguntasse qual é, em

minha opinião, o grande idiota deste e de todos os séculos, eu diria que é o ateu — o imbecil supremo. Não falo do ateu da boca pra fora, porque há muitos sujeitos que escondem Deus até de si mesmos, compreendeu? Dizem “eu sou ateu, eu não acredito em Deus”, como fez Antero de Quental; numa noite de tempestada ele foi para uma colina, subiu lá com um relógio e disse: “eu dou três minutos pra Deus me fulminar, se é que existe”.

— “O sexo foi feito pro cachorro vadio, prá gata no telhado. Foi feito prá cabra. Não foi feito para a mulher.”

Contou os três minutos e não morreu... Mas o Antero de Quental tinha Deus em si mesmo. Tanto tinha que se matou. O suicida é o que se encontra com Deus. Por isso que o suicídio do Getúlio me tocou tão profundamente; eu pensei então, com convicção profunda e irreduzível: “Deus prefere os suicidas”.

O suicida é o sujeito que abandona todos os prazeres vis do mundo, essas meninas que pegam suas folhas de parreira, tiram o sutiã e vão se exhibir. A menina que perde a medida do seu pudor deixa de ser humana; nunca se viu uma cavala ter pudor, e não tem pudor porque é cavala. Agora, uma adolescente de dezoito anos não pode competir, em matéria de atitudes, com uma cavala. A mulher antigamente — quando não tinha nome, não tinha individualidade, não era ninguém — o homem usava como quem usa um papel higiênico e ela ia embora, se arrastando. Até que um dia, no paraíso, a mulher descobre a folha de parreira, e aquela mulher que primeiro a usou se tornou histórica. E, ao mesmo tempo — ao ver o pudor da mulher — o pudor passou a atuar sobre os homens como um afrodisíaco de Vênus. Era uma pequena folha de parreira, mas o que importa é que, historicamente, a mulher começava a ter pu-



Esther Moraes

dor. Agora, ela quer voltar: o impudor da mulher é o prazer mais idiota que ela podia encontrar na vida. Se ela pensasse, perceberia a importância da mulher misteriosa. O sujeito só a vê pelo amor ou, se não pelo amor, pelo desejo, que agora está morrendo...

— “Quando eu tinha 4 anos, fui surpreendido com uma garotinha e a mãe dela ficou uma fera. Não existe inocência em sexo mas nesse caso havia.”

— Suas personagens femininas, quase sempre, ou tem repulsa pelo sexo ou são prostitutas. Por que essa clivagem?

— É o que eu chamo de mulher machista, que repudia sua feminilidade, que diante do homem tem uma raiva de castrada... Falta-lhe o que o homem tem, e o que o homem tem, ela quer ter: a irresponsabilidade sexual. Mas, para o homem, o uso do sexo não transforma a sua vida interior, ao passo que na mulher todo o universo se subverte, a partir do momento em que ela se engravida.

— Daí vem a menina casta que, de repente, aparece grávida, como a Silene dos Sete Gatinhos? É essa subversão aproveitada dramaticamente?

— O negócio é o seguinte: quantas meninas, hoje, apanham gravidez e nem sabem quem foi o pai, que isso não importa, só importa a irresponsabilidade do homem; aquilo, para ele, é só um prazer físico. O homem pode gostar de muitas ao mesmo tempo; agora, a mulher não: ela pode ficar usando a pílula, anticoncepcionais, mas aí está a gravidez de todo mundo, a facilidade com que a mulher se torna grávida, e ninguém lhe pede uma satisfação, nada... a mulher não pode agir como uma cachorra prenha, como uma gata no telhado que — na época própria! — anda atrás do primeiro que aparece... Não pode fazer isso senão vira gata, vira cachorra!

— E por que um fantasma que sempre ronda seus personagens femininos — mulheres castas — é o da rameira sem nenhum pudor? Algo como a tia casta de Viúva, porém honesta, gritando: “Eu queria mesmo é ter 3.500 amantes!”

— É a inveja da prostituta profissional que, numa noite, anda com dez homens. Isso, para as machistas, é formidável, é o ideal recalçado e que agora, com a rebelião de idiotas que houve, se libera. O mundo nunca foi tão imbecil, o que facilita também o machismo das mulheres.

— O senhor costuma dizer que a tragédia do homem decorre da clivagem entre sexo e amor. Sem dúvida, o sexo sem amor é uma busca desesperada, mas

por que na sua produção só há espaço para esse desespero? Será que não há nenhuma alternativa?

— O negócio é o seguinte: não há nada mais árido que o sexo. O sujeito pode ter um prazer fulminante que dura, digamos, dez segundos, e é só. Agora, isso não vale nada. O sexo foi feito pro cachorro vadio, pra gata no telhado, foi feito pra cabra; isso é o sexo: não foi feito para a mulher...

Apenas, o que me assombra desde garoto, ainda que de maneira menos clara, menos incisiva, mas eu pensava nisso: que o amor que eu tinha... eu fiz coisas de que não me lembrava mais, e que os adultos vieram me contar depois: eu fui surpreendido, quando tinha quatro anos, com uma garotinha, e a mãe dela ficou uma fera! Entrou na minha casa e disse pra minha mãe: “Dona Esther, qualquer filho seu pode entrar na minha casa, menos o Nelson”. Agora você veja que coisa incrível, expulsar um garoto de quatro anos que nem se lembrava disso, um garoto que usava camisinha assim pelo umbigo e que fazia isso com tanta inocência... não há inocência em sexo, mas nesse caso houve!

Agora, depois eu percebi que o que interessa ao homem é o amor. O homem é infeliz porque vive do sexo. Quando acontece do homem amar uma mulher e ser amado pela mulher da qual ele começa a gostar, mas uma coisa profunda, eterna, isso é o amor: uma coisa eterna.

— “A família é uma pequena maquete da humanidade. Então, a família é a extrema concentração do ódio.”

— E por que essa possibilidade do amor nunca se apresenta em sua produção teatral?

— O amor existe em todas minhas peças como fracasso, porque ele é muito difícil. É muito difícil que a mulher ame o homem, porque o amor exige condições tão misteriosas... às vezes, à mulher que amaria um homem está aqui no Brasil e ele em Singapura; ele lá com outra mulher e ela aqui com outro homem, e ambos sofrendo. Então, é mais fácil o fracasso.

— Edmundo, em *Album de Família*, diz: “O amor e o ódio só poderiam existir nessa família”. Também nos *Sete Gatinhos* há uma relação tensa de amor e ódio no seio da família, que envolve a todos e da qual ninguém escapa. Qual o lugar do amor na família?

Continua na pág. 17



— Aquela família tinha nascido para o ódio, como é o caso da grande maioria das famílias, que são muito mais amadurecidas para o ódio que para o amor. É o lado trágico da família. Assim como todo sujeito é pintor ou escultor, o sujeito também é amoroso. Querer que todo sujeito seja pintor, escultor ou poeta é tão injusto como procurar em todos casos amorosos o grande amor — que se deve ter!

Na minha peça *A Serpente* há um caso de amor que devia ser eterno, entre Guida e Paulo. Guida teve um início deslumbrante, mas era apenas uma ilusão carnal — mera imaginação da carne! — tanto que acabaram se destruindo, e Paulo mata a mulher para ficar com a cunhada Lígia.

— Nas suas peças, quando existe uma relação aparentemente amorosa entre membros da mesma família, no final vai se perceber que essa relação é sexualizada, através de incestos, etc., e termina em aniquilamento. Por que relações tão conflituosas? Seria em função do fundo sexual?

**Devia se acabar com os partidos de esquerda. Simplesmente não se pode soltar cachorro danado!"**

— Digamos que a família seja uma pequenina maquete da humanidade. Então, essas coisas estranhas se tornam fáceis, o pai que espanca a filha... eu me lembro de um camarada, um coronel que deu tamanha surra na filha que ela não viu outro remédio senão o de se matar com o revólver do pai. A rigor, seria uma impossibilidade que uma pessoa que não fosse um louco varrido fizesse isso, um revolucionário... da direita ou da esquerda... a esquerda, nesse final de século, está vivendo estritamente do ódio. É só você ler jornais: então, o sujeito pega lá duzentos e cinquenta pessoas, tudo de refém. Como é possível fazer um negócio desses? Ninguém deixa de ser esquelético; sujeito faz isso, faz outra... eu me lembro de um episódio, mataram a delegação judia; que fosse esquimó, que fosse chinês, que fosse camponês, pequênês, qualquer que fosse, não se pode fazer isso. O refém é uma coisa que devia ser riscada, inclusive do dicionário. Um refém, como é que se faz um refém? E se faz o refém... mata-se o refém!

Então, a família é a extrema concentração desse ódio. Cada família está saturada de ódio, e como o mais simples e imediato é matar a família, maltratá-la, torturá-la até a loucura, faz-se isso. O partido?

Devia se acabar com os partidos da esquerda, devia se acabar com a bomba atômica. Esses partidos não deviam existir ou não podem existir; é a mesma coisa que você resolver abrir mil casinhas de cachorro danado, soltar aquilo inventando um pretexto qualquer. Simplesmente não se pode soltar cachorro danado!

— E a respeito do trabalho de linguagem em suas peças?

— É muito trabalhado. Eu gosto muito de prezar meu diálogo. Por que faz

sucesso, por exemplo, *A Serpente*? O pessoal ri pra burro! Sai todo mundo feliz da vida. Por que esta satisfação profunda e singela? É uma linguagem violenta, e o pessoal gosta. O negócio é o seguinte: eu gosto muito da concisão, da concentração da *Serpente*, aquela segura que não permite um alô. Não gosto de teatro pesado, chato. Agora, eu gosto muito de uma peça do O'Neil, *Longa viagem noite a dentro*.

— Inclusive tem algumas semelhanças bastante grandes com suas peças...

— Dois autores podem ter me influenciado. Um é O'Neil, o outro não é autor teatral, que é o Dostoiévski. O Dostoiévski eu gosto pra burro. Agora, me diga uma coisa, o que é que você quer que eu diga?

— Bom, tem uma frase do Casamento, o Sabino perto do mar: "E súbito, ele descobre porque ninguém esquece o mar. O mar cheira a esperma, urina velha, sexo mal lavado. Lá longe, estava uma ilha só de pedra, e a ilha não tinha uma flor, um fruto, uma fonte, só tinha cocô de gaiota". Por que essas formas poéticas são trabalhadas de forma tão degradada?

— Porque é bonito, aliás, digo mal, é poético. O negócio no fundo do mar, a floresta...

**"Este final de século está embebido da homossexualidade. O Brasil tem que fazer uma grande obra para não se atolar na homossexualidade geral."**

— A floresta menstruada...

— Eu achava que o pessoal ia gostar, mas não gostou; o pessoal achou horrível. Por isso eu não gosto de fazer sabatina sobre as minhas coisas, porque é preciso um certo temperamento pra gostar delas. No palco, no teatro, a coisa segura o sujeito porque é aquela bagunça; porque, se o sujeito ler, vai ficar resistindo mais. É só?

— Só mais duas perguntinhas: Dr. Camarinha, no Casamento, comenta: "Por que então essa masculinidade escassa, rala, deteriorada, que só tem sentido nos povos inteligentes demais?"

— Os povos inteligentes demais, a partir de certo momento, se voltam para o lesbianismo ou para a pederastia. Agora, o sujeito, aqui no Brasil não dá um passo sem tropeçar ou num, ou numa... Este final de século está embebido da homossexualidade.

— E o que é isso? Decadência?

— No Brasil não seria decadência, porque o Brasil ainda não começou. Agora, eu acho que para o Brasil não se atolar na homossexualidade geral, tem que fazer uma grande obra: o Brasil tem mais que os Estados Unidos, a Rússia... mais que a China.

## Fedra 1980

Por Jorge Coli

É revivido no teatro Paulo Eiró, atualmente, o mito de Fedra. Ou antes — diante do espectador, Fedra, Hipólito, Teseu.

Fedra (Juliana Carneiro da Cunha) surge: os cabelos presos, o vestido negro, uma sensualidade cortante, segura de si e de seu desejo — olhar, sorriso, gestos, pernas, mãos que nos hipnotizam. Mais do que bailarina, presença violenta, atriz, milagre: impossível não ser arrasado por tanto fascínio.

Em seguida, Hipólito (na representação a que assistimos, o titular do papel, Denilton Gomes, foi substituído por Stéphane Dosse): o rosto imóvel, máscara pálida de um personagem lunar, o casto consagrado a Diana, escondendo sua fragilidade de adolescente sob um culto do corpo que se quer enérgico: narcisismo que o protege do exterior. Mas o rigor imposto a si mesmo, a face rígida, são traídos pela graça das atitudes, pela leveza dos movimentos, pela harmonia indizível a cada instante reencontrada. O dueto de amor, da sedução à recusa, agarra o espectador pela emoção: estamos lá, coração, tripas. Inútil rememorar, inútil evocar Fedra desfazendo seus cabelos e com eles açoitando Hipólito, inútil lembrar o enlaçamento do qual Hipólito consegue finalmente se desvencilhar — só podemos insistir para que o espectador não deixe de participar desse momento, muito alto, de dança e teatro.

Enfim, Teseu (Julio Vilan). Mais dolorido que terrível e heróico, ele vem cumprir o assassinio. Depois, o ódio de Fedra, a morte. Nos joelhos de Teseu, Hipólito, como um Cristo de mármore, inspira piedade infinita. E, no seu castigo, Fedra buscando a imagem do bem amado que a cada vez desaparece. O espectador, seguramente, é abalado pela emoção. E

estariamos diante de uma realização perfeita, admirável em todos os seus pontos, dependesse ela unicamente de seus intérpretes (criadores, aliás, das próprias coreografias). Infelizmente não é assim.

Os momentos que acabamos de evocar são quase comprometidos pela concepção geral, pouco sólida. Por que introduzir um coro atuando num registro tão distante da relação ao mesmo tempo violenta e sutil dos personagens? Superfluo, ele é além disso grotesco, simplista, desconexo. Fruto de uma idéia ingenua, superficial e um pouco pretenciosa ("atualizar" o coro: que canta, grunhe, grita em latim — com roupas de hoje), sem nenhum trabalho de integração efetiva com os protagonistas, ele é não só redundante e desagradável, como introduz momentos (estabanados e descontrolados) de ruptura emocional no fluir do espetáculo.

Também falta coerência e inteligência ao pot-pourri que serve de música. Que a Valsa, de Ravel se adapte admiravelmente ao dueto de amor, que o Prokofieff final, lancinante seja eficaz, não dispensam uma exigência de busca mais séria, de coerência maior na ligação entre o espetáculo como um todo e sua música. Mas estes senões lamentáveis da concepção global (a cargo de Emilie Chamie e Jorge Trakla) não devem assustar o espectador ao ponto de desencorajá-lo de assistir a Fedra 1980. Ao contrário, Fedra 80 é, antes de tudo, seus protagonistas. Que ultrapassam os defeitos, tornando-os secundários pela atuação soberba; que nos marcam em nossa memória emocional. Não são muitas as ocasiões que temos de ver artistas de tanta força, de tão grandes qualidades. Eles imprimem em nós, com vigor, as emoções de Teseu, de Hipólito, de Fedra.



Em cartaz no Teatro Paulo Eiró (Av. Adolfo Pinheiro, 765) até 1º de junho, a preços populares: Cr\$ 60,00 e 40,00.



Não percam

### "Calabar, o elogio da traição"

Em São Paulo, no Teatro São Pedro (Rua Albuquerque Lins, 171, Barra Funda). Peça de Chico Buarque e Ruy Guerra tem, na direção, Fernando Peixoto. No elenco, entre outros, Renato Borghi, Martha Overbeck e Othon Bastos. Horários de terça a sexta às 21 hs., sábado às 19:30 e 22:30 hs., e domingo às 18 e 21 hs.



## Existencialismo × marxismo: A militância política de Sartre

Sartre nunca deixou de identificar o marxismo com o stalinismo e por isso mesmo, negando-o aproximou-se do anarquismo.

Por João Antônio de Paula

A vida e a obra de Jean Paul Sartre estão marcados por uma única e mesma característica: a paixão. O destemor com que ele viveu os grandes problemas do nosso tempo. A coragem, a generosidade com que ele colocou-se a serviço da liberdade, contra a opressão em todas as suas formas.

Mesmo quando radicalmente imerso em contradições e problemático, seu pensamento tinha uma chama viva, um brilho forte, um gume cortante que o fazia prestes a desdobrar-se, a superar seus limites e contradições, crispado que é por uma inabalável oposição a todas as formas de opressão, à vacuidade da ordem burguesa.

Jovem, combateu o colonialismo francês na Argélia, tendo posteriormente apoiado decisivamente a guerra de libertação argelina da década de 50. Com igual tenacidade militou contra a barbárie fascista, tendo sido preso e encarcerado durante um ano. Participou ativamente da Resistência Francesa. Apoiou e saudou fraternalmente a Revolução Cubana. Foi intransigente defensor da luta do povo vietnamita, denunciou sem tréguas os crimes do imperialismo norte-americano. Em 68, saiu às ruas para participar da explosão de maio.

Ao mesmo tempo não foi conivente com a deformação stalinista, denunciando a invasão da Hungria (1956) e Tchecoslováquia (1968), sendo um crítico implacável da burocracia e esterilização das experiências socialistas.

### A aristocracia do gesto exemplar

Entretanto, todo esse vigoroso compromisso com a liberdade, essa radical adesão à luta contra a opressão esteve sempre ancorada numa intransponível ambiguidade, o fato de que essa ética de esquerda, essa obstinada militância anti-burguesa estivesse sempre presa a uma concepção metodológica, à uma base teórica fundamentalmente reacionária, de direita. Ao par disso, a militância de Sartre sempre teve no individualismo radical, na aristocracia do gesto exemplar e inimitável, no gesto cheio de orgulho e singularidade, seus traços fundamentais.

Mesmo quando apoia os grupos maoístas em 1968, Sartre o faz como uma espécie de denúncia dos partidos comunistas oficiais, das organizações em geral. Apoiar os grupos maoístas enquanto eles são a negação dos PCs, enquanto tais grupos por sua dinâmica e atuação são inviáveis como partidos, como organismos coletivos de direção revolucionária.

Essa perspectiva que em grande medida permeou parte expressiva das principais lideranças de maio/68 encontra-se exemplarmente colocada num diálogo entre Sartre e Daniel Cohn-Bendit em 1968. Diz Cohn-Bendit: "Este é o ponto essencial. Isso mostra que é preciso abandonar a teoria da 'vanguarda dirigente', para adotar uma outra — muito mais simples e mais honesta — da minoria ativa, que desempenha o papel de um fermento permanente, empurrando à ação, sem pretender dirigir. De fato, embora ninguém queira admitir, o partido bolchevista não 'dirigiu' a revolução russa. Ele foi empurrado pelas massas. Ele pode elaborar a teoria no meio do caminho,



dar impulsos em um sentido ou em outro, mas não desencadeou sozinho um movimento que foi, em grande parte, espontâneo (...) A força do nosso movimento está, justamente, no fato de que ele se apoia em uma espontaneidade "incontrolável", de que ele provoca o ardor, sem procurar canalizar, sem utilizar em seu proveito a ação que ele desencadeou. (...) Para isso, é preciso evitar que se crie imediatamente uma organização, definir um programa, que seriam inevitavelmente paralisantes. A única chance do movimento é, exatamente, essa desordem que permite a todos falar livremente e que pode levar a uma certa forma de auto-organização" (A Revolta Estudantil, vários autores, p. 35-36).

### A tradição do pensamento irracionalista

Essa a estranha criatura que se formou em Sartre. De um lado, o coração generoso e forte, seu pulsar permanente pela causa da liberdade. De outro lado, a cabeça formada na mais pura tradição do pensamento irracionalista, que produziu defensores do nazi-fascismo como Heidegger e Ortega Y Gasset.

Existencialista é como se chamou a obra de Sartre. Existencialismo é como se designa toda uma corrente de pensamento que inclui filósofos como Heidegger, Merleau-Ponty, Jaspers, Ortega Y Gasset, Simone de Beauvoir, escritores como Albert Camus. Existencialismo é o nome que se dá ao clima intelectual, ao ambiente de pessimismo radical que varre a Europa saída (e arrasada) da 2ª Guerra. Não é raro encontrar quem reduza o existencialismo àquelas manifestações de comportamento, às excentricidades no viver e no vestir que caracterizou a geração de jovens europeus do pós-guerra.

Mas uma primeira aproximação do entendimento desse pensamento deve começar por reconhecer que este, desde a sua origem e, principalmente, aí, é uma manifestação de uma forma de protesto, romântico e niilista, contra a alienação do mundo do capitalismo industrial compreendida pela pequeno-burguesia européia a partir da segunda metade do século XIX. É contra a mesquinhez, a repetição monótona e atrofiante da cotidianidade capitalista que se insurge Nietzsche, um dos antecessores mais

importantes do existencialismo. A sua concepção do **super-homem** é a exacerbção de um individualismo, subjetivista e radical, buscando romper com a alienação, com o vazio da vida sob a ordem burguesa.

Não é outro também o sentido do radical irracionalismo de Kirkegaard. Ele identifica o racionalismo, a razão com a cotidianidade amesquinhada do capitalismo e contra isso apela para o irracionalismo, para a evasão, para o individualismo extremo.

O grande e fundamental equívoco desse pensamento é a sua incapacidade de ultrapassar a forma fetichizada que assumem as relações humanas sob o capitalismo.

Ao contrário, ao fazer da aparência a própria realidade das coisas, os existencialistas e seus antecessores eternizam a ordem burguesa, cristalizam o que é provisório e, portanto, abrem caminho para que se coloquem como impotentes diante do real, que se torna incompreensível para eles e que, por isso, também não poderá ser transformado. Restará aos existencialistas recolherem-se ao mundo da subjetividade, afundarem-se na solidão, no desespero de saberem-se isolados, "condenados à liberdade de escolher" (Sartre). Esse é o aspecto central do pensamento existencialista.

### "A filosofia insuperável do nosso tempo"

O engajamento de Sartre, seu permanente compromisso com as lutas sociais parecem ter aguçado ainda mais a contradição já apontada no pensamento satreano.

A resultante dessa contradição é uma aproximação cada vez maior de Sartre do marxismo, culminando no livro **Crítica da Razão Dialética** (1960) em que Sartre enuncia a sua famosa expressão: "o marxismo é a filosofia insuperável do nosso tempo". Significando isso que enquanto os problemas típicos da nossa época, os problemas da sociedade burguesa (a alienação, a exploração, a opressão) continuarem a existir, o marxismo continuará a ser o método insubstituível para a compreensão e transformação dessa realidade.

As relações de Sartre com o marxismo são sobretudo cheias de tensão e crise. À época em que Sartre se formou, domina-

va a deformação esclerosada e falsificada que o stalinismo impôs como marxismo.

É contra esse marxismo deformado e adulterado que Sartre se levanta. Talvez ele também o fizesse se não houvesse prevalecido a deformação stalinista, mas a questão não é essa. O grande problema é que Sartre não consegue entender, vislumbrar essa adulteração; toma o stalinismo por marxismo e denuncia o seu esclerosamento.

Está aí, nessa recusa de Sartre do stalinismo, ao mesmo tempo, a sua grandeza e o seu inferno.

A grandeza está na rejeição daquele pensamento, dogmatizado, esterilizado em que o marxismo foi transformado pelo stalinismo. O inferno está na incapacidade de Sartre de resgatar as verdadeiras raízes do marxismo e, sobretudo, fazer isso apropriando-se coletivamente do marxismo, abrindo-lhe novos caminhos.

### O elogio da ação espontânea

Ao contrário disso, Sartre contrapõe à estreiteza stalinista uma versão cada vez mais pura de anarquismo. Para enfrentar os problemas da burocratização, da crise revolucionária, a solução de Sartre é recriar o anarquismo, é desembocar num pensamento e numa prática decisivamente problemáticas.

Para escapar aos problemas concretos colocados pela construção do socialismo, ele refugia-se cada vez mais numa visão em que a conquista do socialismo se dá pela ação espontânea e fraterna das massas, pela destruição de toda forma de Estado imediatamente, todo esse processo prescindindo absolutamente de um partido. Essa visão está colocada de forma inequívoca na entrevista exclusiva concedida por Sartre ao jornal **EM TEMPO** publicada em seus números 64 e 65 de maio de 1979. Aí, contra o Estado burguês, sua crescente centralização, capacidade de repressão e controle, Sartre propõe a espontaneidade, aponta o exemplo da tomada da Bastilha em 1789. Só que esqueceu-se de dizer que a tomada da Bastilha, sem a ação organizada do partido jacobino, teria sido ainda mais facilmente, o final de um privilégio e a sua substituição por outro, o da grande burguesia.

Foi a ação intransigente e organizada dos jacobinos, sua proposta de democracia radical, de democracia social (fixação de preços máximos, supressão dos tributos feudais, constituição e pão) que levariam a Revolução a ultrapassar — mesmo que temporariamente — os limites puramente formais que ela teria se dominada pela Gironda, pelos interesses da grande burguesia.

A ação espetacular e grandiosa dos insurretos tomando a Bastilha seria inteiramente inconsequente do ponto de vista dos interesses das massas pauperizadas de Paris se, ao mesmo tempo, não tivesse se organizado a intervenção jacobina, como expressão dos interesses da pequena burguesia radical e dos **sans-culottes**.

Mas todas essas questões não encobrem as características maiores desse homem que são o seu caráter e a sua coragem. Não podemos deixar de saudá-lo como uma grande conquista da humanidade rumo à destruição de toda a opressão.





# A história do POC e da LO

A trajetória do Partido Operário Comunista - POC - e da Liga

Operária - LO - duas organizações simpatizantes da IV Internacional no passado recente

por Andreas Maia

No quadro do processo de recomposição da esquerda, na segunda metade dos anos setenta, surgem duas organizações reivindicando as posições da Quarta Internacional no Brasil: o Partido Socialista dos Trabalhadores (ex-Liga Operária) e o Partido Operário Comunista (POC), este último, em realidade, reorganizado após a repressão de inícios da década.

O POC estava mais próximo da tendência majoritária da Internacional trotskista, enquanto que o PST se filiava à chamada tendência da "minoría". Na medida em que as duas tendências da Quarta acalentaram a possibilidade de vir a unificar-se, a idéia de uma fusão das duas organizações brasileiras foi possível, mas o fracasso desta articulação a nível internacional contribuiu para um crescente distanciamento das duas correntes no Brasil. Aprofundaram-se as divergências internacionais que opunham as duas tendências e que tinham como um dos pontos básicos de conflito a estratégia de luta para a América Latina: a maioria defendera no IX Congresso (em 1969) posições muito próximas do "guevarismo", no que fora combatida pela minoría. A principal consequência desta polêmica havia sido a cisão do trotskismo na Argentina: de um lado o PRT-ERP, apoiando e realizando a luta guerrilheira, de outro o PRT ("La Verdad"), mais tarde PST, privilegiando as formas tradicionais de organização do trabalho operário.

## Criação da LO

Os militantes que sobraram da Fração Bolchevique-Trotskyista após as prisões ocorridas no início de 1970 (ver as duas últimas edições do "EM TEMPO"), tentam fazer um balanço do que foi a organização e muitos deles viajam pela América Latina para tomar conhecimento da realidade das organizações trotskistas existentes. Na Argentina encontram o Partido Socialista dos Trabalhadores (união do grupo "La Verdad", já citado, com uma cisão do PS argentino) vinculado a tendência minoritária da Quarta. As propostas de Nahuel Moreno, o principal dirigente do PST, passam a ser um polo de referência para este grupo de militantes, que por sua vez rechaçam a política guerrilheira do PRT-ERP assim como a organização "Política Obrera" (ligada ao CORQI).

No Chile existia também um grupo de brasileiros organizados em torno da minoría da Quarta e que se chamava "Ponto de Partida". Este grupo era composto de militantes trotskistas tendo como objetivo a volta para o Brasil na perspectiva de fundarem um trabalho local.

Uma boa parte da Fração Bolchevique-Trotskyista, notadamente no Rio Grande do Sul, se define pela unificação com o grupo Primeiro de Maio e pela adesão ao CORQI, aderindo à versão "lambertista" do trotskismo. Mas um grupo de militantes em São Paulo se vincula aos membros do "Ponto de Partida". É criada assim a Liga Operária.

Logo no início de 1975 a L.O. realiza o seu segundo congresso. Decide concentrar forças no movimento operário e estudantil no Rio de Janeiro e em São Paulo. Empreende um deslocamento de militantes de origem estudantil para o trabalho em fábricas com o objetivo de

conseguir uma inserção no movimento operário. Em São Paulo o trabalho mais importante será no ABC entre os químicos e metalúrgicos. Organiza-se a Frente de Unidade Química, uma tendência de caráter sindical. No Rio o trabalho concentra-se no movimento estudantil.

Quanto à política nacional, a Liga nas eleições de 1974 e 1976 chamará os trabalhadores a votarem nos "candidatos operários" do MDB. A sua política operária será marcada pelo trabalho de oposição dentro dos sindicatos oficiais.

## A unificação do POC

O POC como todas as organizações da esquerda brasileira será desbaratada em 1970-71. Até então era uma organização que se mantinha oficialmente equidistante do trotskismo. (ver EM TEMPO n° 85).

Após a repressão brutal sobre o POC, quando morreu sob tortura no DOI-CODI paulista o militante Luis Eduardo Merlino, a reaglutinação é feita de modo lento e desorganizado. Depois da experiência da derrota, eram poucos os militantes que queriam continuar organizados no POC. Os que permanecem adotam algumas definições básicas: adesão à Quarta Internacional e discussão com vistas à fusão com a tendência "Combate", que se exilava no Chile.

Mas estas discussões, feitas naquele país no primeiro semestre de 1973, acabam malogrando completamente. A tendência "Combate" insistia na tese de que a ditadura militar só poderia ser derrubada por "uma guerra prolongada" e por meio de um "exército revolucionário do povo" a ser criado essencialmente no campo. No movimento operário a tarefa imediata era a de organizar "Unões Operárias", paralelas ao sindicato atrelado, ao lado de uma prática político-militar: realizar ações armadas de apoio ao movimento de massas.

A outra tendência levantava várias objeções a esta concepção. A primeira, de que tal proposta na conjuntura brasileira de 1972-1973, isto é, ainda durante o governo Médici, desconsiderava por completo a contra-revolução existente e o descenso do movimento operário e popular. Era necessário recuperar a capacidade de mobilização e combate do proletariado por meio das lutas parciais, econômicas e democráticas, inserindo-as na perspectiva anti-capitalista por meio de um programa de transição. Outra argumentação centrava no fato de que as teses da tendência "Combate" eram prisioneiras de uma contradição fundamental. A idéia de que o proletariado possa vir a chegar ao poder em um país semi-industrializado como o Brasil por meio de uma "guerra prolongada" e organizada dentro de um "ERP" era um não-senso, um paradoxo com o próprio trotskismo, a negação completa das capacidades revolucionárias do proletariado.

É em função das mudanças na Quarta Internacional operadas pelo X Congresso que realiza uma autocritica da opção guevarista do congresso anterior que as duas tendências do POC se unificam. É publicada uma revista teórica "Marxismo-Revolucionário" e um jornal chamado "Marcha Operária", e o trabalho sindical se concentra entre os metalúrgicos de São Paulo.

Assim, ao contrário da maioria das or-

ganizações de esquerda neste período, o POC esteve ausente do movimento estudantil, que vai ter a partir de 1977 um grande alento. Mas mesmo com poucos militantes, o POC consegue impulsionar no movimento operário a idéia das Comissões de Fábricas. Em seu "Ante-Projeto de teses para o movimento operário", da época se lê:

"A crise nacional coloca para a classe operária uma exacerbada exploração... e o caminho para a reação da classe é a multiplicação, expansão e centralização das experiências de auto-organização (comissões de fábrica, comissões de bairro) e de auto-gestão das lutas (participação ativa dos trabalhadores nas decisões de seus organismos de classe)... "três objetivos imediatos de luta se colocam: luta por aumentos de salários, luta contra o desemprego e luta pela organização independente da classe... essas lutas estão intimamente ligadas à luta por liberdades democráticas".

A Liga Operária via a proposta de organização das comissões de fábrica como "ultra-esquerdista". O trabalho deveria ser a de reforçar os sindicatos por meio de campanhas de sindicalização massiva. A proposta das comissões significaria abandonar os sindicatos aos pelegos e burocratas.

A política nacional foi também um dos pontos de divergência entre as duas organizações. Enquanto que a L.O. procurou participar ativamente nas eleições parlamentares apoiando candidatos do MDB, o POC lançou sucessivamente a palavra de ordem de voto nulo. Esta questão foi importante porque em certa medida determinou o futuro das duas organizações. O POC ateu-se à posição de que o "MDB é um partido da burguesia e os trabalhadores não devem apoiá-lo nem mesmo criticamente". No entanto, as eleições de 1974 convocadas pelo governo Geisel resultaram numa derrota da ditadura e foi o reflexo do crescimento das oposições. O voto no MDB foi um voto de protesto mesmo com as limitações

liberais-burguesas deste. A falta de sensibilidade do POC levou a um isolamento em suas próprias bases.

Já a Liga Operária, apesar dos excessos de apoiar "candidatos operários" (na realidade não tinha nenhum representante da classe operária), pôde experimentar uma certa capitalização em torno de uma agitação política durante as eleições.

Assim, com base nestas divergências que se acirravam, acrescidas da luta tendencial dentro da Quarta Internacional, as reuniões travadas pelas duas organizações com vistas à unificação pouco frutificam na prática e com o tempo foram abandonadas.

## Período de mudança

O crescimento da Liga Operária, mais notadamente no movimento estudantil, vai levar a sua transformação que origina o Partido Socialista dos Trabalhadores. No plano internacional segue a tendência liderada por N. Moreno que recusando-se a uma unificação das tendências dentro da Quarta, organiza sua própria fração e rompe mais tarde com a Internacional.

O POC é por sua vez abalado pela dinâmica da conjuntura e da luta de classes que se exacerba. A sua atividade voltada exclusivamente para a militância sindical se despolitiza completamente. Torna-se incapaz de responder aos problemas políticos nacionais e não encontra unanimidade para tirar uma posição sobre as eleições parlamentares de 1978. Embora o trabalho sindical e operário do POC apontasse certas conquistas como as comissões de fábrica, as reivindicações transitórias expressas nos programas de oposição sindical, a defesa no meio operário da luta por uma Assembleia Constituinte, etc., o partido não conseguiu muitos militantes operários. Carecendo de condições de continuar o trabalho por suas próprias forças, decide dissolver-se.

## UM LÊNIN PARA HOJE

A venda no  
jornal EM TEMPO

Cópias da edição portuguesa  
de 960 páginas por  
apenas Cr\$ 400,00

Trata-se de uma biografia política que aspira a ajudar na reconstituição do significado do leninismo do próprio Lênin. Sua grande originalidade, bem como sua importância, vem do enfoque adotado.

O maior revolucionário do século (na opinião do próprio autor) e apresentado como alguém cuja vida foi feita de sucessos e fracassos, de realizações grandiosas e de erros gritantes, e cuja obra tem um caráter inacabado, evidenciado na dupla carência com que chegou ao fim da vida, e que se perpetua até hoje: ainda não foi criado o instrumento capaz de abater o capitalismo nas sociedades industriais avançadas (a III Internacional, que ele fundou, primeiro degenerou e depois foi dissolvida por Stalin); e ainda não foi construída, sobre as ruínas do poder burguês, uma sociedade socialista.

Mas na visão de Liebman, o estudo dos textos e sobretudo da prática de Lênin é indispensável para avançar na solução, num momento em que a crise do capitalismo se aprofunda e se combina com a crise do stalinismo.

O leninismo sob Lenin

Marcel Liebman





Argentina:

# A ditadura que Figueiredo foi ver

Por B. Miller

No último 24 de março a ditadura militar de Videla completou 4 anos. Como é costume nestas ocasiões, fez-se um balanço da gestão, naturalmente, muito positivo. No quarto ano os militares cumpriram um dos seus principais objetivos: "ganhar a paz". Assim, agora estariam dispostos a avançar até uma nova etapa: a "normalização" institucional e o restabelecimento de uma "nova" democracia.

Para isso, formularam as "Bases Políticas" e convocaram a "civilidade" para dizer suas opiniões sobre o projeto. Desta convocatória, foram excluídos os "subversivos, os corruptos, os que professam ideologias estranhas ao ser nacional, os peronistas que não aceitem as mudanças ocorridas e os que se "auto-isolam". Os convocados serão cuidadosamente selecionados entre os empresários, políticos, sindicalistas, etc., que possam realizar verdadeiras "contribuições" à proposta.

O mecanismo do "diálogo" consiste em uma reunião de três horas do Ministro do Interior com os convidados, cujas exposições serão gravadas para que logo sejam escutadas pela Junta Militar e o Alto Comando das Forças Armadas. Ou seja: bem mais que um "diálogo", é um interrogatório.

Esta convocatória é o resultado de um longo processo de negociações entre os Altos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para superar divergências e atritos, que ainda não foram definitivamente superados.

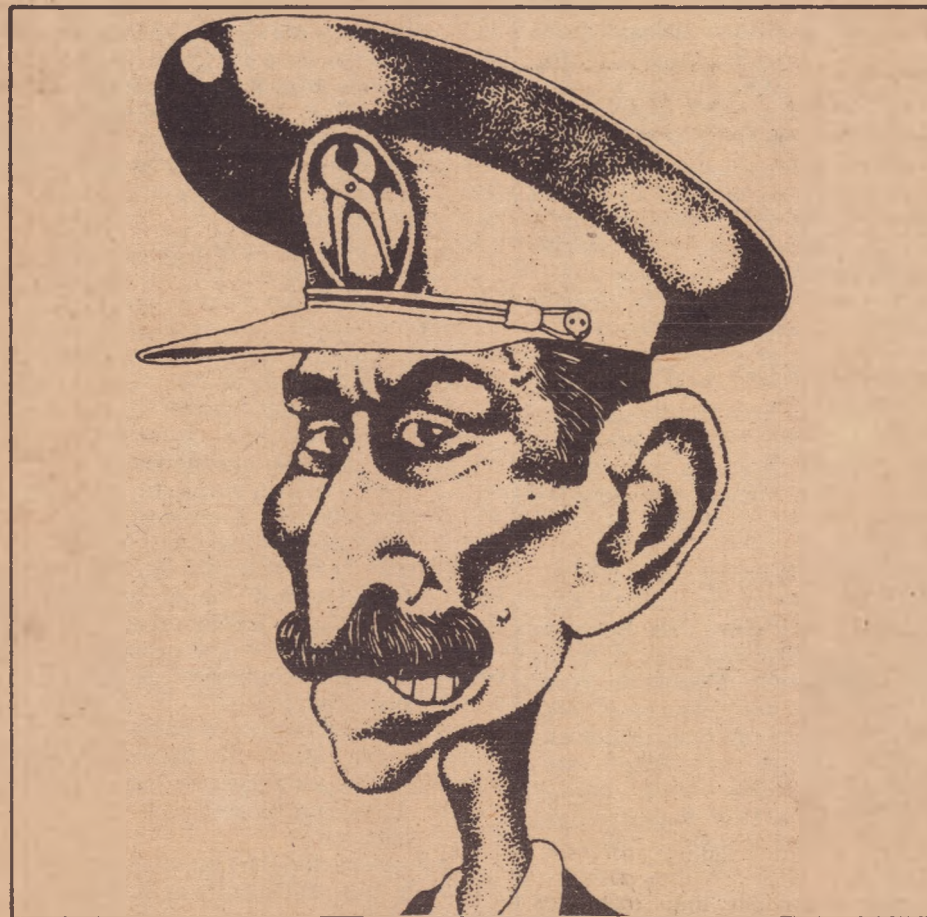
Quando ainda não havia sido convocado nenhum convidado, o Comandante da Aeronáutica declarou que "não há abertura política, este processo é longo, muito longo", enquanto o Comandante da Marinha disse que o convite ao diálogo fora "destorcido".

Podemos dizer que abriu-se o inevitável processo de desgaste da Ditadura Militar e que os atritos internos irão aumentando com o tempo. Este "diálogo" é outra invenção que mostrará distintos graus de impotência exemplares: a do governo, incapaz de dar respostas políticas, a dos sindicalistas que aceitam as novas normas da Lei de Sindicalização, que buscam recomodar-se na nova estrutura sindical, a dos políticos, dispostos a apoiar a ditadura em troca de algum espaço, por pequeno que seja.

Entretanto, não podemos deixar de assinalar que qualquer iniciativa da ditadura no plano político levará ao aprofundamento das divergências e o desgaste. Isto ocorre porque suas "conquistas" destes quatro anos se reduzem a ganhar a paz dos cemitérios e a uma profunda modificação da economia a serviço de alguns poucos setores. Não pode dar resposta nem solução aos problemas de fundo da sociedade.

## A paz dos cemitérios

A lista de crimes e horrores nestes quatro anos de ditadura militar passará sem dúvida a engrossar as páginas ver-



nhosas da história humana. Há testemunhos suficientes e insuspeitos sobre a magnitude da repressão: milhares de mortos, milhares de desaparecidos, milhares de exilados. Toda a experiência mundial da contra-revolução foi posta ao serviço do objetivo: "ganhar a paz". Um verdadeiro genocídio para quebrar a luta sustentada por mais de trinta anos pela classe operária argentina; dizimar a toda uma geração de vanguarda, produto da combinação desta luta da classe operária e do ascenso da revolução na América Latina durante os anos sessenta.

O modelo ideal para os militares mais duros é fazer da Argentina a Miami do mundo, onde todos os reacionários tenham a sua terra prometida, onde eles sejam o São Jorge capaz de vencer ao dragão comunista, protetores da propriedade privada, da moral mais retrógada, proteção e celeiro de um Ocidente ameaçado pela iminente terceira guerra mundial!

Até hoje a ditadura atravessou incólume à campanha de denúncia de seus crimes porém há sinais evidentes de algumas dúvidas na frente interna para o tratamento de algumas questões: informe da Comissão de Direitos Humanos da OEA, investigação da Comissão de Genebra da ONU sobre os desaparecidos, etc. Ademais, há as negociações atuais com Carter para a melhora das relações mútuas.

A denúncia dos crimes da ditadura teve uma ausência significativa: a maioria dos Estados operários, especialmente a URSS. O incremento dos acordos comerciais pesou mais do que a solidariedade e o internacionalismo. A solidariedade com os trabalhadores argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios deve ser uma consigna permanente dos trabalha-

dores de todo o mundo para cortar as asas destes regimes nefastos.

## As "conquistas" econômicas

A recessão da economia mundial (1974/75) repercutiu fortemente na Argentina. A crise crônica do capitalismo no país — produto de seu desenvolvimento particular — somava-se uma conjuntura difícil. A burguesia, entrelaçada com as transnacionais, que tinham tido um interferência importante na economia durante os últimos 15 anos, necessitava derrotar ao movimento operário para impor um plano de reestruturação do capitalismo argentino a fim de acomodá-lo à nova situação internacional. Derrota do movimento operário e plano econômico do Ministro Martinez de Hoz são inseparáveis; sem esta consideração é muito difícil explicar o que se passou nestes quatro anos.

Podemos resumir as "conquistas" do plano de Martinez de Hoz, muito simplesmente, em: uma queda drástica do salário real (mais de 50% do nível de 1975); uma acelerada concentração e centralização dos capitais; uma redistribuição da renda em benefício do capital financeiro e das transnacionais; uma recomposição das reservas pela melhoria das exportações agrícolas e o manejo da política tarifária e cambial; o recorde histórico de quebras na pequena e média indústria e de algumas grandes firmas tradicionais fornecedoras do mercado interno (têxteis); recorde mundial da inflação, entre outras coisas como um mecanismo fácil para uma redistribuição regressiva da renda; as menores porcentagens jamais destinadas ao orçamento nacional para os itens educação, cultura e saúde pública, e os maiores para

segurança e defesa nacional.

Este plano não pode ser assimilado àqueles aplicados anteriormente, na década de 30, ou por Alsogaray ou Krieger Vasena (ministros de governos militares passados), ilustres representantes de setores da burguesia ligados ao imperialismo ou da oligarquia tradicional. Este plano, destinado a redefinir o lugar da Argentina na atual divisão do trabalho mundial, provoca repercussões de fundo, a curto e a médio prazo.

Antes de tudo, elimina as bases materiais de uma possível revanche da chamada "burguesia nacional". Se aplicado até o fim — o que depende muito mais da conjuntura internacional que de fatores locais — liquidará grande parte da pequena e média indústria; concentrará as restantes e chegará a modificar a propriedade da terra no rico pampa húmido que passará às mãos das grandes empresas para uma exploração tecnologicamente avançada.

## As fraquezas da economia

Neste marco se situam os acordos com o Brasil para o aproveitamento hidroenergético do Paraná, os acordos nucleares de complementação, conversas sobre modificações do regime do ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), etc. isto é, a redefinição do lugar da burguesia argentina no mundo atual em crise.

Uma nova recessão internacional repercutirá novamente sobre este modelo que tem seus lados frágeis. Apenas em 1979 foi possível recuperar o nível do Produto Interno Bruto de 1974, para cair novamente em uma recessão de fins de 1979 até hoje. A inversão não aumentou, nem sequer a do exterior, que só investe especulativamente no mercado financeiro. Do nível de reservas declarado pela ditadura calcula-se que 3,5 bilhões de dólares são capitais chamados "andorinhas", que chegam pelas altas taxas em vigor no mercado financeiro argentino. As fábricas mais tradicionais, como a Bernalsa e a Alpargatas, estão a ponto de fechar, com vários meses de sucessivas suspensões do pessoal e fechamentos temporários. Na indústria automotriz, o balanço deste processo é: fechamento da General Motors, fechamento da Citroen, fusão de Fiat-Peugeot, fechamento da IME, compra da Chrysler pela Volkswagen do Brasil. As fábricas de tratores têm tido um enorme descenso da sua produção e feito plenos de paralisar a sua produção. A rede ferroviária reduziu-se de 40.000 km a 34.000 km e está em estudo fechar 14.110 km, mais outros 9.878 km, que são considerados "comercialmente não convenientes". Tudo isto sem propostas de construção de redes de transporte alternativas.

Foram privatizadas grande parte das empresas em mãos do Estado e pretende-se modificar a lei (que tem dois anos) de inversões externas para dar maior facilidade aos capitais forâneos (entre outras coisas se projeta que possam operar na Bolsa de Valores, isto é, que possam comprar ações livremente, que possam investir sem condicionamentos



em áreas antigamente reservadas, como transporte de passageiros, e muitas outras facilidades deste gênero). Por outro lado, os dados sobre a dívida externa acumulada são reservados cuidadosamente: faz dois anos que não são divulgados oficialmente!

### Perdas da classe operária

A política repressiva e o plano econômico da ditadura militar conseguiram impor uma verdadeira derrota à classe operária. Derrota que se apoia em todo o processo anterior de desmoralização e desarticulação durante o processo peronista, particularmente durante o governo de Isabel Perón. Os bandos armados de Lopez Rega e a burocracia sindical abriram o caminho da derrota. Porém antes de tudo a inexistência de uma verdadeira alternativa independente da classe operária impediu que todo um processo de mobilização e luta, a experiência de mais de 30 anos, levasse a uma alternativa operária para o conjunto da sociedade para superar a profunda crise do capitalismo.

Se houvesse esta alternativa independente do proletariado, enfrentando todas as manobras das tendências burguesas, outro teria sido o resultado. Se houvesse existido o golpe, a resistência centralizada da classe operária teria encurtado os prazos e a ditadura não teria chegado a cumprir grande parte dos seus planos.

Em troca, o balanço que hoje temos de fazer é que a classe operária perdeu grande parte de conquistas importantes: perda de grande parte dos direitos de sindicalização, retrocesso no salário real e nas condições de trabalho, desarticulação dos corpos de delegados e das comissões internas de fábrica, proibição do direito de greve, supressão dos contratos coletivos de trabalho, prisão e morte

para milhares de dirigentes operários reconhecidos, etc.

Hoje ainda não podemos falar de um começo de resistência organizada. Existem conflitos isolados centrados fundamentalmente na luta salarial e contra o fechamento das fontes de trabalho. Podemos contabilizar lutas importantes desde 76 como as de luz e força, ferroviários, portuários, algumas fábricas de automotores, metalúrgicas, têxteis, porém a característica fundamental é o seu isolamento.

### Lutas de resistência

A greve geral de 24 horas do ano passado, convocada por um setor da burocracia sindical — com toda a importância que tem — não foi nem a sombra de outras mobilizações. Sua característica principal foi o desconcerto, a falta de centralização, porque a burocracia queria usá-la como elemento de negociações com o governo e porque a classe desde a base não pôde impor-lhe outro conteúdo.

No começo do ano começou a ter vigência a nova Lei de Associações Profissionais, que modifica substancialmente a anterior quanto ao funcionamento dos sindicatos e das obras sociais. Esta nova lei é um golpe sério à burocracia: tira-lhe o poder de manipular as obras sociais e em parte dos fundos sindicais. Porém também é um golpe ao movimento operário quanto ao funcionamento dos delegados e das comissões internas como também na proibição expressa de constituir organismos centralizadores, como foi em outros tempos a CGT.

A burocracia, frente a isto, tenta buscar apoio nas bases para um enfrentamento ao governo; não um enfrentamento frontal, mas uma melhor posição para negociar os aspectos mais irritativos da lei. Diante da ameaça do governo, da

diferenciação no seu próprio interior, e da falta de eco nas bases, desiste do propósito de uma espécie de plebiscito nas fábricas e de um plano de luta. Depois deste intento frustrado, resolve "enfrentar" à ditadura nos marcos legais: seus advogados alegam que a Lei é inconstitucional. Desistiram do combate no terreno das fábricas, e trocaram-no pelo terreno dos tribunais da ditadura.

A atual Central Unica dos Trabalhadores (CUTA), que não é nem uma sombra do que foi outrora a CGT, embora muitos personagens sejam os mesmos, está dividida entre os que tentam uma oposição mais firme à ditadura e os que buscam reacomodar-se na nova situação, ganhar um espaço para um acordo com o governo.

A resistência operária aos planos da ditadura não será organizada pela burocracia sindical: será um processo, de prazo não muito curto, de luta pela centralização e organização da classe. Não é possível descartar a hipótese de que setores da burocracia tomem uma posição mais dura frente à ditadura, mas certamente não serão eles que estimularão e organizarão a resistência.

A resistência será o produto de diversos fatores, entre eles o desgaste e as lutas internas da própria ditadura, a influência das lutas operárias no continente, particularmente Brasil e Bolívia pela sua proximidade, somados ao desenvolvimento de organizações clandestinas no seio das fábricas que coloquem a luta por suas reivindicações imediatas, pelo direito de greve, os direitos de reunião, etc, e que possam lançar as bases para a generalização dos conflitos. Neste caminho a resistência poderá centralizar a profunda hostilidade das massas para a ditadura militar que pelos efeitos da repressão e a carência de canais adequados não pode expressar-se.



## Uruguai:

# A ditadura espiona a Cruz Vermelha

Nos últimos meses, a imprensa vinha informando que estaria no território uruguaio uma comissão da Cruz Vermelha, que poderia entrar nos campos de concentração e quartéis uruguaio para entrevistar-se com todos os presos políticos. Seria oferecido a este organismo: respeito a seu trabalho, segurança de visitas privadas, sem a presença do pessoal militar, sem gravações, e garantias de que não se tomariam represálias posteriores contra os presos. O informe final da Cruz Vermelha seria confidencial e secreto, como informaram as autoridades.

Depois de realizar seu trabalho, os integrantes da Cruz Vermelha (médicos e juristas) descobriram que haviam sido enganados pelas Forças Armadas: todos os depoimentos haviam sido gravadas por meio de um equipamento de

espionagem eletrônica, acionado por oficiais que se colocaram um andar acima da sala onde foram realizadas as entrevistas.

A Cruz Vermelha afirmara para os presos que a campanha internacional pela libertação dos presos políticos uruguaio estava dando resultados, e que certamente nos próximos meses haveria uma anistia. E que além disso tinham recebido todas as garantias das autoridades. Desta forma, a maioria descreveu as condições da prisão, o presídio de "Libertad".

Falaram das torturas, dos vexames, das violações, mutilações, desaparecimentos, assassinatos que presenciaram, da constante tensão psicológica (são constantemente provocados mesmo nas suas celas; os negros e os judeus recebem provocações racistas). São

obrigados a realizar trabalhos forçados, mesmo quando há determinação médica em contrário.

Contaram da proteção recebida pelos elementos que colaboram com a polícia. Insistiram no efeito negativo do isolamento do mundo exterior, na dificuldade de receber visitas, publicações, da censura que atinge até as "Seleções do Reader Digest".

Há uma especial preocupação por parte dos carcereiros com o isolamento: parentes (pais, filhos, irmãos) recolhidos na mesma penitenciária passam anos sem poderem ver-se.

Com a espionagem realizada, os presos de "Libertad" passam a correr maiores riscos: as autoridades fascistas agora sabem quem está "arrependido", quais são seus maiores inimigos, a quem devem fazer represálias.

## O movimento operário argentino e o Brasil

Enquanto o general Figueiredo conversa com seu colega Videla, os trabalhadores argentinos voltam-se com interesse para as lutas que se desenvolvem no Brasil, e em especial para a constituição do Partido dos Trabalhadores.

O movimento operário argentino, durante toda a sua história, seguiu de muito perto as lutas do proletariado mundial. Diante de cada conflito deste século, rapidamente tomou posição, muitas vezes por cima de suas direções, como por exemplo na negativa frontal ao intento de Perón de apoiar ao imperialismo americano na guerra da Coreia. Desde a Revolução de 1905 a sociedade argentina foi comovida pelos grandes combates do proletariado e o proletariado esteve na primeira fila da solidariedade de classe. Isto é parte da memória da classe e não deixará de expressar-se diante dos novos combates.

Tanto o ascenso da revolução no Caribe. Nicarágua e Salvador, como as lutas do proletariado brasileiro, especialmente as greves metalúrgicas, influirão preponderantemente sobre o proletariado argentino. Estes acontecimentos são discutidos dentro das fábricas e suas conclusões serão incorporadas à experiência para iniciar a resistência à ditadura, em primeiro lugar, para desencadear logo uma contra-ofensiva que permita atirar o regime de Videla e companhia ao lixo da história, junto com Pinochet, Hitler, Somoza e tantos outros.

A classe operária argentina acompanhará muito atentamente a constituição e o desenvolvimento do PT no Brasil. Tendo em conta as diferenças próprias de cada país, esta é uma experiência muito importante para a classe operária a nível continental. Além disso, os trabalhadores argentinos e brasileiros têm motivos mais que suficientes para um trabalho comum e solidário. Grande parte das fábricas mais importantes estão de um e de outro lado da fronteira, são os mesmos patrões, o mesmo inimigo, e uma luta comum: a organização independente da classe com um programa que dê uma resposta a todos aqueles problemas que a burguesia argentina e brasileira não puderam resolver.

(B. Miller)

## Leia e assine:

**EM TEMPO:**

**EM TEMPO:**

**EM TEMPO:**



## Nicarágua A greve no La Prensa

Os donos do jornal querem virá-lo para a direita.  
Os trabalhadores se opõem e entram em greve,  
após a destituição do editor que apóia a mesma causa.

Por Fred Murphy, da Intercontinental Press

**A** movimentação empreendida por parte da família Chamorro, proprietária do diário La Prensa, de Manágua, para substituir o editor chefe Xavier Chamorro Cardenal e alterar a política editorial para a direita defrontou-se, no último dia 20 de abril com uma greve envolvendo 95% dos gráficos e jornalistas da empresa. No dia 26 de abril, os grevistas, diante da intransigência da maioria dos diretores do Conselho do La Prensa, decidiram demitir-se em massa e fundar seu próprio jornal.

A política editorial seguida por Xavier Chamorro já vinha, há meses provocando conflitos no interior da família. Xavier é irmão do antigo editor Pedro Joaquim Chamorro Cardenal, assassinado sob ordens de Somoza em janeiro de 1978.

Ao igual que seu irmão fizera nos últimos anos de sua vida, Xavier manteve as páginas do jornal abertas aos apoiadores da Frente Sandinista. Permitia aos jornalistas ampla liberdade de escrever como quisessem o que frequentemente significava versões favoráveis às mobilizações operárias e camponesas do governo revolucionário.

Ao mesmo tempo, o editor atendia também aos desejos da ala direita, majoritária, dos diretores do Conselho. Permitia a publicação de longas matérias sobre as reivindicações dos capitalistas e latifundiários, as atividades dos partidos burgueses e as propostas de órgãos capitalistas tais como o Conselho Superior da Empresa Privada - COSEP.

Também deixava rédea solta ao editor de internacional, que habitualmente preenchia sua seção com material de propaganda sensacionalista contra Cuba, Irã e a intervenção soviética no Afeganistão.

Na medida em que nas últimas semanas o conflito de classes foi se intensificando na Nicarágua e as forças burguesas mostrando-se mais "nervosas" e "beligerantes", os diretores Pedro Joaquim Chamorro Barrios e Jaime Chamorro Cardenal (filho e irmão respectivamente do antigo editor) mostraram-se desgostosos com o "pluralismo" do jornal. E lançaram a pressão sobre Xavier no sentido de fazer do La Prensa um órgão declarado da propaganda direitista anti-sandinista.

Enquanto isso, a União dos Trabalhadores do La Prensa estava preparando um conjunto de reivindicações para as negociações salariais. As reivindicações foram apresentadas no dia 19 de abril e incluíam uma representação formal da União no Conselho editorial do jornal.

Xavier Chamorro expressou sua opinião de que esta era uma formalização razoável de uma política que já existia de fato. Aparentemente, este seu apoio à proposta precipitou a disputa na família.

Na tarde do dia 20 de abril, quando a edição do dia 21 estava sendo preparada, dois diretores do jornal repentinamente apareceram na redação com uma notícia de última hora para a primeira página anunciando que Xavier Chamorro tinha se "demitido" do cargo de editor chefe.

A União, imediatamente, propôs um "alerta geral". Após uma ligeira discussão, jornalistas, compositores, gráficos e o pessoal de escritório suspenderam o tra-

balho e reivindicaram a imediata recondução de Xavier Chamorro ao cargo. pacificamente, os trabalhadores ocuparam as instalações, ao mesmo tempo permitindo que os proprietários e uns poucos jornalistas de direita, não grevistas, entrassem e saíssem livremente.

Xavier Chamorro negou que houvesse se demitido. E na manhã seguinte, quando ele chegava ao La Prensa, foi imediatamente cercado por uma multidão de grevistas que gritava: "Xavier, sim; outro, não".

Uma nota da União divulgada no dia 26 de abril denunciava a tentativa de deposição de Xavier Chamorro como parte de um plano para "converter La Prensa na voz dos interesses da minoria antipopular e privilegiada".

"Apoiamos a posição crítica, pluralista e revolucionária que o diário tem mantido", acrescentava a nota. E afirmava que esta política era devida "fundamentalmente à liderança de Xavier Chamorro Cardenal".

O ministro do Trabalho, Virgilio Godoy tentou abrir as negociações entre o Conselho e a União. A maioria do Conselho, no entanto, simplesmente recusou o diálogo e, ao invés disso, expediu uma longa nota (enviada em primeiro lugar a imprensa estrangeira) advertindo das "conseqüências econômicas e políticas" da greve. Caracterizavam a greve como um grave desafio à "liberdade de expressão" tão negativa - senão pior - quanto a repressão que o jornal sofrera sob a ditadura de Somoza. Falsamente, os diretores acusavam ainda a União de usar de "violência". Finalmente, reivindicavam que a Frente Sandinista "tomasse medidas" e acabasse com a greve.

O COSEP, atrás dos proprietários do La Prensa, advertiu que a greve estava "comprometendo seriamente o caráter livre e pluralista da nossa revolução".

O objetivo da greve, respondia a União em nota de 23 de abril, era precisamente assegurar que "La Prensa não se convertesse naquilo que o COSEP elegantemente desejava — um instrumento de grupos econômicos minoritários que não são nem independentes, nem pluralistas nem democráticos".

Na manhã do dia 25 os grevistas reuniram-se para uma outra assembleia. Danilo Aguirre Solís, editor assistente e presidente da União dos Jornalistas Nicaraguenses relatou a recusa persistente dos proprietários do jornal em tentar resolver o problema através do diálogo com os grevistas. Assim, declarou, "nós vamos nos retirar. Deixaremos a eles estas instalações. Deixaremos que eles façam o seu jornal..."

"Mas, nós vamos produzir o jornal que nós desejamos, o jornal que nós consideramos a continuidade da linha que nos deixou o Dr. Pedro Joaquim Chamorro Cardenal".

Os trabalhadores votaram a permanecer nas instalações do La Prensa até que os proprietários lhes pagassem integralmente as férias atrasadas, as gratificações de fim de ano e outros benefícios devidos por lei e até que a Xavier Chamorro fosse restituído no valor integral da quota de ações que possuiu do capital do La Prensa. Então, com isto como capital inicial, fundarão uma cooperativa para publicar, como colocou Danilo Aguirre, "o verdadeiro La Prensa".

Jimmy Carter:

# Viva Baby Doc. Abaixo Fidel Castro!

Para o governo dos EUA os refugiados cubanos são apenas "amantes da liberdade". Já os refugiados haitianos que nunca conseguem o asilo político americano, não devem passar de delinquentes...

Por J. Machado

**D**ois fatos mostram o cinismo e a hipocrisia das declarações de Jimmy Carter de que "nosso coração bate para os quase 10.000 cubanos que amam a liberdade", que querem abandonar um regime "totalitário" em busca do "mundo livre".

Em 19 e 20 de abril; foram realizadas duas demonstrações em Miami em apoio ao direito de asilo dos refugiados do Haiti, demonstrações realizadas pela comunidade negra e por grupos religiosos, com a participação de militantes de esquerda. Nesta oportunidade, foi denunciado que ao longo dos últimos anos milhares de haitianos, fugindo da pavorosa repressão e da enorme pobreza que afligem seu país, chegaram às costas dos EUA em pequenos botes, depois de ter corrido o risco de atravessar 800 milhas no mar. No entanto, o governo dos EUA sempre recusou a eles asilo político, uma vez que não reconhecia o caráter repressivo da ditadura de "Baby Doc" Duvalier, sustentada pelos EUA mesmo.

Destas manifestações participaram membros da comunidade cubana de Miami, que reivindicaram a abertura da porta dos EUA para cubanos e haitianos, assinalando que quem sempre limitou a saída de cubanos para os EUA foi o governo americano, e não o governo cubano. Depois destas manifestações, um porta-voz oficial afirmou que Carter estava "considerando a possibilidade" de receber também refugiados haitianos.

Por outro lado, em 6 de maio, Carter decretou "estado de emergência" em certas áreas da Flórida, que recebeu nas últimas semanas cerca de 18.000 refugiados cubanos, vindo do porto de Mariel. Segundo estimativas do Departamento de Imigração, cerca de 20% dos que saíram de Mariel estiveram presos anteriormente por cometer "delitos graves", de caráter não político.

Decretação de "estado de emergência" por causa da chegada de "amantes da liberdade"; durante anos, deportação para o Haiti de milhares de refugiados que não tinham reconhecido nos EUA seu direito de asilo, o que os levava à prisão, à tortura e à morte sob "Baby Doc"; isto dá uma idéia aproximada do "humanitarismo" do imperialismo americano.

### Manobras militares na região

Na verdade, o interesse do imperialismo é justificar sua política cada vez mais agressiva numa região onde é cada vez mais



Refugiados cubanos rumo a Miami

odiado e ameaçado pelo avanço da revolução, posando de "defensor dos direitos humanos" e apresentando sua maior inimiga — a revolução cubana — como "totalitária" e desumana.

A partir de 8 de maio, com uma duração de 3 semanas, uma grande manobra militar na região está programada. Usará 42 navios de guerra, 350 aviões, 20.000 soldados, e incluirá manobras na base de Guantânamo, enclave militar dos EUA em solo cubano. A operação, uma evidente provocação a Cuba, classificada por Sergio Ramirez (sandinista, membro da Junta de Governo da Nicarágua) como "balão de ensaio para uma intervenção militar na Nicarágua".

O governo cubano tem se esforçado para demonstrar o cinismo das manobras de Jimmy Carter. Em um editorial do jornal oficial "Gramma", foi dito: "por quê uma política tão absurda, de oferecer vistos àqueles que penetram à força em embaixada (referência aos primeiros refugiados da embaixada do Peru, que forçaram a entrada, e inclusive mataram um soldado), enquanto vistos são recusados aos que os requerem pacificamente?"

O esclarecimento de Cuba é no sentido de reafirmar que nunca impediu quem quer que seja de sair do país, desde que obtivesse

autorização do país para onde pretendia ir; que as restrições à emigração partiram sempre dos países que se recusavam a receber imigrantes de Cuba.

Além disso, o governo tomou uma série de medidas com relação aos refugiados na embaixada do Peru: instalar um ponto da Cruz Vermelha para serviços médicos, estabelecer cuidados higiênicos para embaixada, de modo a evitar uma epidemia, providenciar comida e água, garantir leite para as crianças, e autorizar os que quisessem ir às suas casas, dormirem lá e voltarem posteriormente à embaixada se julgassem oportuno.

Não se pode negar que o fato de um número significativo de cubanos queira deixar o país 20 anos depois da revolução, iludidos quanto às condições de vida fora, mostra a persistência de problemas, de insuficiência da revolução. Mas não se pode desconhecer duas coisas: uma, que o principal responsável pela difícil situação econômica de Cuba é o próprio imperialismo, com o bloqueio econômico; outra, que em todos estes episódios, o que fica mais evidente é que o "humanitarismo" de Jimmy Carter não é mais do que uma máscara ridícula, e que a condução do governo Cubano neste processo tem sido fundamentalmente correta.



# O PT e as mulheres



Companheiros do Jornal Em Tempo:

Como participantes do setor feminino do P.T./M.G., vimos na obrigação de retificar algumas questões referentes à matéria "Minas — Encontro Estadual Consolida o Partido", matéria esta, considerada, de um modo geral, bastante incompleta:

— No que se refere às minorias:

1º) Uma proposta votada por unanimidade, foi a de que se tratassem, em itens discriminados as questões incluídas no tema "minorias", por existir conteúdo e reivindicações próprias, para tanto. Um exemplo pode ser a luta dos índios brasileiros.

2º) mulheres, menores e negros não podem ser considerados "minorias" por razões óbvias. Preferimos acreditar ter sido descuido do relator, frase como a seguinte: "o programa do P.T. deve incluir a luta contra a discriminação de todas as minorias, incluindo mulheres, negros, menores, índios, loucos, prostitutas, etc." — Ou será que as prostitutas não foram consideradas como mulheres e a luta dos loucos está no mesmo plano que a dos índios?

— No que se refere especificamente à luta das mulheres: 1º) para o item *mulher*, Minas Gerais conseguiu elaborar um programa mínimo de reivindicações. Ele foi a síntese de discussões feitas no interior do PT mineiro e através de contatos com categorias onde a maioria são mulheres, como por exemplo as domésticas. Este programa foi lido e aprovado integralmente, por consenso dos delegados presentes ao Congresso e será levado como proposta de Minas Gerais ao Congresso Nacional do PT, em São Paulo.

2º) Com o objetivo de contribuirmos para esta discussão nos outros Estados, pedimos à redação do jornal que publique a nossa proposta, onde se verá também que a questão da criação de creches, lavanderias e restaurantes públicos deve estar relacionada principalmente com a luta das mulheres.

Agradecemos desde já, atentamente,

Suzanne F. Lévy e Marília Carvalho

## Os direitos da mulher

A exploração e a opressão da mulher têm também um caráter de classe: o capitalismo explora o trabalho doméstico da mulher. Este cumpre um papel central para eternizar a exploração dos trabalhadores. A mulher se encarrega de repor cotidianamente as energias extraídas pelo capital e de reproduzi-las, graças ao esforço investido por ela nos trabalhos domésticos. De outra forma, estas questões teriam de ser resolvidas pelos que controlam a sociedade.

A mulher trabalhadora sofre uma dupla exploração, no trabalho e no lar: está submetida a uma dupla jornada de trabalho. Além disso, o preconceito que considera a mulher incapaz, faz com que seja pior remunerada que os homens. Isso propicia gordos lucros para os patrões e pressiona para baixo o salário de todos os trabalhadores.

Sofrendo uma exploração maior, a mulher tem maiores dificuldades de participar ativamente da vida social e política, o que agrava sua situação de dependência.

Contra os preconceitos, contra a discriminação que sofrem as mulheres, o PT conclama à luta:

— Pela garantia de emprego para mulheres casadas e gestantes. Para trabalho igual, salário igual. Extensão aos homens dos direitos concedidos às mulheres e menores na CLT.

— Pela criação de creches, lavanderias e restaurantes coletivos e gratuitos, próximos aos locais de trabalho e moradia e sob controle da população. Pelo cumprimento imediato das determinações da CLT quanto à existência de creches nos locais de trabalho.

— Pelo acesso das mulheres a todos os níveis de educação, profissionalização e especialização, inclusive aperfeiçoamentos dentro do emprego. Pelo fim da educação diferenciada entre os sexos. Pelo acesso das mulheres a todas as profissões. Pela criação de Centros de Orientação das mulheres, a nível profissional, sexual, etc.

— Contra todas as formas de violência sexual. Contra a discriminação às prostitutas e pela sua reintegração no trabalho social.

— Pelo direito da mulher ter os filhos que desejar. Pela assistência e orientação médicas gratuitas às mulheres que desejarem controlar a natalidade, para gestantes e recém-nascidos. Contra os programas oficiais de controle da natalidade.

— Pelo amparo legal e social à mãe solteira. Pela igualdade na direção da vida do casal.

— Pela formação de departamentos femininos nos sindicatos e associações de classe e de bairros. **TODOS APOIO AS ORGANIZAÇÕES PRÓPRIAS DE MULHERES, INSERIDAS NA LUTA DE TODOS OS TRABALHADORES PELO FIM DA OPRESSÃO E DA EXPLORAÇÃO.**

Setor Feminino do Movimento Pró-PT de Belo Horizonte (março de 1980)

# A hora do (anti) povo e a escalada da ignorância

Saudações.

É o presente para solicitar a fineza de publicar a carta abaixo dirigida à **Hora do Povo**, em resposta a artigo publicado no nº de 22/2/80 no citado veículo. Pelo que, antecipadamente agradeço.

Sob o título profundo 'Pedantão pede Pinico' o jornal acima publica matéria assinada por um certo M.V. eivada de adjetivações do nível: 'charlatão' elocubrador de 'sandices' 'calúnias', anti comunismo, 'atitude policial', em suma, um apelo à xingação no melhor estilo da técnica do nazi-stalismo. Uma das técnicas de Goebbels. Ministro da Propaganda de Hitler consistia em procurar 'quebrar' ou 'aniquilar' o adversário mediante a xingação maciça e reiterada, tantas vezes a mentira é repetida que acaba tendo foros de verdade, é o que norteia a A HORA DO (ANTI)POVO nas suas inectivas contra mim.

Em primeiro lugar, não sou anti-comunista mas sim, anti-stalinista. Em segundo lugar, a 'Oposição Sindical Metalúrgica' de S. Paulo não caluniou ninguém, é formada por operários, militantes e não escritas da classe média ávidos de po-

der sobre a classe proletária. O ataque que a Oposição Sindical sofreu por parte dos srs. foi criticado não só por mim, como também pela Comissão Pró União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de S. Paulo em carta dirigida ao jornal **Movimento** de 30/3/80 onde sob o título 'Métodos de Gangster' repete a mesma crítica que fiz aos senhores, acrescentando mais uma denúncia de agressão perpetrada pelos adeptos de A HORA DO (ANTI) POVO, desta vez contra um estudante em Araquara, Est. S. Paulo. O **Movimento** de 27/4/80 estampa carta de Valdério Silva de Salvador criticando outras práticas fascistas, desta vez na Bahia, contra a Tendência Popular do PMDB. Veja Vossa Senhoria que é impossível cobrir o sol com a peneira ou xingamentos: vossas práticas fascistas atingem contornos nacionais.

Quando ao assunto Guerra Civil Espanhola, consulte por favor as obras de Joaquim Maurin, de um José Peirats e verá a exata dimensão do PCE e POUM e CNT na época tratada.

Quando à insignificância da participação de Stalin nos eventos que

levaram Lenin ao poder, consulte John Reed 'Dez dias que abalaram o mundo', veja bem, o autor é um conceituado jornalista norte-americano que fôra enterrado junto a Lenin, não é nenhum 'charlatão' 'policia' ou coisa que o valha. Pois bem, no texto acima, que constitui na melhor crônica da tomada do poder pelos bolcheviques, êle cita Trotsky 43 vezes, Zinoviev 41 vez e Stalin aparece citado uma vez, só, assinando um decreto como Comissário das Nacionalidades. É o melhor indicador da 'ativa' participação de Stalin na época da tomada do poder pelos bolcheviques.

No resto, sr. M.V. convença-se de uma vez por todas, xingar não é argumentar, nem significa coragem, pode ser fruto de insegurança, ou no pior dos casos, uma tendência à simplificação destrutiva.

No mais, envio minhas saudações libertárias, colocando-me à sua disposição para quaisquer outros esclarecimentos que julgar necessários.

Maurício Tragtenberg

Prof. da Esc. Admin. Empresas da FGV e da Unicamp.

## A morte de Sartre

Amigos,

Aqui vai um pouco do clima que a morte de Sartre provocou em Paris.

O jornal "Liberation", da extrema esquerda francesa e do qual Sartre foi fundador e, até 1974, diretor de publicação, dedicou no dia que se seguiu à sua morte um número especial, afirmando por princípio que "Sem Sartre, Liberation não existirá". E, ao contrário das homenagens prestadas habitualmente aos escritores ou intelectuais que morrem — "parte o homem mas fica a sua obra" — a imprensa francesa mais radical procurou mostrar que não se trata desta questão, pois com a partida de Sartre está terminada não uma obra mas "um homem em ação" e esta perda é irreparável.

"Sartre não estará mais aqui para gritar: E a obra escrita-vivida se fecha. Nós continuaremos a ler Sartre, penetrar em seus textos, mas nós sabemos muito bem hoje, que este vai e vem entre o texto e a ação foi quebrado, que nós não faremos mais esta viagem através de suas próprias viagens", nos diz Serge Jolly redator chefe de Liberation. E esta é a tônica principal pela qual passam as homenagens numerosas que o jornalismo, a intelectualidade, os artistas e políticos europeus prestam a Sartre.

Mais de 50 mil pessoas estiveram presentes ao seu funeral, uma longa e silenciosa marcha pelos lugares onde o escritor viveu, a Paris de Montparnasse que ele tanto amava. Milhares de pessoas, a maioria jovens que, talvez sem terem convivido profundamente com suas idéias escritas, foram movidos pela sua imagem libertária.

Mas se a morte da "consciência do mundo" emocionou as vozes mais radicais, foi não sem surpresa mas com profundo amargor que se assistiu às manifestações de pesar seja o do grupo giscardiano seja do próprio presidente da República Francesa que, "à título pessoal", se curvou diante de seu caixão mortuário. No entanto, isto não apagou da boa memória dos franceses, a proibição do programa de televisão — "75 anos de história por aqueles que a fizeram", — contada por Sartre e por uma equipe da qual fazia parte Daniel Cohn Bendit e os jornalistas de Liberation.

Este complexo de culpa oficial teria desagradado enormemente ao último Sartre aquele, que poderia ser visto em 72 sobre um barril vazio num comício de apoio a uma greve operária em Billancourt ou, já velho e cego no Eliseu para clamar por

"Um navio para o Vietnam" em julho de 79, ou ainda em setembro do mesmo ano no enterro de Pierre Goldman intelectual de esquerda assassinado pela extrema direita francesa.

Sartre, polêmico e revolucionário, teria obviamente dispensado esta aparente unanimidade em torno de sua pessoa.

Para Simone de Beauvoir a respeito de quem ele dizia — "foi ela que me fez" — o acontecimento que ela sempre temeu. Em "A força das coisas", aquela que foi sua companheira inseparável escreveria: "A única coisa ao mesmo tempo nova e importante que me pode acontecer é a infelicidade. Ou eu verei Sartre morto ou eu morrerei antes dele. É terrível não estar lá para consolar alguém da falta que fazemos ao deixá-lo, é terrível que este alguém nos abandone e se cale".

No quadro negro de um Liceu do Quartier Latin, numa atitude um tanto paradoxal à do intelectual-aten, duas frases: "Deus está morto" assinado Sartre, "Sartre morreu" assinado, Deus.

Miriam e Sonia Goldfeder

## EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robison Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte. — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

DIRETORIA: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robison Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiro — São Paulo — CEP: 05414 — Fone: 852-8880

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robison Ayres.

ARTE: Paulo Roberto Borges, Sergio Papi

SUCURSAIS: BELO HORIZONTE: Av. Cristovão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 • PORTO ALEGRE: — Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20 • RIO DE JANEIRO: — Praia do Botafogo, 316, sala 209 • SALVADOR: — Av. Joana Angélica, 8, sala 44 • FORTALEZA: — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristovão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010.

cadernos do  
**ceas**

Centro de Estudos e Ação Social

Rua Aristides Novis, 101 — Federação — 40000 — Salvador — BA —

Assinatura 1980 (6 números):  
normal Cr\$ 400,00  
estudante Cr\$ 340,00  
Número avulso; Cr\$ 80,00 nas melhores livrarias



Minas

# Escândalo FLAT-Francelino

**Mamata sem limites. Estado já enterrou 6,18 bilhões de cruzeiros na FIAT. A empresa é flagrada de calças na mão enviando ilegalmente 30 milhões de dólares para o exterior. Alimentada com o dinheiro do povo, a FIAT é um carrasco para os trabalhadores. Deputado Genival Tourinho propõe Ação Popular contra o governo de Francelino.**

Da Sucursal

Recentemente, uma séria crise eclodiu entre o governo espanhol e a FIAT Automóveis. Trata-se da participação dos dois sócios no aumento de capital da fábrica de automóveis Seat a qual, segundo a multinacional italiana, estaria dando prejuízo inclusive com uma acentuada retração nas vendas. Ao mesmo tempo, em alguns jornais da Espanha se comenta a possibilidade de a FIAT estar usando as dificuldades alegadas para obter maiores vantagens do governo espanhol. Insinua-se, inclusive, que os prejuízos apresentados pela empresa na Espanha, sob a direção de executivos italianos, poderiam esconder ações ilícitas e negócios escusos.

No Brasil, embora a situação da FIAT seja mais escandalosa e o escândalo mais evidente, o governo tem se pautado por um relacionamento de cortesia, privilegiando-a como filha dileta de suas atenções. Mas isso não é de se estranhar: o envolvimento do governo mineiro com a multinacional desde o começo tem sido tão imoral que qualquer atrito poderia chamar a atenção pública para o assunto, trazendo à luz informações capazes de envergonhar até mesmo um estado tão corrupto como o brasileiro.

Pois, para convencer a FIAT a instalar sua filial brasileira em Minas, o governo do Estado não só se ofereceu como sócio do empreendimento como ainda concedeu à empresa favores e incentivos de todo o tipo, que implicaram em substancial redução dos custos de capital em que incorreria o negócio. Para se formar uma idéia disso, basta dizer que, pelo acordo firmado com a FIAT, o governo mineiro se obrigava a ceder o terreno em que seria construída a fábrica e a efetuar todas as obras de terraplanagem e infra-estrutura necessárias, tudo isso implicando, na época (1973), em gastos de 31,5 milhões de cruzeiros. Esta dívida da FIAT para com o Estado começaria a ser paga após três anos de carência, em 45 prestações mensais de 700 mil cruzeiros, sem juros e sem correção monetária. Assim, em 2.022 o Estado de Minas Gerais receberá da FIAT o pagamento da última parcela da dívida-se muito antes disso, dado o ritmo acelerado de desvalorização do cruzeiro, a dívida não tiver simplesmente deixado de existir. O acordo incluía outras cláusulas escandalosas como a isenção do pagamento de ICM até junho do ano passado mas, talvez, não seja preciso dizer mais.

## Um terço do orçamento enterrado na FIAT

Seja como for, os inúmeros e extraordinários favores concedidos à FIAT não bastaram para assegurar a saúde do negócio. É assim o governo mineiro tem sido seguidamente convocado a injetar mais recursos na empresa para cobrir alegados prejuízos. Pelo acordo concluído em 1973, ficara estabelecido que o Estado de Minas Gerais se obrigava a participar no capital da FIAT com 71,5 milhões de dólares e com mais 17,5 milhões, se o investimento fixo viesse a exigir recursos adicionais.

Entretanto, de lá para cá, o governo

mineiro já enterrou na FIAT 206,5 milhões de dólares, ou seja, 6,18 bilhões de cruzeiros! E observe-se que neste total não se incluem as autênticas doações de capital à FIAT efetuadas pelo Estado, de que são exemplo as condições oferecidas à empresa para pagamento das despesas com a aquisição do terreno na fábrica e com as obras de terraplanagem e infra-estrutura.

Note-se ainda que o Estado já colocou na FIAT em dinheiro mais de três

vezes da participação a que se obrigara no contrato original. E não se sabe quanto mais investirá como capital de risco, pois o fato de se estabelecer que outros recursos não serão injetados, não impede que venham a sê-lo, por força de novos e futuros aditamentos.

Velozmente evolui a participação do Estado no capital social da FIAT, em milhões de dólares norte-americanos e sem computar os empréstimos externos: Cr\$ 177.692 bilhões.

	Estado	FIAT	TOTAL
Inicial - 1973	71.499	71.501	143.000
1º Aditamento - 1974	25.000	25.000	50.000
2º Aditamento - 1975	40.000	60.000	100.000
3º Aditamento - 1979	70.000	90.000	160.000
	206.699	246.501	453.000

O montante de dinheiro aplicado na FIAT equivale a um terço da receita tributária estadual em 1978! Não é nem preciso argumentar o quanto isso é anormal e escandaloso para um governo que seguidamente tem se valido da justificação de escassez de recursos para não atender a reivindicações salariais do professorado, do funcionalismo público e de obras públicas em favor de bairros e regiões desassistidos.

Outro ponto vergonhoso: o último aditamento de 70 milhões de dólares, concedido em 1979, foi realizado com o intuito confessado de absorver prejuízos da multinacional FIAT. Isto é, o Estado mineiro chegou ao ponto estar recedendo de, a título de capital de risco, facultar à FIAT recursos não para serem investidos em bens de produção, mas para cobrir o passivo da empresa.

Outras irregularidades também ocorreram quando da aprovação do último aditamento. Antes mesmo da remessa da mensagem à Assembléia Legislativa para aprovação, o Estado, segundo depoimento do Secretário da Fazenda, Márcio Garcia Vilela, já fizera dois vultosos depósitos em dinheiro (Cr\$ 276.483.340,00 e Cr\$ ..... 68.049.948,71) em favor da FIAT, a título de antecipação para futuro aumento do capital da empresa.

Além disso, o Estado não realizou nenhuma auditoria especial sobre a situação contábil e financeira da FIAT para submeter à prova as razões alegadas pela multinacional para o empréstimo.

E mesmo os números apresentados no último relatório sobre a situação da FIAT, de autoria da própria empresa, revelam que 1979 foi um ano muito bom para ela: de uma previsão inicial de 115 mil veículos e 150 mil motores para exportação, ela chegou a uma produção de 129.321 veículos e 162.868 motores. E, deste modo, a participação da empresa no mercado automobilístico brasileiro subiu 12,1%.

Enfim, por todos os lados em que se olha o "negócio", se constata a imoralidade, e negociata realizada da maneira mais escandalosa.

## Negócios escusos

Pesa ainda sobre a FIAT a suspeita, em alguns casos comprovada, de irregularidades e negócios ilícitos. Em 1979, o então Presidente da empresa,

Adolfo Neves Martins da Costa (indicado pelo Estado segundo acordo firmado em 1973), durante três meses se recusou a assinar o balanço de 1978 devido a várias irregularidades internas na empresa e só o assinou após ordem escrita do Secretário da Indústria e Comércio do governo Francelino.

Entre as irregularidades, destaca-se a fraude, pela FIAT na remessa ilegal de 30 milhões de dólares à matriz, denunciada pelo deputado Silo Costa, e que provocou a reparação do desfalque e, portanto, a confissão da ilegalidade. Há mais ainda a suspeita de uma série de negócios paralelos, envolvendo pessoas físicas italianas ou entidades que elas lideram, a suscitar dúvidas sobre a existência de vultosos empreendimentos pessoais em detrimento do interesse da empresa mesma, do qual o Estado é acionário.

A FIAT tem dado também a sua contribuição inestimável ao aumento da dívida externa do país. Segundo o próprio relatório divulgado pela empresa ela tem uma dívida total de Cr\$ ..... 17.773.418.000,00. Desse total, cerca de 11 bilhões e 500 milhões de cruzeiros foram obtidos em empréstimo no exterior.

## Um carrasco para os trabalhadores

A FIAT mineira já foi também denunciada por quebrar o respeito aos mais elementares princípios do sindicalismo bem como compromissos neste sentido assumidos internacionalmente. A denúncia partiu de um representante da Federação Metalúrgica Italiana que, em visita à fábrica de Betim, pode constatar e denunciar a super-exploração dos trabalhadores brasileiros.

Aumentar a produção através da aceleração do ritmo do trabalho é um expediente bastante empregado pela FIAT, ao invés de novas contratações de empregados como afirma a propaganda sempre alardeada pelo Estado para justificar as subvenções à multinacional que a pintam como uma fonte inesgotável de geração de empregos.

A denúncia parte da boca de um operário da fábrica "a violência do ritmo de trabalho é incrível. Em todos os setores, 70% dos operários da FIAT têm úlcera. E quase todo mundo tá ficando com hemorróidas. Problema de vista também é sério. Quase todas as máquinas têm limalha. A poluição é violenta e a insalubridade em alguns setores é muito alta. E a FIAT não paga a taxa de insalubridade".

Segundo informações com o próprio advogado do Sindicato de Betim, a FIAT tem uma tradição de violar sistematicamente os mais corriqueiros direitos trabalhistas, obrigando os trabalhadores a recorrerem seguidamente à Justiça do Trabalho para obter os seus direitos. Não bastasse tudo isso, a FIAT tem se destacado na repressão aos trabalhadores, tendo como chefe da segurança um coronel da reserva.

Ou seja: a mesma empresa que é alimentada dos benefícios mais especiais pelo Estado, com os recursos vindos do próprio povo, é a mesma que se comporta como um carrasco para os Trabalhadores.



Francelino: para a Fiat tudo, aos professores nada